

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 - Série VII - N.º 603
18 de Julho de 1985
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

DECLARAÇÃO DO CC DO PCP SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA DECORRENTE DA DEMISSÃO DO GOVERNO E DA DISSOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

«Anteontem, dia 12 de Julho de 1985, foram formalizadas institucionalmente três decisões políticas de capital importância para o País: a demissão do Primeiro-Ministro Mário Soares e do seu Governo PS/PSD, a dissolução da Assembleia da República e a marcação das eleições antecipadas para o dia 6 de Outubro próximo.

O Comité Central do PCP sublinha que estas três decisões traduzem outras tantas derrotas da reacção e outras tantas vitórias do povo e da democracia.

Elas culminam e consagram, ao nível das instituições, o fracasso e a derrota da política de restauração monopolista prosseguida pelo Governo PS/PSD, no seguimento da política realizada por sucessivos governos desde 1976.

Elas interromperam as criminosas ofensivas da coligação PS/PSD contra a democracia e os trabalhadores.

Elas impedem que o PS e o PSD instalados no Governo e com maioria na Assembleia da República levem por diante o plano contra-revolucionário que pretendiam realizar para liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático consagrado na Constituição.

Elas culminam e consagram o resultado da luta incansável e corajosa dos trabalhadores, das massas populares, de outros sectores democráticos, que, num poderoso movimento, de há muito exigiam a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e eleições antecipadas.

(...)

«O CC indica como tarefas centrais do Partido no futuro próximo imediato:

— prosseguir e dinamizar a luta da classe operária e das várias classes e estratos sociais pelos seus interesses concretos e fundamentais;

— intensificar a resistência a quaisquer tentativas do Governo continuar a sua ofensiva contra as conquistas democráticas do povo português;

— activar a preparação das próximas eleições.

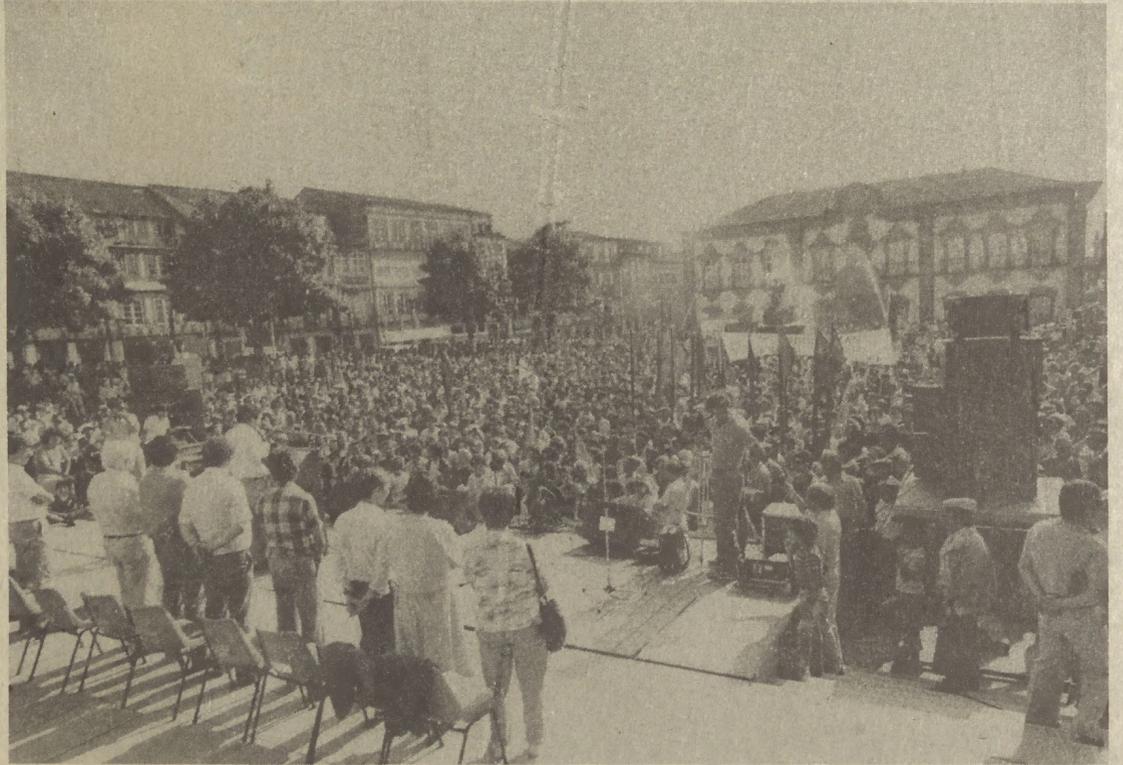
(...)

«O CC decidiu convocar uma Conferência Nacional do PCP para o dia 24 de Agosto tendo em vista aprovar a Proclamação Eleitoral do Partido e as linhas de força da campanha.

A preparação da Festa do «Avante!», a realizar em 6, 7 e 8 de Setembro, grande acontecimento político e cultural, deve inserir-se nas batalhas eleitorais e contribuirá para o êxito eleitoral do PCP e da APU.

O CC apela a todos os militantes e simpatizantes do PCP para que neste período crucial da vida política do País intervenham com o seu dinamismo e entusiasmo para que todas as complexas tarefas que se colocam ao Partido sejam realizadas com sucesso.

Texto da Declaração nas págs. 1 e 2/Semana



Festa da Alegria em Braga

MILHARES DE PESSOAS FIZERAM A FESTA APESAR DAS PROIBIÇÕES DA CÂMARA PS

Discurso de Álvaro Cunhal:

«Qualquer, porém, que seja o resultado das eleições, uma coisa é certa: a situação nacional atingiu tal gravidade que não bastará o esforço de tal ou tal partido, de tais ou tais partidos, mesmo que tendo em conjunto uma maioria de deputados.

A situação nacional atingiu tal gravidade que uma alternativa política democrática e nacional exige um esforço conjunto de todos aqueles que, sobrepondo os interesses do povo e do País a mesquinhas querelas partidárias e a ambições pessoais, resolvam unir os seus esforços para salvar Portugal do desastre a que o conduziram 9 anos de política das coligações de direita.

Por isso, o PCP insiste na sua proposta. Para, no quadro da Constituição, da liberdade, da democracia e independência nacional, fazer o País sair da crise, para resolver os grandes problemas nacionais, para relançar Portugal no caminho do desenvolvimento e do bem-estar, é necessária a formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional.»

Págs. 4 e 5/Semana



20 de Julho de 1979: uma multidão na praça central de Manágua acolhe entusiasticamente as forças sandinistas. É a libertação e a caminhada rumo a uma vida nova, que o imperialismo quer sufocar.

Nicarágua: seis anos de vitória face às ameaças do imperialismo

Pág. 15/Semana

Governo democrático de salvação nacional para uma nova política

A formalização no plano institucional em 12 de Julho último das decisões políticas que na semana anterior tinham sido anunciadas ao País pelo Presidente da República, veio clarificar, como se tornava imperioso e urgente, a situação política nacional.

«São — como é dito na Declaração do Comité Central do PCP que neste número do «Avante!» publicamos — decisões políticas de capital importância para o País.»

Com a demissão do primeiro-ministro, Mário Soares, e de todo o governo, com a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas antecipadas para 6 de Outubro, a solução dada pelo Presidente da República à crise governativa aberta pela ruptura da coligação PS/PSD veio criar as condições básicas elementares para uma saída democrática da crise e para se imprimir um novo rumo à política nacional. Todavia, com a restrição importante de uma situação anómala que pode constituir uma séria ameaça à democraticidade do processo eleitoral e ao uso correcto dos recursos e do aparelho de Estado neste período transitório da governação do País: a manutenção, sob o estatuto de gestão e até às eleições, do demitido e totalmente desacreditado Governo PS/PSD, chefiado por Mário Soares.

Não se trata, obviamente, de uma preocupação e um alerta gratuitos — o governo demitido de Mário Soares e do PSD, nos dois anos de vigência e nos dias posteriores à declaração ao País do Presidente da República, deu sobejas provas de falta de seriedade política e desrespeito pelas «regras do jogo» democrático para que se possa conceder-lhes um mínimo de credibilidade.

«O PCP — diz-se na Declaração do CC — condena severamente o facto de o Governo PS/PSD, já depois de estar demissionário, e a maioria PS/PSD na Assembleia da República, já depois de decidida a sua dissolução, tenham continuado a tomar decisões e medidas de extrema gravidade para o País.»

A desesperada e frustrada maratona legislativa das últimas horas da AR, em que avulta a grave decisão sobre o Tratado de Adesão à CEE imposta pela clique governante; o pacote das mais de 120 medidas, decisões e decretos-leis do Governo demissionário nos últimos arrancos da sua existência como governo parlamentar, conjuntamente com os actos, declarações e medidas de membros do Governo e dirigentes responsáveis dos dois «descoligados» partidos nos últimos dias evidenciam o grau de amoralidade e o reaccionarismo daqueles que se propunham liquidar até ao fim do ano as conquistas democráticas fundamentais do 25 de Abril.

É inegável que em consequência do decreto presidencial de 12 de Julho surgiu em Portugal uma situação nova a qual exige à partida, para se concretizar, a liquidação definitiva do monopólio político da direita em associação ou não com o PS desde Abril de 1976, respon-

sável pela situação de desastre, recessão e miséria social a que o País foi arrastado.

Não se pode conceber que um governo que tem no seu «activo» o aumento excepcional do desemprego, o alastramento da vergonhosa chaga dos salários em atraso, a subida vertiginosa do custo de vida, a violação sistemática dos direitos e liberdades dos trabalhadores e dos cidadãos é da legalidade democrática, o governo dos «pacotes» legislativos anti-Abril caídos com a dissolução da AR mas que mesmo sob o estatuto de gestão tentará impor ilegalmente pela via do Executivo, do saldo brutal do endividamento externo, da alienação da independência nacional e do enfeudamento de Portugal aos interesses do imperialismo e ao «reaganismo», nestes três decisivos meses, possa gerir o País com isenção.

A activa vigilância popular impõe-se. Correr com este governo de gestão predisposto a fazer passar medidas de fundo é uma decisão que muito contribuiria para assegurar a lisura do processo eleitoral.

Hoje quem os ouve falar não os leva presos...

Os chefes do PS e do PSD esganiçam-se em acusações mútuas e com a zanga das comadres começam-se a conhecer certas verdades a juntar às outras já conhecidas. O nosso povo conhece-os bem, sabe que lhes cabe, a uns e a outros, ao PS, ao PSD e também ao CDS (que esteve 5 anos no governo), a inteira responsabilidade pelo descalabro económico e social, e pelo agravamento da situação do País.

Por iniciativa directa ou sob a sua égide proliferaram a corrupção, a dilapidação sumptuária dos dinheiros públicos, o estrangulamento financeiro (magicado na penumbra de gabinetes ministeriais ou nos recantos de acolhedores salões da «boa» sociedade) das empresas públicas e nacionalizadas, cujos «gestores» foram nelas alojados numa rigorosa distribuição proporcional de sinecuras entre os dois partidos do governo com a secreta tarefa de abrir o caminho ao domínio do grande capital privado.

Os dez anos de política de recuperação capitalista e do plano contra-revolucionário anti-Abril, responsáveis e causadores da ruína económica, da miséria social e do atraso geral do País, foram geridos a nível do poder político por governos sucessivamente chefiados por Mário Soares, Mota Pinto, Sá Carneiro, Pinto Balsemão e de novo Mário Soares, acolitados por outros conhecidos políticos da reacção como Freitas do Amaral, Cavaco e Silva (o novo aspirante aos «carismas» do PSD), Eurico de Melo (o amo e senhor da Somelos e «partenaire» da Têxtil Manuel Gonçalves), Almeida Santos, Lucas Pires e Gonetla (os dois da Trilateral), os manos Hortas, Veiga Simão, Barreto, Raposo e outros conhecidos cavalheiros que têm passado pelas cadeiras do Poder.

Um divertido «socialismo» este, que foi dirigido durante 10 anos pelos barões do grande capital ou pelos seus fiéis servidores.

Os últimos dias têm trazido a confirmação da imoralidade e da fraude que têm caracterizado o exercício do Poder pelo PS e PSD.

Depois dos decretos-leis que cobriram as fraudes fiscais de um Nabeiro ou dos que estavam na forja (como o que se dizia ir cobrir o escândalo do tráfico de divisas da DOPA), os três inquéritos parlamentares levados à AR nos últimos dias da sua vigência permitiram claramente verificar os processos tortuosos do «caso Torralta», os das «transferências» obscuras de muitos milhares de contos do sr. Rui Amaral, secretário de Estado do Trabalho, para várias empresas e o das vergonhosas manipulações da TV a favor dos partidos do governo.

Mais recentemente, é de salientar a escandaleira da distribuição dos créditos do IFADAP que ilustra a favor de quem se tem desenvolvido o processo de destruição da Reforma Agrária.

Alguns conhecidíssimos absentistas do latifúndio e outros menos conhecidos, entre os quais alguns dos mais encarniçados cabecilhas das operações punitivas contra a Reforma Agrária dirigidas pelo MAP, obtiveram a parte de leão de um crédito de 26 milhões de contos distribuídos, do total dos 64 milhões para o Alentejo concedidos pelo IFADAP, enquanto que às UCPs/Cooperativas — as explorações agrícolas mais produtivas do Alentejo, as que mais postos de trabalho têm assegurado — foram concedidos apenas 600 000 contos e somente a título de «créditos de campanha!».

E antontem foi a prisão do presidente PSD da Câmara do Sabugal por corrupção e o caso fraudulento do processo contra o presidente CDS de Pinhel. O estendal da corrupção é vasto.

A denúncia implacável das fraudes cometidas sob a égide do Governo PS/PSD e outros governos de direita deve trazer-se ao conhecimento do povo. Os casos levados à Alta Autoridade Anticorrupção devem ter o necessário andamento e tratamento policial e judicial.

As eleições de 6 de Outubro devem ser encaradas por todos os portugueses patriotas como um passo necessário para a adopção de uma nova política que seria impensável com aqueles que nos últimos dez anos arrastaram Portugal ao desastre.

A demissão do Governo PS/PSD chefiado por Soares deve significar o fim de um monopólio de dez anos dos partidos da direita — com o PS — no exercício do poder.

«O Povo português — diz-se na Declaração do CC — atravessa um importante momento da sua vida nacional em que é posto fim a uma das mais graves tentativas de liquidar Portugal de Abril... e se abrem novas possibilidades de uma alternativa democrática.»

Uma nova política pressupõe e exige «uma política de aproveitamento, mobilização e dinamização dos recursos, energias e potencialidades nacionais para vencer a crise, desenvolver a economia e melhorar as con-

Resumo

10 Quarta-feira



Nacionalização há dez anos

Naquele que foi considerado um «debate sem debate», os partidos de direita aprovam na Assembleia da República o tratado de adesão à CEE. ■ Um grupo de médicos afirma que a taxa de mortalidade infantil por intoxicações acidentais «é preocupante» em Portugal. ■ Em ambiente de festa e determinação, os trabalhadores comemoram o 10.º aniversário da nacionalização da Covina. ■ Os Órgãos Representativos dos Trabalhadores da Lisnave denunciaram que a administração prepara o lock-out na empresa. ■ Na Grundig, os trabalhadores anunciam que a empresa se prepara para um despedimento colectivo de 1122 pessoas. ■ Na África do Sul, registam-se quase diariamente confrontos entre patriotas e a polícia racista, que hoje anunciou o assassinio de mais duas pessoas. ■ Aviões da força aérea israelita atacam três campos de refugiados palestinianos no norte do Líbano. ■ O défice orçamental dos EUA leva à demissão do chefe do Gabinete de gestão e orçamento da administração Reagan.

11 Quinta-feira



Roubaram a pedra lunar

Na véspera de ser demitido, o Governo lança a GNR contra os trabalhadores em greve da Torralta. ■ Segundo um estudo da Fenprof, são vinte mil os alunos que estão em risco de não terem aulas no próximo ano lectivo. ■ No planetário Gulbenkian é roubada a pedra lunar que aí se encontrava em exposição e que era a única existente no País. ■ A comissão pró-Associação Sindical da PSP acusa o Comando Geral desta corporação de ser militarista. ■ O Banco Nacional Ultramarino autoriza a transferência de um gerente acusado de corrupção. ■ Em conferência de imprensa, os trabalhadores da Fábrica de Cerâmica Tijomet, em Ourém, revelam que a empresa lhes deve nove meses de salários. ■ No atentado que afunda um navio da organização internacional ecologista «Greenpeace» morre um fotógrafo português. ■ O Congresso norte-americano confirma a revogação da «emenda Clark». ■ A polícia sul-africana dispara sobre jornalistas e invade os terrenos da embaixada da Holanda. ■ A África do Sul tem vinte mil homens estacionados frente à fronteira da Namíbia com Angola.

12 Sexta-feira

O Presidente da República envia para publicação o decreto em que dissolve a Assembleia, demite o Governo e marca eleições legislativas antecipadas para 6 de Outubro. ■ O plenário da CGTP-IN aprova um caderno reivindicativo imediato de 12 pontos, que visa a solução dos problemas que mais preocupam os trabalhadores. ■ Em nota à imprensa, a Comis-

são Concelhia de Espinho do PCP afirma existirem condições para um crescimento eleitoral da APU nesta cidade. ■ Comemora-se o décimo aniversário da independência da República Democrática de São Tomé e Príncipe. ■ Desmentindo rumores norte-americanos, a TASS afirma que a URSS não mudou a sua posição sobre a «guerra das estrelas». ■ A Inglaterra desempenha um papel importante no tráfico de armas para o regime racista da África do Sul. ■ O Iraque lança ataques terrestres e aéreos contra o Irão. ■ Os Estados Unidos estão a acelerar a entrega de mísseis ao Paquistão. ■ A República Popular de Angola suspende todos os contactos com os Estados Unidos devido à revogação da «emenda Clark».

13 Sábado



Em Braga, no decorrer da Festa da Alegria, Álvaro Cunhal adverte para os perigos da continuação de um Governo PS/PSD, mesmo em gestão. ■ Em entrevista à Rádio Comercial, o Bispo de Setúbal afirma que há fome no nosso País; que Portugal «não é só Nafarros nem o palácio de São Bento». ■ Em Carvalhais, o PSD e o CDS tentam impedir a tomada de posse dos eleitos da APU para a Junta de Freguesia. ■ Soares sonha alto e já escolheu primeiro-ministro para quando for presidente... ■ Para o PCP e o MDP/CDE, a APU «representa suporte jurídico de unidade mais vasta». ■ Maria Amélia Domingues sagra-se campeã europeia de vela em «Laser». ■ Em Londres e na Filadélfia, realiza-se o maior concerto de sempre. 16 horas de música ininterrupta. ■ Reagan é operado pela segunda vez ao abdómen. ■ O Grupo da Contadora anuncia que vai intensificar as negociações para a Paz na América Central. ■ Para a Angop, a revogação da «emenda Clark» prova a cumplicidade existente entre os Estados Unidos e a África do Sul. ■ A guerrilha salvadoreña ataca uma penitenciária a oito quilómetros da capital. ■ Serguei Bubka estabelece novo recorde mundial do salto à vara ao ultrapassar a fasquia situada a seis metros do solo.

14 Domingo

O Comité Central do PCP propõe que, sejam quais forem os resultados das eleições, se forme um Governo Democrático de Salvação Nacional. ■ Entre 1981 e 1984, apenas um por cento das explorações agrícolas do Alentejo foram agraciadas com quase metade do crédito do IFADAP. ■ Os jovens agricultores do norte criticam as dificuldades para obter subsídio de instalação. ■ Terminam em Lisboa as Jornadas de Letras e Artes dos países africanos de expressão oficial portuguesa. ■ O Conselho de Redacção da RDP/Porto considera inoportuna a admissão de jornalistas soafricanos. ■ O Governo da Nicarágua distribui armas pela população civil, de forma a que todo o povo possa fazer frente a uma eventual intervenção armada dos Estados Unidos contra o seu país. ■ Navios de guerra de Israel atacam embarcações pesqueiras libanesas. ■ A Organização de Unidade Africana funda um comité de luta contra a fome. ■ No Soweto, duas pessoas mor-

rem às mãos da polícia sul-africana durante as manifestações contra o aumento das rendas de casa. ■ A polícia argentina desaloja quatro mil operários que ocupavam, há 18 dias, as instalações da fábrica «Ford Motors Argentina». ■ Apesar da calma, morrem duas pessoas durante as eleições bolivianas.

15 Segunda-feira

Rui Amaral, o secretário de Estado do Trabalho, faz louvor público a um seu colaborador no processo de atribuição de subsídios a empresas. ■ Almeida Santos quer o seu partido à viva força no poder, afirmando que depois das eleições não fechará a porta a coligações... ■ O Governo condiciona o subsídio para o pagamento dos salários em atraso na Lisnave. ■ Na serra do Monchique deflagra um violento incêndio que é combatido por todas as corporações do Algarve. ■ O ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros acusa os Estados Unidos de ingerência nos assuntos internos de Moçambique. ■ Em Nairobi, inicia-se a Conferência da ONU sobre a Década da Mulher que este ano acabou. ■ O julgamento dos chefes das juntas militares argentinas entra na sua fase decisiva. ■ No Líbano explode mais um carro armadilhado. Dez mortos e um número indeterminado de feridos. ■ A produção industrial da União Soviética aumentou 3,1 por cento no primeiro semestre deste ano. ■ A OUA condena a revogação da «emenda Clark».

16 Terça-feira

Com elevada adesão, os trabalhadores da Companhia Nacional de Petroquímica (CNP) realizam uma greve como forma de luta pela aprovação do caderno reivindicativo. ■ Sobre a detenção, pela polícia, do presidente da Câmara Municipal do Sabugal, Jeremias Amaral Dias, membro do PSD, a direcção do partido de Cavaco Silva mantém rigoroso silêncio... ■ Atraso no pagamento de salários, desmembramento da empresa e «colocação de trabalhadores em casa» estão na origem da concentração em frente da sede da empresa. ■ «Sensibilizar as mulheres para a importância da sua participação» nos períodos eleitorais que se avizinham, no sentido do verdadeiro esclarecimento sobre as questões que dizem respeito à mulher, o propósito anunciado pela direcção nacional do MDM. ■ A Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal anuncia o início das negociações com vista à revisão contratual para os sectores têxtil, de lanifícios, tapeçarias e têxteis-lar. ■ Representantes de órgãos de Comunicação Social deslocam-se ao novo Tribunal Criminal, localizado nas antigas oficinas da Cadeia de Monsanto, onde irá decorrer o julgamento dos réus do chamado processo «FP-25». ■ Wilfred Martens, primeiro-ministro belga, revela em Bruxelas que a crise política no país obrigará à realização de eleições antecipadas em Outubro. ■ Helmut Kohl, chanceler da RFA, será chamado para depor perante a comissão parlamentar de inquérito que está a proceder a complexas investigações sobre novo caso de subsídios privados a formações partidárias. ■ Entra em vigor o plano de segurança para Beirute Ocidental acordado na semana anterior em Damasco entre dirigentes libaneses e sírios.

dições de vida do Povo» — como se diz na Comunicação do CC do PCP.

Exige, para se tornar efectiva, a participação dos trabalhadores e dos partidos, forças políticas e cidadãos que querem imprimir um novo rumo à vida nacional.

Neste grande conjunto patriótico devem estar por direito próprio os comunistas. O PCP encara as novas eleições como ponto de partida para uma nova situação que se distinga radicalmente da política que os governos de direita impuseram nos últimos dez anos.

A reafirmação pelo CC do PCP da anterior proposta de formação de um governo democrático de salvação nacional no seguimento das eleições de 6 de Outubro e independentemente dos resultados eleitorais é de flagrante actualidade.

Um governo democrático de salvação nacional deve sê-lo pela sua composição política democrática e pelos seus objectivos económicos e sociais que têm de apontar obrigatoriamente a via do desenvolvimento para vencer a crise, defender e dar continuação ao 25 de Abril.

As eleições de 6 de Outubro trarão o correctivo eleitoral às forças que neste últimos dez anos sacrificaram o bem-estar do Povo aos interesses do grande capital e do Imperialismo e darão força decisiva àqueles que, como o PCP e a APU, se orientam pelo melhoramento e o desenvolvimento económico de Portugal e, no plano social, pela elevação das condições de vida do povo.

Esgotou-se o sistema de coligações da direita, com ou sem o PS, é indispensável que as eleições antecipadas representem em definitivo a derrota dos planos da contra-revolução.

O governo democrático de salvação nacional pode ter à sua frente um português e um patriota não forçosamente saído do voto maioritário de um partido nas eleições. O futuro primeiro-ministro pode não sair obrigatoriamente por exigências constitucionais do partido mais votado.

Não deixa de ser supinamente ridículo que a direcção do PS — de um partido que vai ser castigado nas eleições pela sua falência política nestes dois anos de coligação PS/PSD — tenha agora «eleito» entre si um «primeiro-ministro», o sr. Almeida Santos, que se destacou na concepção e execução do plano contra-revolucionário agora interrompido. Este «primeiro-ministro» fantasma até já nomeou «ministros» os srs. Jaime Gama e Eduardo Pereira! Um cúmulo de prestidigitação política para ludibriar o povo português.

A activa mobilização popular para a derrota dos arquitectos e executores do plano contra-revolucionário nas eleições de 6 de Outubro e para a vitória das forças capazes de viabilizarem uma alternativa democrática sob um governo democrático de salvação nacional nas quais necessariamente se integram o PCP e a APU são tarefas políticas centrais e actuais das forças democráticas e destacadamente dos comunistas.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguei Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa, Tel. 76 84 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa, Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto, Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heská Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Junho: 39 665



Declaração do CC do PCP sobre a situação política decorrente da demissão do Governo e da dissolução da AR

1. Anteontem, dia 12 de Julho de 1985, foram formalizadas institucionalmente três decisões políticas de capital importância para o País: a demissão do Primeiro-Ministro Mário Soares e do seu Governo PS/PSD, a dissolução da Assembleia da República e a marcação das eleições antecipadas para o dia 6 de Outubro próximo.

2. O Comité Central do PCP sublinha que estas três decisões traduzem outras tantas derrotas da reacção e outras tantas vitórias do povo e da democracia.

Elas culminam e consagram, ao nível das instituições, o fracasso e a derrota da política de restauração monopolista prosseguida pelo Governo PS/PSD, no seguimento da política realizada por sucessivos governos desde 1976.

Elas interromperam as criminosas ofensivas da coligação PS/PSD contra a democracia e os trabalhadores.

Elas impedem que o PS e o PSD instalados no Governo e com maioria na Assembleia da República levem por diante o plano contra-revolucionário que pretendiam realizar para liquidação das conquistas de Abril e do regime democrático consagrado na Constituição.

Elas culminam e consagram o resultado da luta incansável e corajosa dos trabalhadores, das massas populares, de outros sectores democráticos, que, num poderoso movimento, de há muito exigiam a demissão do Governo, a dissolução da Assembleia da República e eleições antecipadas.

3. O povo português atravessa um importante momento da sua vida nacional, em que é posto fim a uma das mais graves tentativas de liquidar Portugal de Abril (o plano contra-revolucionário da coligação PS/PSD que deveria completar-se no primeiro semestre do ano corrente) e se abrem novas possibilidades de uma alternativa democrática.

O CC considera que a grande tarefa que se coloca perante o povo português é concretizar tais possibilidades de forma a que o resultado das próximas eleições dê a base institucional necessária para uma viragem na política nacional com a formação de um governo capaz de fazer Portugal sair da crise e de resolver os graves problemas que o País defronta.

4. A derrota da coligação PS/PSD contém experiências cuja assimilação é indispensável para a justa compreensão da realidade nacional e das perspectivas de desenvolvimento da situação.

A primeira: A derrota da coligação PS/PSD confirma uma vez mais que a política que tem como objectivo fundamental a restauração dos monopólios, dos latifúndios e das posições dominantes do imperialismo na economia nacional, não só é completamente incapaz de resolver os problemas nacionais, como os agrava cada vez mais, conduzindo o País a um verdadeiro desastre económico, financeiro, social e político.

A segunda: a derrota da coligação PS/PSD (no seguimento das derrotas das coligações PS/CDS, PSD/CDS e de outras alianças governamentais de direita) confirma que se esgotou e é necessário pôr definitivamente de lado, na vida democrática nacional, o sistema de coligações de direita, com ou sem o PS, assim como o sistema de formação de governos tendo o PS como «charneira».

A terceira: a derrota da coligação PS/PSD confirma que, no Portugal democrático conquistado depois de 48 anos de fascismo, não é viável qualquer política do capital contra os trabalhadores nem qualquer política que tome o anticomunismo como programa ideológico, antes, para resolver os problemas nacionais, é indispensável a participação ao nível do governo, do PCP e dos trabalhadores.

Estas três experiências estão necessariamente presentes na orientação do PCP no futuro próximo imediato e designadamente com vistas às próximas eleições.

5. A demissão do Governo e a dissolução da Assembleia da República há muito se justificavam e impunham, por razões políticas, nacionais e institucionais.

O atraso nessas medidas permitiu ao Governo PS/PSD e à sua maioria na Assembleia da República avançar impunemente na sua política com sacrifícios e prejuízos imensos para o povo português e para Portugal.

O PCP condena severamente o facto de o Governo PS/PSD depois de estar demissionário e a maioria PS/PSD na Assembleia da República já depois de decidida a sua dissolução, tenham continuado a tomar decisões e medidas de extrema gravidade para o País.

O PCP não reconhece legitimidade à aprovação do Tratado de adesão de Portugal à CEE feita por uma Assembleia da República a poucas horas de dissolução e com o Governo de facto demitido, num processo atabalhoado e prepotente, desprovido de informação, de preparação e ponderação nas comissões parlamentares,

realizado nas costas do povo e quando pontos importantíssimos estão ainda por negociar.

O CC adverte que a integração de Portugal na CEE não significa a apregoada «modernização» do País, mas significa a ruína de vastos sectores da economia nacional, a apropriação pelo estrangeiro das nossas riquezas e recursos, o agravamento da dependência e da subalternização do nosso país, um grave atentado à soberania nacional, devendo por isso continuar a ser firmemente combatida.

O PCP condena energicamente a aprovação da iníqua lei do aumento das rendas de casa, também votada em vésperas da dissolução da Assembleia. Esta lei não contribuindo para a solução do grave problema habitacional e inserindo-se no processo de insuportável agravamento das condições de vida das grandes massas, constituiu mais uma demonstração de que o PS, o PSD e o CDS só podem dar ao País mais miséria e dificuldades. O facto de os aumentos mais brutais terem sido adiados para Janeiro de 1986 demonstra o medo que esses partidos têm das eleições, mas não atenua a sua responsabilidade e as consequências gravosas dessa lei.

O CC insiste na necessidade de combater prontamente quaisquer medidas ou decisões do Governo que excedam os seus poderes de gestão ou ponham em causa as condições democráticas das próximas eleições.

O PCP, que se opôs frontalmente a que após a ruptura da coligação PS/PSD o Governo se mantivesse no poder, continuará a lutar para que o Governo, derrotado e demitido, seja efectivamente afastado do poder.

6. O CC adverte que o facto de o PS, PSD e CDS virem de novo a transformar as ideias de «mudança» e «modernização» num dos eixos fundamentais da sua propaganda, retomando as promessas e ideias do passado, quando os factos mostram que os sucessivos governos em que participaram se alguma coisa mudaram na situação do País, a mudança foi sempre para pior.

O CC desmascara a manobra mistificadora que representa o PS e outros partidos começarem a anunciar os seus candidatos a primeiro-ministro quando não é isso que está em disputa nas eleições e nem sequer é verdade que tenha que ser primeiro-ministro o líder ou outro dirigente do partido mais votado. O CC salienta que esta manobra revela os embaraços em que se encontram o PS e outros

Declaração do CC do PCP

partidos para definirem a sua política de alianças ou a apresentarem uma proposta consistente de governo.

O CC denuncia as manobras demagógicas do PSD e do CDS para se desresponsabilizarem dos desastrosos resultados económicos e sociais da acção governamental, quando a verdade é que foram promotores, executantes e apoiantes conjuntamente com o PS da política de restauração monopolista que a eles conduziu.

7. As eleições antecipadas para a Assembleia da República são o caminho institucional para solucionar a crise política resultante da derrota da coligação PS/PSD.

Para que sejam asseguradas a legalidade e a democraticidade das eleições é indispensável impedir que o Governo utilize para fins eleitoralistas as funções, o aparelho e os recursos do Estado, que seja garantida a efectiva igualdade de direitos dos partidos, e que seja imediatamente corrigida a escandalosa situação existente nos meios da comunicação social do Estado, acabando com a sua grosseira manipulação eleitoralista pelas forças do Governo.

8. O CC indica como tarefas centrais do Partido no futuro próximo imediato:

— **prosseguir e dinamizar a luta da classe operária e das várias classes e estratos sociais pelos seus interesses concretos e fundamentais;**

— **intensificar a resistência a quaisquer tentativas do Governo continuar a sua ofensiva contra as conquistas democráticas do povo português;**

— **activar a preparação das próximas eleições.**

No referente às eleições presidenciais, o CC insiste em considerar como objectivos principais derrotar o ou os candidatos da direita (Mário Soares, Freitas do Amaral ou outros) e assegurar a vitória de um candidato da democracia. Sublinha novamente que, para alcançar estes objectivos, é indispensável o acordo ou consenso verificado das forças e sectores que com o seu apoio e os seus votos têm de assegurar a vitória. Sem que isso aconteça é precipitado e inconveniente, no momento actual, o lançamento de qualquer candidatura democrática.

No referente às eleições autárquicas, o CC tomou as disposições e medidas necessárias para de acordo com o MDP apressar a preparação das listas da APU abertas à participação política de outros democratas, dinamizar a preparação da intervenção eleitoral, em particular a elaboração e debate dos programas eleitorais, a valorização do trabalho realizado, a criação de comissões eleitorais de apoio e outras acções de massas, com os objectivos de reforçar a votação e as posições da APU, de confirmar as maiorias absolutas, de transformar as maiorias relativas em maiorias absolutas e de alcançar novas maiorias em Câmaras e Assembleias Municipais e em Juntas e Assembleias de Freguesia.

No referente às eleições para a Assembleia da República, o CC decidiu concentrar desde já grande parte das atenções, do trabalho e dos meios técnicos do Partido com vista a assegurar uma grande vitória do PCP e da APU, considerando que o aumento

substantial do número dos seus deputados é condição insubstituível para que uma alternativa democrática possa concretizar-se.

O CC dedicou particular atenção à preparação das eleições antecipadas para a Assembleia da República e resolveu desenvolver no imediato o trabalho para a elaboração das listas, procurando concretizar na sua composição a abertura unitária da APU, e tomar todas as medidas necessárias à organização da pré-campanha e campanha eleitorais.

O CC decidiu convocar uma Conferência Nacional do PCP para o dia 24 de Agosto tendo em vista aprovar a Proclamação Eleitoral do Partido e as linhas de força da campanha.

A preparação da Festa do «Avante!», a realizar em 6, 7 e 8 de Setembro, grande acontecimento político e cultural, deve inserir-se nas batalhas eleitorais e contribuirá para o êxito eleitoral do PCP e da APU.

O CC apela a todos os militantes e simpatizantes do PCP para que neste período crucial da vida política do País intervenham com o seu dinamismo e entusiasmo para que todas as complexas tarefas que se colocam ao Partido sejam realizadas com sucesso.

9. As eleições antecipadas para a Assembleia da República criam a possibilidade real de abrir um novo rumo para a política nacional que ponha fim à política de recessão e desastre económico, de ruptura financeira, de desemprego, de salários em atraso, de fome e de miséria, de capitulação ante o imperialismo, e inicie uma política de legalidade e estabilidade, de dinamização e desenvolvimento da economia, de melhoramento das condições de vida do povo, de reforço da democracia, de afirmação da soberania e da independência nacional.

O PCP apela a todos os democratas e patriotas para que, desde já, tendo em conta a gravidade da crise e a necessidade de mobilização e de esforços nacionais, superem divergências secundárias e se empenhem na unidade de esforços e de vontades para vencer a crise e imprimir um novo rumo à vida política nacional.

O PCP renova a sua proposta de um Governo Democrático de Salvação Nacional, a constituir após as eleições, com a participação ou apoio das forças, personalidades e sectores democráticos susceptíveis de estar de acordo com a política de estabilidade, desenvolvimento, melhoria das condições de vida do povo e independência nacional que é necessária para salvar o País e reforçar a democracia.

O reforço do PCP e o êxito eleitoral da APU representarão o contributo seguro e indispensável para encerrar o ciclo infernal dos governos e da política de direita e abrir caminho a uma nova política e a um novo governo democrático.

14 de Julho de 1985

O Comité Central do
Partido Comunista Português

Um tempo de antena

Esperamos que não tenham perdido o tempo de antena do PS da semana passada — não, não! Não falamos da programação da TV da semana passada, referimo-nos mesmo ao tempo de antena, aquela coisa que uma voz sempre feminina e bestialmente «off» garante ser «da exclusiva responsabilidade do partido tal e tal».

Pois não foi o tal e tal mas o PS, pelo seu próprio punho, que começou com dois secretários de Estado assim em jeito de preâmbulo, a abrir o fôlego. Um falou sentado e respondia pela Habitação, o outro apareceu de pé e dizia ser dos transportes. E ambos lamentaram que o Governo tivesse sido demitido logo agora, que a Secretaria do primeiro se preparava para encher o País de casas e a Secretaria do segundo estava a postos para transportar o que se quisesse. Afinal transportaram-nos a eles para o olho da rua, é sempre assim neste País quando alguém quer fazer alguma coisa — sentado ou de pé, conforme os casos. Depois veio o Victor Hugo da UGT, não para demonstrar, desta vez, que o PS não controla nem pretende controlar os sindicatos, mas para dizer esta verdade faraónica: «com o governo de Mário Soares, foi possível repor o poder de compra dos trabalhadores portugueses. Demiti-lo, agora, foi estragar tudo isso». E afirmou tudo isto sem recorrer ao arregarhar de dentes de outros tempos, o que constituiu o segundo aspecto prodigioso da sua intervenção.

Mas seria o Gonelha, do Ministério da Saúde, que abria a argumentação sumptuosa do tempo de antena. Espicado numa sala meticulosamente desarrumada, era a imagem viva dum ministro na intimidade do gabinete, do homem de Estado rodeado dos destroços de uma obra que o não deixaram acabar. Aliás ele próprio pegaria, com nostalgia negligência, numa farfalhada resma de papéis que agitou perante as câmaras chamando-lhe «o plano de Saúde que se fez e agora já não se faz». Uma coisa dramática, o homem quase pôs a chorar o País — que, entretanto, ficou ainda a saber que o Ministério da Saúde recuperou totalmente a sua crise financeira, o que alegrou o povo, porque sempre se recuperou alguma coisa: Não foi a Saúde, mas pelo menos o seu ministério, e na vida não se pode ter tudo.

Veiga Simão, ministro da Indústria, pôs em seguida a sua lendária firmeza de princípios ao serviço do desagravo e do relançamento do partido que lhe deu a pasta. Garantiu que o PS era a solução para este País, dado que foi demitido do Governo no preciso momento em que ia substituir a austeridade pela relançamento económico, o estrangulamento das empresas públicas pela sua revitalização, a retracção da economia pelo «boom» desenvolvimentista. O povo tem de saber que, no meio desta selva, o seu voto é no PS — senão ainda aí vêm os gorilas, a gripe asiática e a máquina a vapor.

Tudo isto, é claro, apontava para um final apoteótico. Sem palavras, porque palavras para quê é um artista português, toque a fanfarra, rufem os tambores, a televisão que se mexa que o Homem já se levantou, Beethoven dá o lamiré da Alegria a rodos, só Camões não viu nada mas também é cego dum olho e os Jerónimos deliram, nunca tiveram tantos turistas, a caneta refulge, é uma pose de Estado, o papel está ali e apenas quem ali não está desconhece o seu papel, que vai já ser assinado logo que o Homem lhe chegue, mas Ele tem de ir devagar, que devagar se vai ao longe e perto está quem alto mora, todos o vêem vai ser agora e agora é que é:

Mário Soares assina a entrada para a CEE!!!

Portanto voltámos a saber — mas desta vez sob a chancela da «exclusiva responsabilidade do Partido Socialista» — que o PSD é um covil de traições e o coveiro do Governo e que o partido de Mário Soares, tal como os anjos, não tem costas nem rabos de palha — apenas competência fervilhante no exacto momento em que o demitem do poder. Dado que o PS de Mário Soares já foi expulso de vários maus governos «fervilhando de competência» e «pronto para recuperar o País», afigura-se-nos inevitável concluir que, para conseguirmos um PS eficaz, o temos de manter bem longe da área do poder.

■ H. C.

Um acontecimento editorial

Conferência Nacional do PCP sobre «A Via de Desenvolvimento para Vencer a Crise» (realizada em 30 e 31 de Março de 1985)

* **Intervenção de abertura (Carlos Costa) e Intervenção de encerramento (Álvaro Cunhal)**

• **360 intervenções sectoriais produzidas em Plenário e nas Secções que abrangeram as grandes questões da economia nacional**

* **Documento-Base da Conferência**

* **Proclamação aprovada na Conferência**



Cada volume
500\$00

edições
Avante!

Publicação dos textos da Conferência: a continuação do debate sobre outra forma!

PCP

Milhares de pessoas na Festa da Alegria/85

Uma jornada inesquecível!

• **O grande convívio de Braga mostrou: não há Machado que corte a raiz ao pensamento...**

Milhares de pessoas nas ruas. Muita animação, numa atmosfera de alegria e de entusiasmo. Música, foguetes, enfim um verdadeiro dia de festa popular! Braga estava assim no último sábado, ao viver mais uma edição da tradicional Festa da Alegria, que, além de bons espectáculos de música popular, teve como pontos altos da sua programação o grandioso desfile pelas ruas da capital minhota e o comício em que participou o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal.

A animação sonora e os foguetes anunciaram a Festa a toda cidade, que recebia também a presença solidária de camaradas e amigos da Margem Sul do Tejo (via-se gente do Seixal), de Trás-os-Montes, da região do Porto, etc. Mas o programa ia arrancar com as atuações do Coral Alentejano do Vale de Vargo e o grupo Cantares da Terra, do Minho.

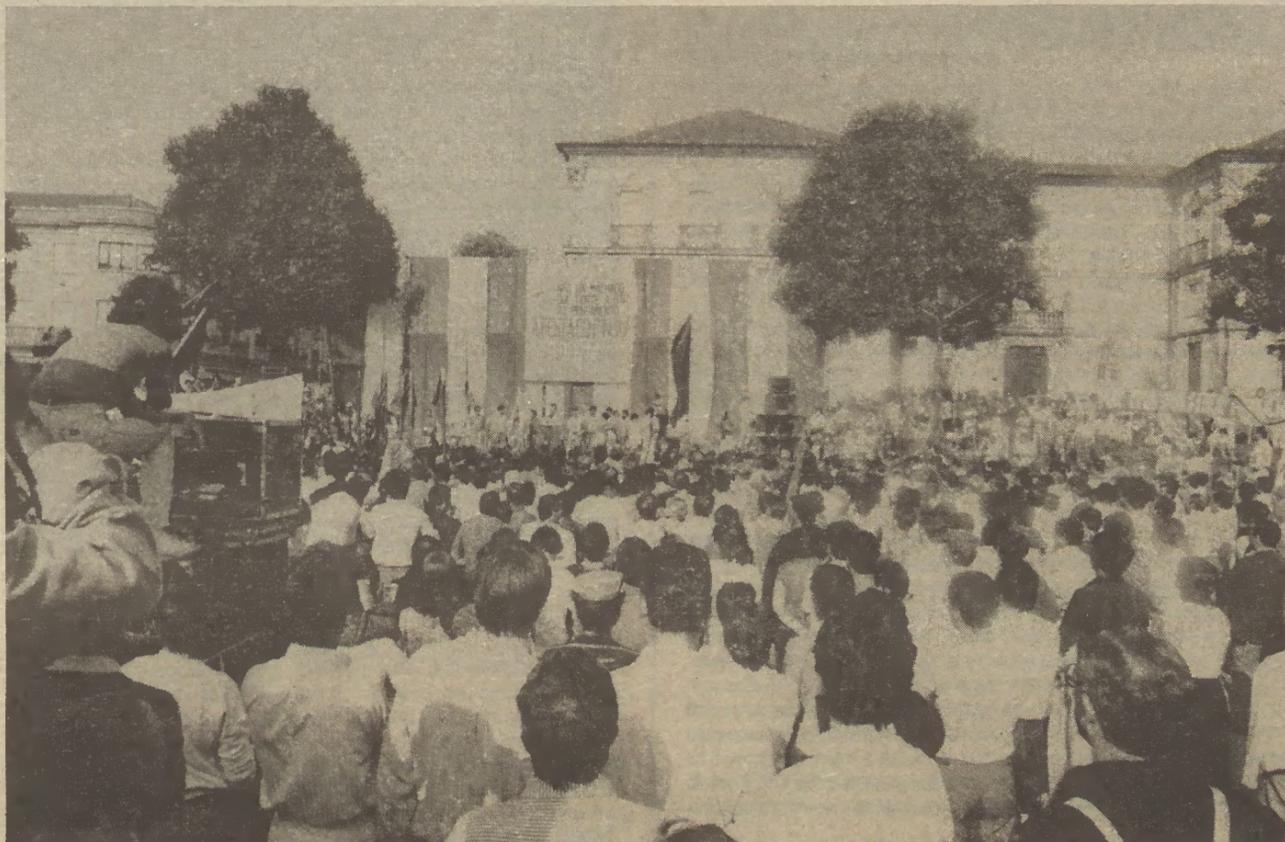
Depois, surgiu o grande cortejo da Festa, que percorreria o centro da cidade. Ranchos folclóricos, Zés Pereiras, cabeçudos, bombos, gigantones, carros alegóricos com alusões a motivos da situação política nacional e de problemas regionais, num conjunto de milhares de pessoas, fizeram deste cortejo de alegria e de confiança no futuro a maior iniciativa de massas até hoje realizada pelo Partido nas ruas da capital minhota.

A voz de Samuel animou depois a Festa, na Praça do Muni-

cípio, momentos antes do comício, em que intervieram os camaradas António Lopes, da Comissão Política do Partido, e Álvaro Cunhal.

Ranchos folclóricos, Zés Pereiras, o Coral Alentejano de Vale de Vargo, Paulo de Carvalho, a orquestra de música popular de Angola — 1.º de Maio, o grupo «Vai de Roda», Samuel, Jorge Lomba e o grupo de fados de Coimbra continuaram o programa festivo já no palco do Teatro Circo, à noite, onde se registou uma verdadeira enchente.

Tanto na tribuna da Praça do Município, como no palco do Teatro Circo, os panos de fundo incluíam na sua decoração uma frase bem conhecida, retirada de poema cantado, que, este ano, muito significativamente, quase se transformou no hino da Festa da Alegria: «não há machado que corte a raiz ao pensamento».



O comício, com as intervenções de Álvaro Cunhal e de António Lopes, foi ponto alto da Festa da Alegria. Mas a iniciativa deu vida e animação à capital minhota logo desde a manhã, com os Zés Pereiras/Companheiros da Alegria a circularem pelas ruas de Braga, «recordando» a programação festiva para a tarde e a noite de sábado, respectivamente na Praça do Município e no Teatro Circo — os dois espaços da Festa

Mesquita Machado triste figura

Adivinhando o êxito vigoroso da Festa da Alegria-85, apesar de toda a ordem de dificuldades, entraves e boicotes que sofreu, o sr. Mesquita Machado, presidente da Câmara Municipal de Braga e membro do PS, deu até ao último minuto, numa atmosfera de desespero, provas significativas dos seus complexos de inferioridade, do seu espírito de provocação, do seu ódio anticomunista e antidemocrático.

Não obstante já todos os impedimentos levantados anteriormente, incluindo em primeiro lugar a recusa da cedência do Parque Municipal de Exposições, recinto tradicional da Festa da Alegria, o sr. Mesquita Machado, nas vésperas da grande Festa, obrigou os bombeiros municipais a destruir todas as faixas de propaganda colocadas na cidade para anunciar o convívio de sábado.

Homens cuja acção está vocacionada para o apoio cívico e humanitário às populações, viram-se assim envolvidos numa tarefa algo caricata e bem contrária às suas funções: destruir a propaganda a uma iniciativa repleta de humanismo, de paz, de convívio, de cultura e de amizade.

É triste!

Mais: o sr. Mesquita Machado caiu ainda no ridículo ao recusar dois simples contentores de lixo para a Praça do Município, um dos espaços da Festa, que, pelos motivos já apontados, foi este ano reduzida apenas a um dia.

Refira-se ainda a insistência de Mesquita Machado junto do Comando da PSP de Braga para que as forças policiais interrompessem os trabalhos de montagem da Festa, na Praça do Município.

Enfim, é todo o cadastro de perseguições e ao mesmo tempo de terror do presidente da Câmara em relação à Festa da Alegria.

A música, este ano, foi outra, de facto. Mas a Festa continuou... e de que maneira!

O eco e a reflexão

Entoadas com a vivacidade dos que têm a razão do seu lado, há palavras de ordem que deixam eco.

Na capital do Minho, o eco de algumas expressões ouvidas no último sábado talvez ainda perdesse nos ouvidos de muita gente. Com um certo sabor a alegria, para muitos. Com uma mensagem de derrota e de desespero para alguns.

Os primeiros são os que puseam de pé, os que viveram e os que desde a primeira hora apoiaram a Festa da Alegria. Os segundos são apenas alguns inimigos da liberdade, com o próprio presidente da Câmara à cabeça.

Os boicotes à Festa atingiram este ano o ridículo e o impensável numa sociedade democrática. Mas a Festa acabou por se impor como a grande realização

de massas no Minho. Feitas as contas, que é como quem diz, feito o balanço, os inimigos da Festa estão de luto. E de parabéns todos os democratas portugueses.

Aos democratas cabe agora a continuação da luta. Aos inimigos da democracia, cabe a reflexão, com a ajuda do eco que ainda se ouve em Braga, sobre

as palavras de ordem que se ouviram no espectacular cortejo e no comício da Festa da Alegria deste ano: «A Festa da Alegria vencerá a tirania», «A Festa continua, Mesquita para a rua!», «O Parque de Exposições não é dos tubarões», «A luta continua, Governo para a rua», «O povo unido jamais será vencido».

Aceitem o conselho.



A situação política e social do País, questões de âmbito regional, a luta pela paz e o Ano Internacional da Juventude foram temas em foco nos painéis e nos carros alegóricos do cortejo da Festa da Alegria, no qual se incorporaram milhares de pessoas, incluindo camaradas com responsabilidades na organização do Partido na região minhota

PCP

Álvaro Cunhal em Braga

É necessário que o povo confirme através do voto a derrota da coligação PS/PSD

(...)

Eleições democráticas: exigência nacional

Vamos travar uma grande batalha para que o resultado das eleições torne possível uma alternativa.

Mas para isso temos de travar desde já uma outra batalha: para que as eleições se realizem em condições democráticas.

Ninguém deve ter a menor dúvida de que Mário Soares e o governo PS/PSD, apesar de corroído pela ruptura da coligação e apesar de estar em gestão, abusarão do poder para falsear a seu favor os resultados das eleições.

As quatro propostas de leis eleitorais (para a Assembleia da República, para as autarquias, para a Presidência da República e para o Parlamento Europeu) que o governo demissionário e particularmente o primeiro-ministro quiseram que a Assembleia da República aprovasse nas vésperas da sua dissolução efectiva, mostram bem como esta gente entende servir-se do poder para os maiores atropelos à democracia.

É escandaloso, mas é verdade, que, entre outros, um dos objectivos dessas novas leis eleitorais seria proibir a sigla APU e o símbolo das três argolinhas.

O PCP e o MDP usariam as suas siglas e símbolos próprios, mas não poderiam usar o símbolo e a sigla da APU.

Tal é o medo que o secretário-geral do PS e o seu governo têm das eleições. Tal é o medo de um novo avanço do PCP e da APU. Tal é o medo da prestigiada sigla APU e do símbolo das três argolinhas — sinónimo da honestidade, da competência, da dedicação, da capacidade de resolver os problemas do povo e do País.

A tentativa não resultou. As propostas de lei não passaram na Assembleia da República o que representou mais uma derrota, esta particularmente para Mário Soares e o PS. Mas mais uma prova foi dada de que do governo de Mário Soares, o governo PS/PSD, mesmo no governo de gestão, há a esperar todos os atropelos no processo e no acto eleitoral.

Por isso é indispensável organizar seriamente, nos termos legais, a vigilância democrática, de forma a impedir que as eleições sejam falseadas, a impedir votos por interpostas pessoas de falsos incapacitados, a impedir outras irregularidades e abusos que as forças reacçãoárias como é hábito estão de certeza preparando.

Por isso é necessário exigir a garantia do exercício dos direitos e liberdades democráticas, e exercer corajosamente esses direitos e liberdades, mesmo quando os reacçãoários de todos os matizes mandam arrancar a propaganda (como sucede nas Câmaras de Braga, Guimarães e Fafe), ou procuram aplicar multas à propaganda sonora, ou procuram dificultar a utilização de edifícios públicos, como é o caso de instalações escolares.

Por isso é indispensável desde já, como condição da democraticidade das eleições, a **modificação da situação existente na Comunicação Social do Estado, designadamente na televisão e na rádio.**

Para se fazer uma ideia da governamentalização e partidarização da RTP pelo PS e PSD é oportuno aqui referir que o «Relatório e Conclusões» da Comissão Eventual de Inquérito da Assembleia da República à Radiotelevisão Portuguesa dá nota de monstruosos actos e decisões do governo PS/PSD para governamentalizar e partidarizar a RTP. Partilha entre Soares e Mota Pinto da escolha dos membros do Conselho de Gerência. Distribuição partidária dos pelouros. Mecanismos de decisão paralelos. Criação de um «Tempo de Antena» do governo. Interferências por parte dos membros do governo no trabalho informativo. Discriminação em relação às forças políticas não representadas no governo. Tudo isto está inscrito nas conclusões do inquérito.

É absolutamente necessário corrigir e rectificar com urgência estas escandalosas ilegalidades, irregularidades e abusos.

O carácter democrático das eleições ficará gravemente comprometido, se a televisão e a rádio continuarem a ser manipulados pelo governo, pelo PS, pelo PSD, pela rede soarista, mesmo pelo CDS, se o mais primário anticomunismo continuar a enformar notícias e programas. Se a mais descarada discriminação continuar a ser feita em relação ao PCP.

Igualdade de direitos na televisão e na rádio, desde agora, é uma justa reclamação em que insistimos como condição para que o povo possa ser esclarecido e as eleições possam realmente considerar-se democráticas.

Acabar com a política de direita, realizar uma política nacional

O povo português é uma vez mais chamado a votar. O povo não pode limitar-se a registar o que se passa. Dos acontecimentos tem de tirar conclusões, lições e experiências.

Como motivo de reflexão, nós perguntamos a todos os portugueses e portuguesas: como explicar a derrota e o fracasso nos últimos 9

anos, uns após outros, dos sucessivos planos de destruição das conquistas de Abril?

Como explicar que todos eles, uns após outros, tenham sido derrotados antes de conseguirem realizar os objectivos fundamentais?

A primeira conclusão a tirar é que a política de recuperação capitalista realizada por esses sucessivos governos não tem em conta a realidade portuguesa, não tem em conta o país real que somos depois do 25 de Abril.

A submissão de toda a política nacional ao objectivo de restauração do poder do grande capital, as ofensivas brutais procurando por todos os meios destruir as conquistas de Abril, e restaurar a exploração dos trabalhadores tal como no tempo do fascismo, não só não permitiu que os problemas nacionais fossem resolvidos, como os agravou cada vez mais.

É indiscutível que estes 9 anos da política de direita conduziu a economia portuguesa ao desastre: a produção agrícola e industrial à recessão, os pequenos e médios agricultores à ruína, milhares de pequenos e médios comerciantes e industriais à falência, os investimentos a uma quebra progressiva, o sistema bancário à ruptura, a dívida externa a um tal montante que suga literalmente só em juros grande parte do produto nacional.

É indiscutível que estes 9 anos de política de direita conduziram, a par do refazer de grandes fortunas e do regabofe dos governantes e suas clientelas, ao brutal agravamento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, com despedimentos em massa, 20% dos trabalhadores no desemprego, os salários em atraso, os preços incomportáveis, a habitação e a saúde só para os ricos, os jovens sem escola e sem trabalho, as mulheres cada vez mais discriminadas, os reformados, os pensionistas e os deficientes em situações insuportáveis, com a miséria, a fome, a doença, a prostituição, a desgraça que alastram de Norte a Sul do País.

Aqui no distrito de Braga, os trabalhadores, todo o povo, conhecem bem por experiência própria as consequências da política dos últimos 9 anos, designadamente a do governo PS/PSD de Mário Soares. Mais de 10 mil trabalhadores com salários em atraso e subsídios, em atraso. Desemprego que alastra, despedimentos selectivos atingindo particularmente dirigentes e delegados sindicais. Repressão nas empresas. Trabalho infantil. Projecto de liquidação de mil postos de trabalho na Grundig. Encerramento fraudulento de empresas. Grandes cambalachos e escândalos financeiros a revelarem a corrupção geral em que o governo PS/PSD lançou o País.

Encerramento de linhas de caminhos-de-ferro. Aumento das taxas e tarifas camarárias. Situação cada vez mais angustiada dos agricultores particularmente atingidos no distrito pela liberalização da recolha de leite, pela destruição das salas de ordenha colectiva, pelo encerramento de feiras cuja abertura os agricultores acabaram por impor, por tentativas de encerramento dos matadouros municipais, por ameaças de arranque das vinhas, para servir, não a produção de vinho português, mas a futura invasão do mercado interno pelos vinhos vindos da CEE.

É porque estas consequências desastrosas tocam a vida de milhares de portugueses que Mário Soares, o PS e o PSD procuram atirar as culpas de uns para os outros e desresponsabilizar-se da política seguida e do desastre que provocou.

Que se pode concluir destes factos? Que experiência resulta deles? Que lição há a tirar?

A conclusão inevitável para quem quer que olhe as realidades, é que para sair da crise e para resolver os problemas nacionais, é indispensável acabar de vez com a política de direita seguida nos últimos 9 anos, é indispensável pôr fim ao destruidor, desastroso e desestabilizador projecto de restauração dos monopólios do tempo da ditadura fascista, é indispensável uma nova política, uma política democrática, uma política nacional, uma política em que o desenvolvimento económico é um factor decisivo para o melhoramento das condições de vida do povo e o melhoramento das condições de vida do povo um factor decisivo para o desenvolvimento económico.

Nós propomos ao povo português uma tal política e na campanha eleitoral que se avizinha procuraremos ganhar o povo português para que a aprove e contribua para a tornar possível.

Acabar com as coligações de direita formar um governo que salve o País do desastre

Um segundo aspecto da evolução política nos últimos 9 anos merece reflexão.

Nós perguntamos também: como explicar que tenham falhado, e tenham sido derrotadas umas após outras, as coligações de direita, com ou sem o PS? Que tenha falhado e sido derrotada a coligação PS/CDS? Que tenha falhado e sido derrotada a coligação CDS/PSD, ou seja, a AD? Que tenha falhado e sido derrotada a coligação PS/PSD que antontem deu o último suspiro com a dissolução da Assembleia da República e a formalização da demissão de Mário Soares?



Como explicar que tenham falhado e sido derrotadas pela luta popular quando todos elas tinham maioria na Assembleia da República?

Tem de concluir-se que as coligações de direita, com ou sem o PS, não correspondem ao sentir do povo português, não expressam nem respeitam os problemas, os interesses, as necessidades e as aspirações da maioria esmagadora da população portuguesa.

Tem de concluir-se que às votações que os partidos reacçãoários e o PS têm recebido nas eleições, não corresponde uma força social e política correspondente, e que o movimento operário popular e democrático no plano das massas é extraordinariamente mais forte do que a reacção.

Que experiência resulta destes factos? Que lição há a tirar?

A experiência é que as coligações de direita se esgotaram, ficaram reprovadas no exame de acção governativa que fizeram ao longo de 9 anos e que portanto não se devem repetir as coligações de direita (com o PS ou sem o PS) e que é indispensável uma nova fórmula de governo determinada, não pelos acordos oportunistas de tais ou tais partidos ao serviço do grande capital e da restauração monopolista, de costas voltadas para os interesses do povo e do País, mas pela determinação firme de democratas e patriotas em fazer o País sair da crise e resolver os problemas nacionais.

É certo que, tanto os partidos de direita como o secretário-geral do PS, incapazes de encontrar soluções, continuam envolvidos em projectos de novas coligações para realizar a mesma desastrosa política dos últimos 9 anos.

O PSD e o CDS já para aí negociam a repetição da AD de triste memória que agora procura relançar-se com Freitas do Amaral a julgar-se mais alto do que é por se apresentar como candidato a candidato às presidenciais e com Cavaco e Silva, pondo-se também em bicos dos pés à frente de um retrato de Sá Carneiro.

E parece que o PS de Mário Soares, à falta do PSD que lhe volta as costas e do CDS que já lhas voltou, negocia uma aliança sensacional com o Partido Popular Monárquico, o que, pela sábia orientação do secretário-geral do PS, conduzirá muito provavelmente o PS a ter com o seu novo e poderoso aliado uma fórmula nova da coligação: não «a maior maioria» mas a «menor minoria».

As próximas eleições provocarão certamente modificações sensíveis na arrumação e correlação das forças partidárias e da sua representação na Assembleia da República.

Qualquer, porém, que seja o resultado das eleições, uma coisa é certa: a situação nacional atingiu tal gravidade que não bastará o esforço de tal ou tal partido, de tais ou tais partidos, mesmo que tendo em conjunto uma maioria de deputados.

A situação nacional atingiu tal gravidade que uma alternativa política democrática e nacional, exige um esforço conjunto de todos aqueles que, sobrepondo os interesses do povo e do País a mesquinhas querelas partidárias e a ambições pessoais, resolvam unir os seus esforços para salvar Portugal do desastre a que o conduziram 9 anos de política das coligações de direita.

Por isso, o PCP insiste na sua proposta. Para, no quadro da Constituição, da liberdade, da democracia e independência nacional fazer o País sair da crise, para resolver os grandes problemas nacionais, para relançar Portugal no caminho do desenvolvimento e do bem-estar, é necessária a **formação de um Governo Democrático de Salvação Nacional.**

Pela sua parte, após as eleições e qualquer que seja o seu resul-



tado, o PCP, consciente das suas responsabilidades, está pronto a contribuir para a formação de um tal governo.

Uma verdadeira alternativa só com o PCP e com os trabalhadores

Um terceiro aspecto da evolução da situação política nos últimos 9 anos interessa ainda considerar.

Nós perguntamos também: como explicar que tendo as sucessivas coligações de direita o poder e dispondo de maioria na Assembleia da República tenham levantado contra si os trabalhadores e vastos sectores da população e tenham acabado por ser derrotadas pelo movimento operário e popular?

Como explicar que, desenvolvendo os sucessivos governos de direita as mais sórdidas e violentas campanhas contra o PCP, o PCP em vez de enfraquecer se tenha tornado cada vez mais forte e influente?

A primeira conclusão é que, no Portugal democrático, no Portugal de Abril, está condenado à derrota quem tome como direcção fundamental da sua política a exploração e a repressão dos trabalhadores e as discriminações e perseguições ao PCP.

Anunciaram partir a espinha à CGTP e afinal alguns dos que tal anúncio fizeram já há muito foram lançados à lixeira dos políticos falhados e, enquanto a UGT — a central amarela criada pela «coligação sindical» PS/PSD/CDS — se revela cada vez mais como mero instrumento do patronato e da reacção, a CGTP-Intersindical está cada vez mais forte, mais prestigiada e poderosa.

Anunciaram ainda que o PCP seria metido num *ghetto* e perderia a sua influência e afinal os que isto proclamavam estão agora em queda livre e o PCP depois de ter ultrapassado os 200 000 membros continua cada vez mais forte, com mais influência e autoridade, com uma ligação cada vez mais profunda à classe operária e às massas populares.

Até ao fim de 9 anos de ofensiva e campanha anticomunista todas as tentativas de reduzir, de isolar, de secundarizar o PCP, revelaram-se completamente vãs.

Que se pode concluir destes factos? Que experiência resulta deles? Que lição há a tirar?

Conclusão inevitável: é com os trabalhadores e com os comunistas e não contra os trabalhadores e contra os comunistas que se podem resolver os problemas nacionais.

Conclusão inevitável é que o PCP é uma força necessária, indispensável e insubstituível para a solução dos problemas nacionais.

Conclusão inevitável é que qualquer verdadeira alternativa democrática nunca poderá ter lugar contra o PCP, mas ao contrário terá de contar com a contribuição do PCP e, quem diz com o PCP, diz com os trabalhadores, diz com as massas populares.

Por muito que custe aos partidos reaccionários e ao PS, a participação do PCP no governo será questão posta na ordem do dia mais depressa do que pensamos.

E quem decidirá não são os partidos reaccionários, nem o dr. Mário Soares, nem muitos que se iludem pensando vir a ter nas mãos os destinos do País.

O sr. Freitas do Amaral, por exemplo já diz que eleito Presidente da República não deixará o PCP entrar no governo.

O que este senhor esquece é que, não é ele que não deixará entrar o PCP no governo, mas será o povo português que o não deixará entrar a ele na Presidência da República.

Quem decidirá desta questão será o povo português e só o povo português.

E por isso, o PCP fará parte do governo no dia em que o povo português o quiser e decidir.

A proposta do PCP: uma política que interessa a todo o povo

A política que o PCP propõe ao País é uma política que interessa a todo o nosso povo.

É uma política capaz de atacar de frente e resolver os gravíssimos problemas criados por 9 anos da política de direita.

É uma política rigorosamente no quadro da Constituição, do regime e das instituições.

É uma política de lealdade e estabilização.

É uma política de aproveitamento dos nossos recursos, de mobilização das nossas energias, de relançamento e dinamização da economia nacional: da agricultura, da indústria, de todas as actividades económicas.

É uma política de respeito pelas várias formas de organização económica e de apoio a todas elas.

É uma política de melhoramento das condições de vida do povo, em que o governo tome, como suas tarefas sagradas, assegurar o direito ao trabalho, ao salário, à habitação, ao ensino e à saúde.

É uma política que, por ser democrática e ser patriótica, corresponde inteiramente aos interesses dos trabalhadores, dos agricultores, dos intelectuais, das mulheres, da juventude, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, dos artesãos e das camadas mais pobres e mais desfavorecidas como são os reformados, os idosos, os pensionistas, os deficientes.

É uma política de liberdade e de respeito escrupuloso dos princípios e das normas democráticas.

É uma política verdadeiramente nacional, verdadeiramente portuguesa, que se orienta pela defesa da unidade, da soberania, da integridade territorial e da independência da nossa pátria.

A política que o PCP propõe ao País distingue-se da política que têm praticado os outros partidos num ponto essencial.

A política dos partidos que têm estado no governo (PS/PSD/CDS) põe o governo e o Estado ao serviço dos partidos, dos seus interesses e das suas clientelas.

A política do PCP porá o governo e o Estado ao serviço do povo e do País.

A propaganda anticomunista, com as suas campanhas de mentira e calúnias, procura enganar o povo acerca do que são, do que querem, de como procedem os comunistas.

É porém cada vez maior o número de portugueses que, conhecendo o PCP, acaba por compreendê-lo e apoiá-lo.

De entre os maiores partidos, o PCP é hoje em Portugal, no quadro político existente, o único partido que respeita e defende consequentemente a liberdade e a democracia.

Liberdade de pensar. Liberdade de falar e escrever. Liberdade de reunião. Liberdade de se associar. Liberdade de manifestar. Liberdade de ter uma religião e praticar um culto.

Nos nossos ideais e na nossa prática, damos em Portugal exemplo único de respeito e tolerância.

Respeitamos e entendemos que todos devem respeitar os ideais e crenças de cada um.

Respeitamos e entendemos que todos devem respeitar os sentimentos religiosos e a prática do culto.

Não é a religião, mas os interesses de classe e a política que dividem os portugueses.

No nosso próprio partido nada se pergunta no que respeita às crenças daqueles que se inscrevem para ser membros. É por isso com alegria que vemos militarem nas nossas fileiras, unidos com todos os outros membros do Partido, no mesmo ideal, milhares de mulheres, homens e jovens católicos que vieram ao PCP, porque no PCP encontraram objectivos e práticas que mais de perto correspondiam aos seus anseios de verdade, de liberdade, de tolerância, de bem-estar, de justiça e de progresso social.

O povo português pode ter confiança na política que o PCP propõe. Porque o PCP é o partido da verdade. Porque o PCP não faz promessas vãs. Porque o PCP sempre respeitou e respeita a sua palavra, como, entre exemplos sem fim, aqui bem perto pode testemunhar o povo de Vizela. Porque o PCP tem como supremo motivo da sua própria existência, como razão motora da sua actividade, como inspiração de todas as suas atitudes e actos, a dedicação, o amor ao povo português e à pátria portuguesa.

Por uma grande vitória do PCP e da APU nas próximas eleições

Com a demissão do governo PS/PSD, com a dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições antecipadas, estão criadas condições institucionais para uma alternativa democrática.

Depende agora em grande parte da votação nas eleições para a Assembleia da República que essa alternativa se concretize.

A primeira e essencial condição para isso é que o povo que, pela luta sem tréguas, conduziu à derrota a coligação PS/PSD, confirme essa sua vitória através do voto.

O PS e o PSD falam agora como se não tivessem qualquer responsabilidade na política que eles próprios conluídos realizaram no governo. O PS, o PSD e o CDS, tal como noutras ocasiões eleitorais, fazem promessas e falam em «mudança». Mas haverá ainda alguém que acredite nas promessas que fazem? Haverá alguém que não tenha na memória que sempre prometeram «mudança» e que a «mudança» foi sempre para pior?

É um facto que milhares daqueles que votaram no PS, no PSD (e também no CDS que nas questões essenciais foi um aliado não declarado da coligação PS/PSD) compreenderam o erro que cometeram e não votarão mais nesses partidos.

Conhecemos numerosos exemplos em que isso acontece. E se acaso aqui, neste nosso grande encontro, estão presentes membros ou eleitores desses partidos que aqui vieram para conhecer as posições do PCP, eu os quero saudar e agradecer a sua presença.

A vida já deu a lição àqueles que votaram nesses partidos e que depois sofreram seriamente as consequências da política desses partidos no governo. Que cada qual aproveite a lição e tire dela as consequências para o seu voto nas próximas eleições.

Uma segunda e essencial condição para que com as eleições se concretize a possibilidade de uma alternativa democrática é o reforço substancial dos votos e do número de deputados no PCP e na APU.

Há quem julgue que o novo partido, o PRD, só por si pode assegurar uma viragem na política portuguesa. É um erro grave de apreensão. Ganhando grande parte do eleitorado do PS, do PSD e também do CDS, o PRD pode representar um importante papel na rearmagem e na correlação das forças partidárias. Pode representar um importante papel na mudança do quadro partidário na Assembleia da República.

Mas a nova situação e a existência desse novo partido não dispensa antes exige o reforço, e reforço sério, do número de deputados do PCP e seus aliados na APU.

Sem esse reforço, a perspectiva de uma alternativa democrática poderia ficar de facto comprometida.

Uma alternativa democrática dependerá de forma decisiva de uma grande vitória do PCP e da APU nas próximas eleições para a Assembleia da República, que terão lugar no dia 6 de Outubro.

Desde já trabalhamos e trabalharemos incansavelmente para assegurar-las.

Até lá, com os trabalhadores e com as massas populares, continuaremos a luta em todas as frentes sociais e políticas.

Continuaremos em bom ritmo a preparação para as eleições autárquicas alargando as listas a milhares de independentes e a militantes de outros partidos, que reconhecem que afinal a sua trincheira é na APU, é com o PCP.

E julgo ser justo aproveitar esta ocasião para aqui em Braga saudar aqueles muitos democratas independentes ou vindos do PS, do PSD e de outros partidos, que, para as próximas eleições autárquicas, fazem parte das listas da APU.

E temos que manter o trabalho preparatório em bom ritmo porque, por lei aprovada na Assembleia da República num dos últimos dias da sua existência, as eleições autárquicas terão obrigatoriamente lugar no corrente ano de 1985.

Continuaremos também a dar atenção à realização das eleições presidenciais (a realizar possivelmente em Janeiro do próximo ano) e, pela nossa parte, actuaremos para que se alcance o acordo ou o consenso verificado que permita assegurar a derrota de Freitas do Amaral, de Mário Soares e de outros candidatos da direita e a vitória de um candidato da democracia.

Vamos concentrar grande parte dos nossos esforços e energias na preparação da vitória nas eleições de 6 de Outubro para a Assembleia da República.

Convenceremos muitos milhares de portugueses de que o único voto seguro, útil e certo, o voto necessário, o voto indispensável ao povo, à democracia, à independência nacional, é o voto na APU que, já na sua agonia, o governo quis proibir, mas que concorrerá às eleições chela de força, de entusiasmo e confiança.

Temos ainda por diante outras sérias tarefas, entre as quais se destaca a Festa do «Avante!». Estamos também certos de que, além da grandiosa realização cultural, política, recreativa, além da afirmação da força do Partido, a Festa do «Avante!» será também um exaltante ponto de arranque para a batalha eleitoral.

PCP

Fundos para o novo CT da DORS

Festas populares dinamizam a campanha

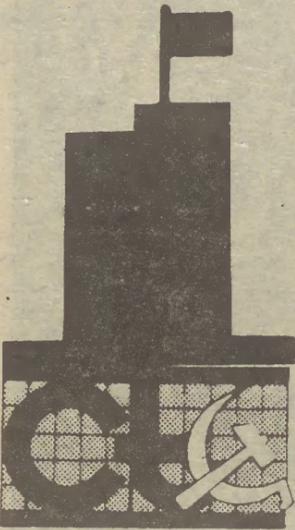
• Ultrapassados os 14 mil contos

As festas populares promovidas por organizações do PCP nos diferentes pontos do distrito têm marcado uma posição saliente no quadro da campanha de fundos para a construção do novo Centro de Trabalho da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP. Depois do êxito da Festa da Fraternidade, que no último fim-de-semana levou a animação, a música, o convívio e o esclarecimento político à vila de Grândola, e não falando das outras festas entretanto já realizadas, a campanha conta ainda, neste período de Verão, com mais espaços festivos cuja actividade preparatória decorre neste momento com grande empenhamento das organizações locais do PCP.

Assim, por iniciativa da Comissão de Freguesia de Santiago do Cacém, teremos em Vale Verde no fim-de-semana de 27 e 28 deste mês a Festa da Amizade, que promete espectáculos musicais, exposições, desporto,

cultura e... muito convívio.

No fim-de-semana de 2, 3 e 4 de Agosto, o castelo de Sines vai acolher mais uma edição da Festa da Terra e do Mar, para a qual se confirmam desde já nomes como os de Rão Kyao, José



Jorge Letria, Fernando Farinha, Julian del Vale, ainda o teatro Amador de Sines, os grupos alentejanos «Os Ganhões de Castro Verde», os «Amigos da Boa Vontade» e os «Camponeses de Ourique», o conjunto Aliamar e o grupo de Música Popular de Pias. Colóquios, debates, retiro do fado amador e um serviço de petiscos com a presença fundamental da caldeirada são outros atractivos da Festa da Terra e do Mar.

Casebres

Por seu turno, a Festa da Alegria animará Casebres a 3 e 4 de Agosto, com uma programação variada que inclui espectáculos de variedades, bailes, actuação de ranchos e uma «grandiosa vacada».

A 9, 10 e 11 de Agosto será a vez da Festa Vitória de Abril, em Rio de Molinhos, na zona de Alcácer do Sal.

Espectáculo itinerante: êxito em Grândola

A propósito das iniciativas para a campanha do novo CT da DORS é de referir, a título de exemplo, o convívio marcado para o próximo dia 27 em Algezu (Setúbal).

Sobre o espectáculo itinerante, o nosso destaque desta semana vai para o êxito alcançado no último fim-de-semana em Grândola, no quadro da Festa da Fraternidade.

Nacional

A acção do Governo ficará na memória das mulheres

A direcção Nacional do Movimento Democrático de Mulheres reuniu-se no passado dia 13, tendo concluído que «a dissolução da Assembleia da República põe termo a uma legislatura e a uma acção governativa que ficam na nossa memória», uma vez que «vimos agravadas as condições de vida, com o aumento da inflação e do desemprego, particularmente o feminino».

Para o MDM, a acção da coligação PS/PSD ao governo e na Assembleia pautou-se também pelo «número de falências e de trabalhadores com salários em atraso. Em muitos lares entrou a fome e a miséria. O insucesso escolar, a insegurança nas escolas e nas ruas, a limitação crescente do acesso à formação profissional ou no ingresso às Universidades são problemas que cada vez mais afectam a juventude, ensombreado o presente e comprometendo o futuro. A droga, a prostituição, a marginalidade alastram».

Segundo a Direcção Nacional do MDM «estes são os verdadeiros custos de uma prática governativa que foi orientada contra os interesses da grande maioria da população portuguesa com a cumplicidade activa da Assembleia da República, como aconteceu, por exemplo, na recente aprovação da Lei do aumento das rendas de casa. Esta a factura pesada a pagar e que, no caso das mulheres, é sempre dolorosamente agravada».

No entanto, e contrastando com a acção governativa, o MDM salienta que também a luta das mulheres recrudescceu, e que só essa luta conseguiu impor a aprovação das leis sobre a protecção da maternidade, o planeamento familiar, a educação sexual, e sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Constatando ser «cada vez maior o número de mulheres conscientes da extensão das discriminações que as atingem, mais interiorizando o seu repúdio por situações de exploração, injustiça, subalternidade, violência, mais vigoroso e determinado o seu empenhamento na luta em defesa dos seus direitos, da democracia e da liberdade», o MDM salienta a maior «receptividade à sua acção que tem vindo a revestir formas novas e uma maior regularidade de intervenção».

Agora, «há que canalizar o nosso descontentamento, esclarecer-nos sobre quem defende ou ataca os nossos direitos, quem tenta eliminar ou acentuar

as discriminações existentes, quem demagogicamente promete, mas não cumpre».

Carta ao Presidente

Da reunião da Direcção Nacional do MDM saiu ainda uma mensagem ao Presidente da República, na qual as mulheres afirmam «a sua profunda preocupação face à iminência da entrada em vigor da Lei das Rendas de Casa».

Na mensagem, sublinham que «esta lei, para além de injusta, foi aprovada por uma maioria numa Assembleia da República em vias de dissolução e cuja legitimidade entendemos duvidosa».

Além do mais, «esta lei não resolve, antes agrava, o problema da habitação, não resolve o problema dos senhorios pobres e só favorece aqueles que já muito têm».

Por isso, «a Direcção Nacional do MDM, fazendo eco da preocupação sentida por tantas e tantas mulheres, cujas famílias já hoje vivem em situações sub-humanas, apela ao Presidente para que «esta medida injusta, que significa um total desrespeito pelos ideais de Abril e pelo direito à habitação consagrado na Constituição da República Portuguesa».

Festa da Fraternidade
Êxito em Grândola

Todos os anos, pelo Verão, os grandolenses têm uma referência obrigatória: a Festa da Fraternidade, organizada pela Comissão Concelhia de Grândola do PCP.

A deste ano, realizada a 13 e 14 de Julho, conseguiu ultrapassar os seus objectivos tendo passado pela Festa mais de milhar e meio de pessoas.

Com um programa denso, onde os espectáculos e as exposições foram a componente cultural, dirigida desde a infância à restante população, não faltou o



espectáculo de encerramento com a presença do Grupo Cénico da Incrível Almadense e Carlos do Carmo.

Para os apreciadores do bom prato e do «petisco» não faltaram os atraentes pavilhões de várias organizações.

O momento alto da Festa aconteceu no sábado pelas 21 horas, com o comício. Dias Lourenço esteve no uso da palavra. Em foco, a situação política actual, com destaque, nomeadamente, para as manobras do derrotado Governo PS/PSD.

URAP reuniu assembleia geral

Os corpos directivos da União dos Resistentes Anti-fascistas Portuguesas (URAP) foram eleitos no passado sábado em Assembleia Geral.

Os novos corpos directivos foram mandatados para dois anos na mesma reunião em que se aprovou a alteração dos estatutos e o relatório de contas e actividades de 1984.

Nesta assembleia, os membros

da URAP aprovaram, no final da ordem de trabalhos, duas moções de solidariedade. Na primeira, de solidariedade para com o povo da Nicarágua, a URAP apela à participação na sessão que se realiza amanhã no cinema Alvalade. Na segunda, os resistentes anti-fascistas portugueses solidarizam-se com o também membro da URAP, Miguel Urbano Rodrigues, recentemente impedido de exercer as

funções de director do matutino «o diário»

Nesta assembleia geral foi ainda aprovado um voto de pesar por três destacados membros da URAP recentemente falecidos: professor dr. Ruy Luís Gomes, presidente da Assembleia Geral, Manuel Alpedrinha, ex-presidente do conselho directivo e director do «Boletim» da associação, e João Faria Borda, presidente do conselho directivo.

ATÉ AMANHÃ
CAMARADAS
de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE
E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO
EM PORTUGAL

edições
Avante!



PCP

Covilhã

2.ª Assembleia do PCP comprovou: o concelho necessita uma Câmara APU

Os aspectos mais salientes da vida política, económica e social do concelho, a organização partidária e as tarefas apontadas ao seu reforço, as batalhas eleitorais, com destaque para as eleições autárquicas, e ainda a eleição da Comissão Concelhia do Partido foram temas em foco na 2.ª Assembleia da Organização do PCP na Covilhã, realizada recentemente naquela cidade do distrito de Castelo Branco.

Subordinada ao lema «no caminho de Abril, com o PCP, o concelho da Covilhã precisa de uma Câmara APU», a Assembleia registou um conjunto significativo de intervenções, nomeadamente sobre recrutamento, trabalho de informação e propaganda, frente de fundos, política de quadros, Centro de Trabalho da Covilhã, freguesia de Tortosendo, as freguesias da cidade da Covilhã, as células de empresa no concelho, o sector têxtil, o trabalho dos comunistas nas estruturas unitárias, trabalho camponês, mulheres, juventude, Pioneiros de Portugal, problemas da paz, Poder Local e eleições autárquicas, a experiência do trabalho da APU na freguesia de Cortes do Melo, a AECOD — Associação dos Eleitos Comunistas e outros Democratas e a solidariedade com o concelho da Covilhã, o trabalho dos comunistas e seus aliados na APU na Assembleia Municipal

da Covilhã, a gestão APU na freguesia do Tortosendo, a si-



tuação na Câmara da Covilhã — o trabalho e as propostas da APU, a alternativa necessária.

A nova Comissão Concelhia do PCP, eleita na Assembleia, é constituída por 26 elementos, 5 dos quais mulheres. Dezassete destes camaradas têm entre 30 e 50 anos. Treze são operários,

o que representa 50 por cento da composição total.

Duas conclusões

A dada altura do debate, a Assembleia retirou duas conclusões fundamentais retiradas das intervenções e da análise realizada com a viva participação dos delegados.

Uma é que os comunistas e outros democratas da Aliança Povo Unido, na Câmara, na Assembleia Municipal, nas Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia em que são maioria, bem como naquelas em que são minoria, cumpriram no fundamental, os compromissos assumidos perante o Povo do nosso concelho.

A segunda conclusão é que PS/PSD e CDS, com destaque para o PS, (maioria assente na Câmara), têm no concelho uma gestão que se caracteriza no geral pelo adiamento da resolução dos problemas das populações, pelo não cumprimento de programas eleitorais apresentados, pelo compadrio e mesmo corrupção no que concerne principalmente à gestão da Câmara Municipal.

Se a estas duas conclusões juntarmos o descrédito e o descontentamento das populações contra o PS, PSD e o CDS, pela política ruinosa que há 9 anos praticam no governo; a recente rotura da coligação reaccionária do PS e PSD, a queda do seu governo e as contradições e dificuldades em que se debatem estes partidos; se considerarmos a actuação do actual quadro partidário com o surgimento de novos partidos e o crescente prestígio e reforço do nosso Partido e da Aliança Povo Unido, pode-se concluir que o momento político presente é particularmente favorável à nossa acção junto das populações e ao recrutamento de muitos democratas (até hoje iludidos com outros partidos) para a área da Aliança Povo Unido.

O concelho da Covilhã precisa de uma Câmara APU e o distrito de Castelo Branco deve contribuir para o reforço do nosso grupo parlamentar na Assembleia da República, com a eleição do seu 1.º deputado comunista nas próximas eleições legislativas.

No decorrer da Assembleia foram revelados os nomes dos cabeças de lista APU à Câmara e Assembleia Municipais da Covilhã nas próximas eleições autárquicas. Trata-se, respectivamente, de António Teles André, engenheiro electrotécnico, professor da Escola Campos de Mello, vereador na CM, membro da Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP; e de Luís Pereira Garra, operário têxtil, dirigente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa, coordenador da União dos Sindicatos do Distrito de C. Branco, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e membro do Executivo da Comissão Distrital do PCP.

O comício de encerramento da Assembleia incluiu uma intervenção do camarada José Soeiro, da Comissão Política do Comité Central.



Bairro da CUF no Barreiro, terra de fortes tradições antifascistas onde o Partido assume importantes responsabilidades para com a população. Por isso e porque a situação o impõe, é necessário desde já «preparar a vitória», como destaca o lema do plenário concelhio marcado para logo à noite

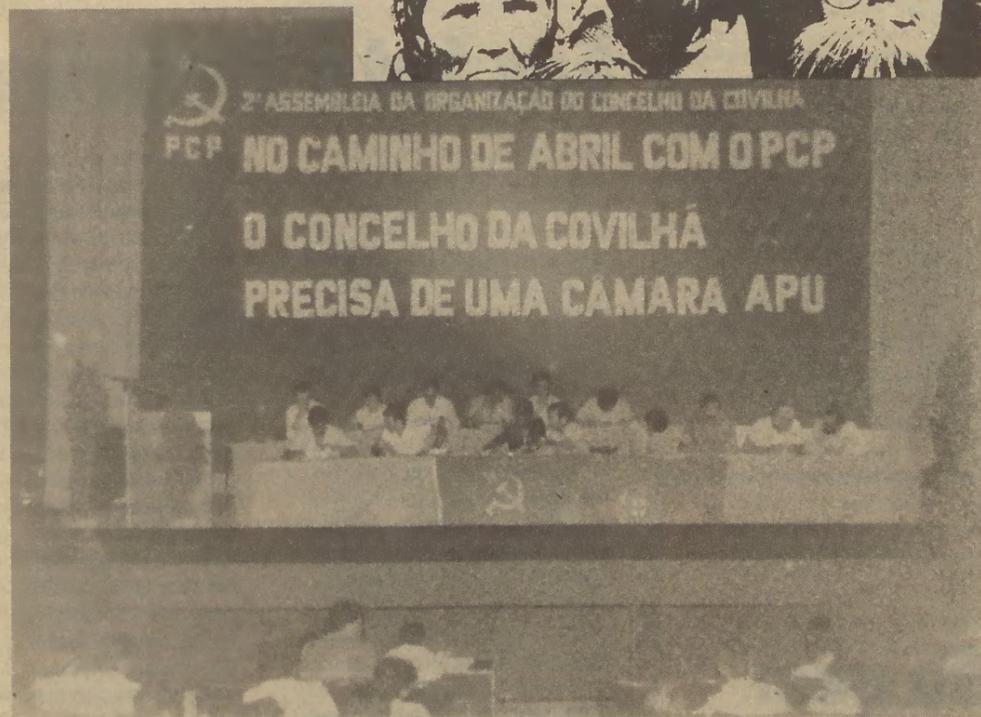
Plenário concelhio no Barreiro

«Para Preparar a Vitória».

O lema diz já alguma coisa sobre o plenário que decorrerá esta noite no Barreiro, por iniciativa da organização concelhia do Partido. Trata-se de uma importante reunião que abordará a situação política e social e as tarefas do Partido neste segundo semestre de

1985, ano de importantes batalhas políticas.

O plenário está marcado para as 21 e 30 horas, desta quinta-feira, na colectividade «Os Penicheiros» e destina-se, como já referimos, aos camaradas da organização concelhia do Barreiro (distrito de Setúbal).



A Mesa que presidiu aos trabalhos da 2.ª Assembleia da Organização Concelhia da Covilhã, do PCP

Camaradas Falecidos

Fernando Dias Coelho

No passado dia 11 faleceu em Pinhel (distrito da Guarda), sua terra natal, o nosso camarada Fernando Dias Coelho, reformado de 68 anos. Antifascista de longa data, era irmão de José Dias Coelho, o nosso camarada assassinado pela PIDE em 1961.

Francisco Madeira

Militante do PCP desde 1974 e antifascista activo desde os tempos da sua juventude, faleceu recentemente o nosso camarada Francisco Madeira, de

55 anos, natural e residente no Tortosendo.

Isabel Rocha

Natural de Lisboa, faleceu recentemente com 43 anos a nossa camarada Isabel Rodrigues Rocha, dsportista e professora de vincado prestígio. Foi campeã nacional de badminton, passou pela Direcção-Geral dos Desportos, onde participou no importante trabalho colectivo após o 25 de Abril e presidiu ao Conselho Directivo da Escola Preparatória Luís António Verney, na capital.

O funeral saiu da casa mortuária da Igreja do Santo Condestável, a Campo de Ourique, para o cemitério do Alto de S. João, tendo sido acompanhado por muitos familiares, colegas, amigos e camaradas de Isabel Rocha, vítima de doença incurável, a que resistiu durante anos e anos.

O colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências aos familiares e a todos quantos se relacionavam com os militantes comunistas desaparecidos.

CDL a distribuição

Quais as vantagens e desvantagens da entrada para o Mercado Comum?

SECTOR POR SECTOR
ESTA COLECCÃO DÁ A RESPOSTA
Agricultura • Pescas • Comércio • Transportes • Turismo • Indústria
— Alguns dos temas tratados nesta colecção

Trabalhadores

Contra ilusões demagógicas

CGTP-IN adverte: os responsáveis têm nome

O Plenário Nacional de Sindicatos, que decorreu em Lisboa na passada sexta-feira, sublinhou que «a situação pré-eleitoral que vivemos presta-se a manobras e afirmações demagógicas, com vista a enganar os trabalhadores e a opinião pública». Fazendo notar, «com veemência», que «os responsáveis pelos graves problemas económicos e sociais dos trabalhadores e do País têm nome», o órgão máximo da CGTP-IN entre Congressos realma que «o melhor e mais eficaz contributo do movimento sindical para uma vitória das forças democráticas nas próximas eleições» é «mobilizar os trabalhadores na luta em torno dos seus problemas concretos e na satisfação das suas aspirações». Como «objectivos imediatos e prioritários», o Plenário discutiu e aprovou doze pontos de luta.

Uma resolução político-sindical aprovada pelos delegados realça no seu primeiro ponto que «vale a pena lutar» e que «foi travada a ofensiva do Governo PS/PSD contra os trabalhadores e a democracia». Segundo o Plenário, «o fracasso da coligação governamental» representou também «um profundo desaire para os visionistas».

O Plenário, que anunciou para os dias 4 a 9 de Novembro próximo a realização da II Conferência de Organização Sindical, que «se enquadra já na preparação do V Congresso», acusa como responsáveis pela situação em que o País se encontra «os governos e respectivas forças políticas que, nos últimos nove anos, desencadearam uma poderosa ofensiva contra as conquistas de Abril — com particular e maior gravidade durante a governação PS/PSD — e que lançaram centenas de milhares de trabalhadores e famílias no desemprego, na miséria e na fome; que provocaram e consentiram o escândalo dos salários em atraso, uma das maiores taxas de inflação da Europa, uma das mais

elevadas dívidas externas do mundo, a liquidação e a falência de milhares de pequenas, médias empresas, unidades produtivas, a extinção de empresas públicas, a mais descarada e imoral corrupção a todos os níveis, dentro e fora dos organismos do Estado, a mais despidorada manipulação da comunicação social e a mais violenta repressão patronal e policial contra os trabalhadores em luta pelos seus legítimos direitos».

Ao referir-se às «perspectivas futuras», o Plenário Nacional de Sindicatos, aberto a todas as associações sindicais filiadas ou não na CGTP-IN, assinala que «a decisão do Presidente da República de dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas», juntamente com «a continuação da luta do povo, abre possibilidades reais para uma mudança na sociedade portuguesa que, invertendo o rumo da política seguida nos últimos nove anos, permita começar a resolver os grandes problemas nacionais, recupere e concretize as promessas de Abril».

A lei das rendas não deve ser promulgada

Num projecto de resolução que viria a ser aprovado na sessão do Conselho Nacional da CGTP-IN, a Central reafirma que a lei das rendas foi imposta pelo Governo soarista à Assembleia da República «já depois de se encontrar demissionário» e foi aprovada pelo mesmo órgão quando já tinha sido anunciada a sua dissolução. O Conselho Nacional considera, como aliás o Plenário confirmou no dia seguinte, que a lei das rendas não deve ser promulgada, pois a Assembleia aprovou-a «em condições de completo descrédito e ilegitimidade».

A CGTP-IN «alerta vivamente os trabalhadores portugueses para os previsíveis perigos decorrentes da actuação do governo de gestão e para a necessidade de se manterem mobilizados».

Sobre a ratificação parlamentar do tratado de adesão às Comunidades, o Conselho Nacional manifesta a sua «perplexidade» por a Assembleia da República ter procedido a esse acto na véspera da dissolução, sem que antes tenha havido «um debate sério e alargado» sobre um assunto com «tantas implicações nacionais» como é a integração de Portugal na CEE.

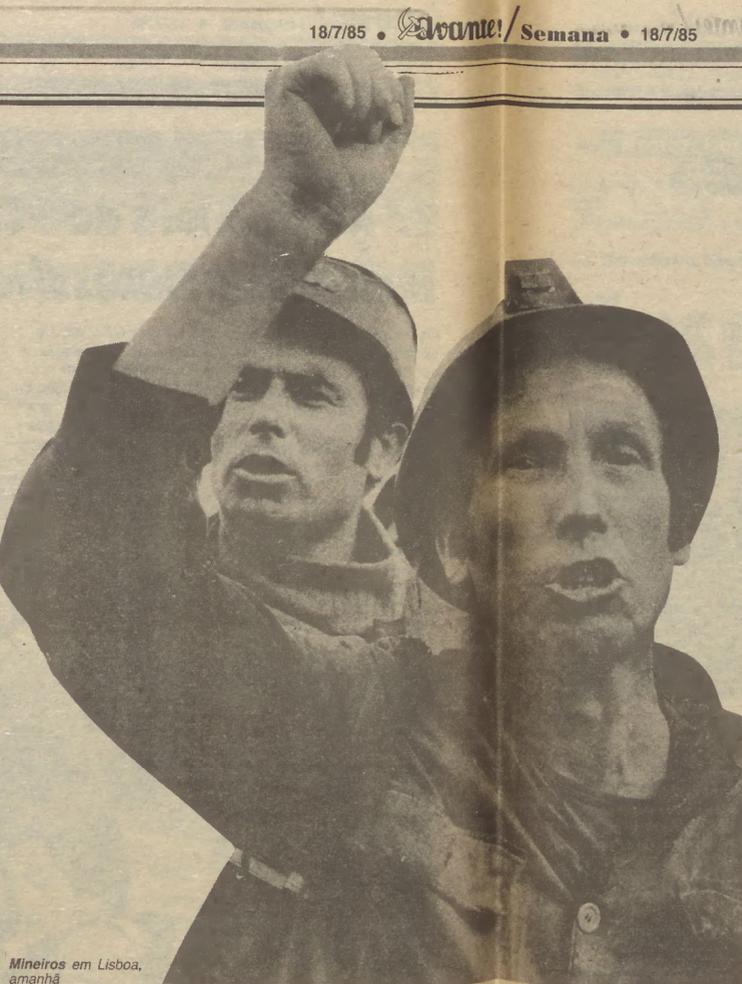
O Conselho Nacional adverte que a Central se oporá, «responsavelmente, a todas as medidas que se mostrem contrárias aos interesses nacionais e dos trabalhadores».

Objectivos da luta

«No actual contexto político existem condições que favore-

cem a luta pela satisfação das reivindicações dos trabalhadores», sublinha o Plenário Nacional de Sindicatos, que destaca como «objectivos imediatos e prioritários da luta» os seguintes:

Pagamento dos salários em atraso; **defesa** dos postos de trabalho, contra os despedimentos, o desemprego e o encerramento de empresas; **contra** a carestia e, especialmente contra o aumento das rendas; **revisão** dos contratos colectivos e aumento das tabelas salariais; **extensão** do subsídio de desemprego a todos os trabalhadores e jovens à procura de primeiro emprego, aplicação total das verbas orçamentadas; **defesa** do sector empresarial do Estado (público, nacionalizado e participado), contra o desmantelamento de empresas, pela sua reestruturação e modernização, pela entrada em funções dos gestores eleitos; **defesa** da Reforma Agrária, contra a entrega de terras, máquinas e gados aos latifundiários, pela reposição da legalidade, pelo cumprimento dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo; **actualização** e negociação atempada dos salários mínimos nacionais e pensões sociais; **regularização** e moralização da situação dos trabalhadores agrícolas face à Segurança Social; **combate** e denúncia da corrupção e compadrio; **respeito** pelo direito de participação nos órgãos e instâncias do Estado, que assiste ao movimento sindical unitário (a todos os níveis da sua estrutura), corrigindo desde já todas as violações cometidas; **rigoroso** respeito pelo direito dos trabalhadores à informação nos órgãos de comunicação social estatizada, e o fim da sua manipulação.



Mineiros em Lisboa, amanhã

Em luta hoje e amanhã

Além dos locais de trabalho onde a luta se mantém permanentemente, devido aos salários em atraso e à negação de direitos elementares, há várias acções a destacar hoje e amanhã.

Os trabalhadores de minas do Norte e Centro do País enviam amanhã a Lisboa uma delegação, que exigirá novamente a aplicação integral do regulamento de higiene e segurança no sector mineiro. A delegação concentra-se junto às instalações da Inspeção-Geral do Trabalho, à Praça de Alvalade, em Lisboa. Entre outras, estarão presentes as minas do Pejão, Panasqueira e Boralha. Os delegados promovem um encontro com os órgãos de informação no sentido de elucidar a opinião

pública sobre as difíceis condições de vida e de trabalho dos mineiros portugueses.

Na Renault, os trabalhadores paralisam amanhã durante todo o dia. As organizações sindicais representativas afirmam que a greve é devida ao não cumprimento de compromissos anteriormente assumidos pela administração, à «tentativa de praticar discriminações nas actualizações salariais», e à não realização do «projecto Renault», com a consequente tentativa de despedimentos. Na sala da CT, as ORT's promovem amanhã, às 10 horas, uma conferência de trabalhadores concentra-se junto à sede da administração, na Avenida Marechal Gomes da Costa, em Lisboa.

Prevista greve na Vitrohm

A fabricação de material eléctrico e electrónico continua sob a ameaça de despedimentos. Os trabalhadores da Vitrohm Portuguesa, com sede em Trajouce (Cascais), decidiram recorrer a formas de luta, a partir da próxima terça-feira, se a administração não suspender as acções em curso com vista à supressão de mais de cinquenta postos de trabalho. A empresa, do ramo electrónico, emprega duzentos e cinquenta trabalhadores.

O Sindicato das Indústrias

Elétricas do Sul e Ilhas, depois de referir que o recurso a formas de luta foi decidido em plenário na passada segunda-feira, sublinha que, em documento aí aprovado, «os trabalhadores consideraram que as dificuldades económicas invocadas pela administração para justificar o despedimento colectivo, além de não estarem comprovadas, só podem resultar da gestão ruínoza que tem vindo a ser imprimida à empresa, designadamente o desvio de encomendas e clientes em favor de depen-

Hoje e amanhã, os trabalhadores das escolas, jardins de infância e direcções escolares concentram-se numa vigília, das 15 às 20 horas, em frente ao Ministério da Educação, em Lisboa. Segundo a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, o objectivo desta forma de luta é «exigir do secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário a marcação de uma entrevista, assim como a entrega do projecto de diploma, que deverá consubstanciar as reivindicações daqueles trabalhadores, expressas no seu caderno reivindicativo». Para hoje e amanhã os jardineiros da Câmara Municipal de Lisboa anunciam uma greve.

Muito participada a luta na Torralta

● PCP considera ferido o interesse público e vota contra as conclusões do inquérito parlamentar

Ao entrarem no terceiro e último dia de greve, na sexta-feira passada, os trabalhadores da Torralta (Tróia, Lisboa, Serra da Estrela e Algarve) apelam à mobilização e vigilância, enquanto se mantiverem as ameaças de encerramento da empresa e os salários em atraso, causa determinante da paralisação que, designadamente em Tróia, contou com uma adesão média de 80 por cento. Entretanto, na Assembleia da República, era aprovado com os votos contra do PCP, que proferiu uma declaração de voto, o relatório e conclusões do inquérito àquela empresa, cujo «objectivo genérico visava apurar se o interesse público havia sido ferido pelas medidas de viabilização da Torralta, tomadas pelo Governo» — como refere o próprio inquérito — «através da resolução do Conselho de Ministros n.º 34/84» de 31 de Maio do ano findo.

A resolução aprovada pela Assembleia da República, poucas horas antes da sua dissolução, conclui que as medidas aprovadas pelo Governo PS/PSD naquela data não feriram o interesse público. Mas a conclusão final da declaração de voto do PCP sublinha que «a resolução 34/84 do Conselho de Ministros não só é de duvidosa legalidade como veio na sequência de uma série de actos que, beneficiando exclusivamente a administração da Torralta, prejudicaram interesses do sector público estatal, na banca, e não garantiram os direitos dos trabalhadores e dos pequenos investidores da Torralta».

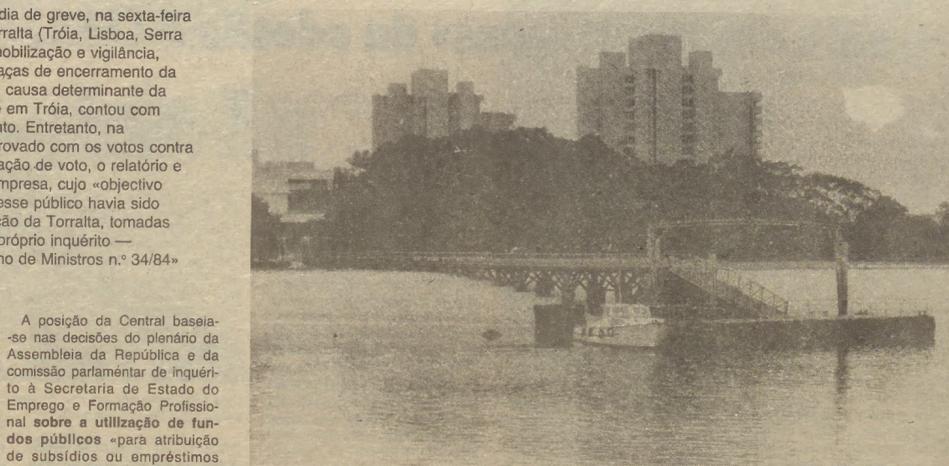
O inquérito ordenado no âmbito da Assembleia da República incluiu nomeadamente, sobre as diferentes avaliações de bens daquela empresa privada por parte de três bancos (UBP, CGD e CPP) todas elas muito superiores ao valor da dação (5471 milhões de contos) que a conhecida empresa turística deveria fornecer à banca, de acordo com a decisão do Conselho de Ministros, para pagamento de dívidas que somavam, segundo a declaração de voto do PCP, 5,6 milhões de contos, em 1984, só à União de Bancos Portugueses — total superior ao capital social do Banco — «acrescido de um milhão de custos de juros durante 1984, por não se ter concretizado a dação em pagamento».

Recorde-se que os bens da Torralta a fornecer em dação, avaliados pela União de Bancos Portugueses, pela Caixa Geral de Depósitos e pelo Crédito Predial Português, rondaram sempre os oito milhões de contos, total superior em mais de dois milhões e meio aos valores que vieram a ser aceites pelo Ministério das Finanças e que constam da resolução 34/84 do Conselho de Ministros.

Vinha a público entretanto, segundo elementos fornecidos pelo Banco de Portugal, uma previsão dos prejuízos que a banca comercial nacionalizada registará durante o ano corrente. Esse total atinge os 13,4 milhões de contos.

Exigida a suspensão do ministro do Trabalho

A CGTP-IN, em comunicado subscrito pela sua Comissão Executiva e distribuído com data de anteontem, «exige a imediata suspensão do ministro do Trabalho e do secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional das suas funções oficiais».



Torralta (instalações em Tróia) ameaçada de encerramento

A posição da Central baseia-se nas decisões do plenário da Assembleia da República e da comissão parlamentar de inquérito à Secretaria de Estado do Emprego e Formação Profissional sobre a utilização de fundos públicos «para atribuição de subsídios ou empréstimos para manutenção de postos de trabalho — situação que há muito os sindicatos vinham denunciando como irregular».

A Comissão Executiva da CGTP-IN, que exige também «o total e completo esclarecimento desta situação» bem como o «apuramento de todas as responsabilidades», recorda que a Assembleia da República decidiu enviar o relatório da comissão

parlamentar de inquérito sobre o «caso Rui Amaral» (SEFFP) à Alta Autoridade Contra a Corrupção.

Os dirigentes da CGTP-IN recordam ainda que as conclusões daquele inquérito parlamentar apontam para a «existência de irregularidades» e admitem «indícios de corrupção».

Apesar de confirmadas «irregularidades na gestão das verbas dos trabalhadores pelo SEFFP, o ministro do Trabalho solidarizou-se, politicamente, na Assembleia da República, com o secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional».

Este último, por sua vez, enviava para publicação no «Diário

da República» um «voto público de louvor» ao principal responsável sob as suas ordens na atribuição das verbas, o dr. Jorge Queirós. Com esse gesto, Rui Amaral pretende naturalmente abafar as conclusões do inquérito e as irregularidades que a imprensa tem veiculando com geral credibilidade.

LUTAS E TAREFAS

● A União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal, no seguimento do protesto do Sindicato dos Metalúrgicos, «solidariza-se inteiramente com as acções que os trabalhadores da Lisnave venham a decidir» contra a repressão dos Mellos na empresa do sector empresarial do Estado. Como o «Avante!» noticiou na semana passada, três membros das organizações representativas (ORTs) dos estaleiros, incluindo um dirigente sindical, foram alvo de processos disciplinares com intenção de despedimento por cumprirem as funções para que foram eleitos pelos seus companheiros de trabalho. Recorde-se que a administração Mellos deve oito meses de salários aos trabalhadores. Entretanto, as ORTs acusavam a administração de preparar um lock-out, com a intenção de entregar a empresa a empregatários e a contratados a prazo.

● O Sindicato dos Médicos da Zona Sul esteve representado no V Congresso Internacional de Médicos para a Prevenção da Guerra Nuclear, realizado em Budapeste. Numa nota sobre o assunto, o SMZS assinala que participaram nos trabalhos do Congresso (28/6 a 1/7) mil delegados de quarenta países, representando 135 mil médicos. A representação portuguesa coube ao dr. Jorge Brandão, dirigente do SMZS.

● A chamada «rescisão de contratos por mútuo acordo» pode levar ao despedimento 1122 trabalhadores da Grundig. As ORTs desta multinacional instalada em Braga protestaram em conferência de imprensa contra a «nova ofensiva» da administração, que recentemente não conseguiu levar a cabo um plano de despedimento colectivo. Os sindicatos representativos e os trabalhadores têm desenvolvido várias formas de luta pelos postos de trabalho e pelos salários.

● Mais de 90 por cento dos vidreiros aderiram à greve na CIVE. Durante a paralisação, entre as 9 e as 13 horas da passada quinta-feira, representantes dos trabalhadores da Companhia Industrial Vidreira deslocaram-se à delegação do Banco (BESCL) na Marinha Grande que, juntamente com o IPE (Investimentos e Participações do Estado), o Ministério da Indústria e Energia e a administração, é responsável pela viabilização da empresa e pelo pagamento dos salários em atraso.

● No Montijo, os trabalhadores da Vidreira Central recorem à greve (três dias por semana) até que o patrão mande liquidar os três meses de salários em atraso. A decisão é manter esta forma de luta enquanto não se regularizar a situação.

● A sede em Lisboa da Sado Internacional, empresa de Setúbal, foi ocupada durante duas horas, ao princípio da tarde de quinta-feira passada. Os cerca de 600 trabalhadores reclamam salários e subsídios atrasados, a viabilização da empresa e a garantia dos postos de trabalho.

● Na empresa Mármore do Condado, de Pero Pinheiro, a paralisação na tarde do dia 9 será seguida de novas formas de luta, se os atrasados não forem pagos. A decisão foi aprovada em plenário pelos cerca de 400 trabalhadores em greve por não terem garantias de pagamento dos subsídios de férias e dos complementos de reforma. Em dívida estavam, na semana passada, os salários de Junho, o 13.º mês de 1984 e quatro meses de retroactivos do mesmo ano.

● Segundo fonte sindical, os trabalhadores da Soprem mantinham-se em plenário permanente na passada sexta-feira. Exigindo sete meses de salários em atraso e o esclarecimento da situação, pois a empresa recebeu em Março deste ano «um subsídio estatal de 81 mil contos», o Sindicato da Cerâmica, Construção e Madeiras do Distrito de Aveiro refere a tentativa de suicídio de um operário da Soprem, que se encontra hospitalizado em perigo de vida.

● Números divulgados na passada quinta-feira pela Federação Nacional dos Professores (FENPROF) revelam que se aproxima dos 20 mil o total dos alunos que em todo o País não terão aulas asseguradas no princípio do próximo ano lectivo. Entretanto, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa considerava «escandalosa» a forma como o Ministério da Educação encaminha os concursos para o preparatório e o secundário. Os serviços do Ministério não conseguem esclarecer as dívidas dos professores e «vão as informações mais desencontradas e desconexas» — afirma o SPGL ao referir-se a «uma situação que há muitos anos não se vivia» no sector.

Salários em atraso

A Lisnave não paga porque não quer

A Lisnave continua a não pagar salários. Um comunicado dos ORTs distribuído há dias refere que a administração dos estaleiros entrou na segunda fase da «ofensiva contra os trabalhadores e contra a empresa». Como exemplo é citado o aparecimento das «chamadas cooperativas» constituídas com trabalhadores que «se desvincularam da Lisnave». Uma delas é a «Cooperativa do Américo Duarte», que «é mesmo uma cooperativa da administração Mello para utilizar trabalhadores sem encargos sociais», lendo como mandarete o «Américo Revolucionário», refere o comunicado das ORTs.

As organizações representativas dos trabalhadores acusam a administração de não pagar os salários porque não quer. Na última semana de Junho foram pagas na Lisnave «três mil escudos por conta da dívida» salarial, mas ao mesmo tempo eram enviados para a banca «cerca de 700 mil dólares em facturas profoma», o que dá mais de 120 mil contos».

Numa forte tomada de posição em defesa do direito à greve, as ORTs da Lisnave protestam contra a tentativa patronal de retirar aos trabalhadores o direito à «comparticipação nos transportes e nas refeições». A administração, sublinham as

ORTs, «sabe bem que está a actuar ilegalmente; mas, como está desesperada, não hesita em violar as leis do trabalho».

Os trabalhadores da Lisnave, através das suas organizações representativas, sublinham que a greve é um direito que lhes assiste e de que «jamais abdicarão, como forma superior de luta, em defesa dos seus direitos e reivindicações».

As ORTs apelam novamente ao fortalecimento da unidade dentro da empresa, no sentido de intensificar a luta pela reposição da legalidade.

Recorde-se que, no seguimento de uma das recentes paralisações decididas em plenário, a administração mandou instaurar processos disciplinares com intenção de despedimento a três elementos das ORTs, um deles dirigente sindical.

A repressão, a que o «Avante!» se tem referido em números anteriores, foi imediatamente alvo de protesto e de apelo à luta solidária por parte do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Sul e da União dos Sindicatos do Distrito de Setúbal, da qual é dirigente um dos trabalhadores atingidos pelos processos disciplinares.

Assembleia da República

Vamos ter um mercado de 360 milhões mas restringem-nos as exportações

— uma das «vantagens» da adesão à CEE...

Quanto mais não seja, por um mínimo de decência, não se venha acusar o Partido Comunista Português — que, coerentemente, sempre se manifestou contra a adesão de Portugal à CEE e, veja-se que «O Rumo à Vitória» (documento do PCP de Abril de 1964) foi tema quase constante de citação, quer por parte de membros do Governo, quer por deputados do PS e PSD, para reforçarem a ideia de que o PCP era contrário à referida integração — de se opor à transformação e ao progresso do País. Fazê-lo não é mais do que incorrer numa mentira, coisa que, aliás, este Governo demitido e os grupos parlamentares que o sustentavam já nos habituaram.

A posição do PCP nesta questão é bem clara — urge desenvolver e mudar, para bem do povo. Propostas bem concretas nesse sentido foram feitas, ainda recentemente, quando da realização da Conferência Económica que apontava a via para a saída da crise. Aproveitando (e não permitindo que outros se aproveitem) os recursos nacionais é possível criar a prosperidade que hoje falta; desenvolver as trocas comerciais e de cooperação com os restantes países, incluindo os países de expressão oficial portuguesa e os países socialistas, possibilitará, entre outras vantagens, aumentar os postos de trabalho.

E toda a transformação que se faça deve ter em conta os trabalhadores e os pequenos e médios empresários, sejam eles industriais, comerciantes ou agricultores. A transformação deverá ter em conta os seus interesses e não, a pretexto da selecção natural, atirá-los para a falência, encurralá-los entre as grandes multinacionais, destruí-los em suma e gerando, assim, mais desemprego.

O não do PCP tem, fundamentalmente, a ver com esta situação. Somos pela transformação e pelo progresso, mas achamos que todos devem ter direito a beneficiar dessa mesma transformação e progresso. E isso tem sido escamoteado durante todo o «debate» — que não houve — sobre a chamada adesão de Portugal à CEE.

Não queremos estar orgulhosamente sós

Mário Soares durante o discurso que proferiu na Assembleia da República para encerrar o debate sobre a aprovação do Tratado de Adesão de Portugal à CEE diria que os que se opõem são os que preferem continuar orgulhosamente sós.

Não nos serve a carapuça, ou então também estariam orgulhosamente sós a Suécia, a Áustria, a Suíça e a Noruega (este último país não chegou a entrar depois de uma consulta popular) e ainda a Islândia e a Gronelândia (esta última província da Dinamarca que abandonou a CEE, no ano passado).

Que se saiba estes países não viram prejudicado o seu desenvolvimento e progresso, quer a nível tecnológico, quer social. Mas é claro que nada custa fazer afirmações gratuitas, principalmente quando dirigidas a plateias que pouco conhecem os problemas, porque não houve o interesse de as esclarecer.

Mas ao dr. Mário Soares, que já vendeu o território nacional às forças armadas americanas e agora volta a vender o país às multinacionais, não lhe custa fazer afirmações deste tipo, convencido de que o povo tremerá de medo, enquanto exclama: «O que vai ser de nós se não entramos na CEE?» E de «bulldozer» contra a economia e a independência nacional transforma-se

em salvador, qual fareleiro que nos indica o caminho... só que é o mau caminho.

Habitado a falsear a verdade o primeiro-ministro demitido vai ao ponto de afirmar, no referido discurso, que os países comunitários representam um mercado de 360 milhões de habitantes a que terão livre acesso, sem cargas alfandegárias, as exportações portuguesas.

Esta é uma parte da «verdade». Contudo, Mário Soares esquece outras vertentes importantes e não por lapso de memória.

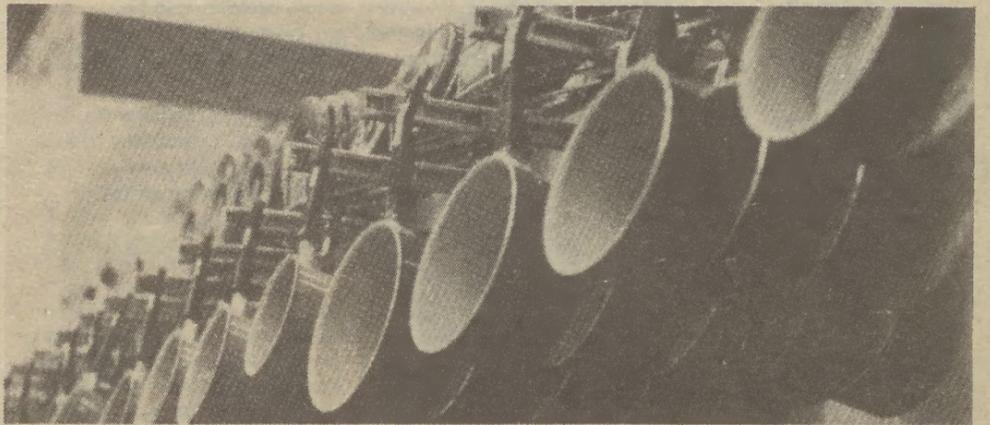
Esquece, por exemplo, que os produtos desses países também vão entrar em Portugal, isentos de direitos, a preços mais baixos do que os produzidos em Portugal.

Esquece ainda — e isto é mais importante — que o Tratado de Adesão determina a diminuição de quotas para alguns produtos que exportamos, nomeadamente os produtos da Siderurgia Nacional e outros. Ou seja, antes de entrarmos para a CEE podíamos exportar mais do que quando passarmos a pertencer à Europa Comunitária. Para que serve, então, esse mercado de 360 milhões de pessoas?

Vão aumentar o desemprego e as falências

Nas intervenções que fez, o deputado comunista Octávio Teixeira abordaria esta questão:

O desarmamento alfandegário e a eliminação de medidas de efeito equivalente (por exemplo, boletins de registo de importação), designadamente face à Espanha e a países terceiros, irá certamente provocar a criação de comércio, isto é, a substituição da produção nacional por importações, degradando ainda mais a nossa já insuficiente estrutura de relação inter-industriais, provocando a falência de milhares de empresas



Uma foto dedicada aos que no Governo e nos partidos governamentais estão já a pensar no que a entrada para a CEE lhes vai proporcionar.

industriais e aumentando substancialmente o já enorme nível de desemprego (que, segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros, atingirá já os 15% da população activa). E não se argumente com o período de transição de 7 anos para o desarmamento total.

Após relembrar muitas das situações lesivas para a economia nacional, Octávio Teixeira citou um caso concreto:

A experiência vivida da Irlanda mostra bem que a adesão à CEE de um país bastante menos desenvolvido e com salários mais baixos que os dos outros países membros, provoca o desmantelamento da indústria nacional, o aumento em flecha do desemprego e o estabelecimento no país de multinacionais de mera montagem ou produção de componentes, de multinacionais que não contribuem para o desenvolvimento de outros sectores de actividade económica e se limitam a explorar a mão-de-obra barata e a repatriar chorudos lucros.

Uma votação feita por demissionários

Por seu turno, o deputado Carlos Brito demonstrou que a Assembleia da República não está em condições de garantir e de se responsabilizar em nome do Povo português pelo texto que o Governo trouxe porque não o conhece (salvo a raríssima excepção de alguns deputados), porque não houve a necessária informação complementar aos deputados por parte do Governo, porque em nenhuma Comissão Parlamentar se fez a ponderação e o balanço das suas consequências para o nosso País.

E acrescentou:

Acresce que o Governo que negociou, assinou e aqui apresentou o Tratado está politicamente morto, sendo mais que duvidoso que mesmo neste ponto se mantenha a solidariedade dos Ministros.

Um dos partidos da defunta coligação governamental visando notoriamente precaver-se quanto a responsabilidades futuras já anunciou que, no Governo, «preconizávamos

a defesa dos interesses nacionais nalguns aspectos das negociações com a CEE», o que claramente inculca a ideia de que não foram defendidos.

O Ministro das Finanças, a quem foi entregue a tarefa de apresentar o Tratado à Assembleia da República e de defender a sua aprovação, pediu a demissão logo que o mesmo foi assinado (o que tem um nítido significado político) é hoje, um Ministro demissionário (pelo menos) dentro de um Governo demissionário.

O Primeiro-Ministro que val defender em última instância a aprovação do Tratado e que nestas aberrantes circunstâncias institucionais poderia e deveria ser o garante da responsabilidade do Governo está também ele demissionário e é para além disso o grande derrotado da presente crise política e governamental.

«Votar de cruz»

Mais adiante, afirmou Carlos Brito:

Em vésperas de eleições gerais antecipadas, quando não há Governo, nem uma maioria política na Assembleia da República, é completamente ilegítimo e uma manifestação colossal de falta de sentido de Estado, que os deputados acellem proceder ao acto formal de votar de cruz, desatenta e irresponsavelmente, um compromisso de tão carregadas consequências para o futuro dos portugueses e com parcelas tão implacáveis na exigência do seu cumprimento.

Em vésperas de eleições gerais o que é democraticamente exigível é reservar para o Povo português a decisão sobre tão grave matéria, realizar no quadro delas o grande debate nacional que vários quadrantes da vida política portuguesa proclamam necessário e deixar que seja a nova Assembleia com os resultados e as indicações saídas das eleições a realizar o processo de aprovação.

Os senhores da defunta coligação PS/PSD que querem forçar a aprovação apressada, e nestas condições ilegítimas, digam o que disserem, têm é

medo do esclarecimento e da expressão da vontade popular. Procedem como quem diz: apressemo-nos enquanto o povo não percebe o que isto significa.

Eles próprios o confessam

Referindo-se aos males que inevitavelmente surgirão, declarou Carlos Brito:

A perspectiva é tão aterradora que o Ministro Almeida Santos confessou que ficara embaraçado depois de ler o dossier agrícola e o Ministro da Agricultura não pôde deixar de reconhecer três dias antes da assinatura do Tratado que a agricultura portuguesa não se encontrava preparada para a integração.

E logo a seguir:

O Povo português vai compreendendo em face do que se passa nos actuais países da CEE que são em grande parte falaciosas as promessas do desenvolvimento regional. Admira-se de ter de contribuir com mais de 50 milhões de contos, em média, nos primeiros 10 anos para o Orçamento da CEE e espanta-se de ter também e já de contribuir com um milhão de contos para o Orçamento de 1985 da rica Grã-Bretanha.

Quem ganha e quem perde com estas operações financeiras?

E por último frisou:

Importa dizer em relação a algumas paradisíacas perspectivas que aqui foram pintadas pelos oradores governamentais e apolantes que a situação da CEE analisada pelos seus responsáveis é completamente diferente.

Jacques Delors, falando em Lisboa, no acto da assinatura, reconhecia:

«Gostaria de poder dizer que o caminho traçado é o da prosperidade assegurada para a nossa Comunidade alargada, hoje severamente atingida pelo desemprego». Mas logo concluía apressado: «a crise está à vista, profunda e duradoura».

E com a crise, profunda e duradoura, o Povo português que de há nove governos não conhece outra coisa.



Com a entrada na CEE abre-se-nos um mercado de 360 milhões de pessoas — disse o Mário Soares. Estranho é que os acordos limitem em certos casos as exportações portuguesas!

Poder Local

APU promete mudar Torres Novas

■ Henrique Custódio

Casa de Rainhas mui nobre cidade

Tem um castelo magnífico, um rio poluído, origens que remontam à romanização, uma história que intervém em toda a nacionalidade, 16 Freguesias, 28 766 eleitores, uma Câmara falida, uma população laboriosa, um património notável e degradado, uma terra fecunda, numerosas indústrias, gentes da boa cepa ribatejana, o futuro à frente de um presente que quer mudança. Falamos da cidade e do Concelho de Torres Novas, a quem há cerca de um mês a Aliança Povo Unido declarou solenemente, na Sala da Alcaidaria do Castelo, que «a APU vai mudar Torres Novas».

Nessa sessão da Alcaidaria, realizada em 22 de Junho passado, a APU apresentou os seus candidatos aos órgãos autárquicos do Concelho para as próximas eleições de Dezembro, explicando, em quatro pontos, por que o fazia com tanta antecedência:

A — Porque Torres Novas se degrada dia a dia, encon-

D — Por último a APU pretendeu apresentar os seus candidatos para que todos saibam, já, quem são as pessoas responsáveis que aderiram às suas listas para realizar o trabalho de mudança a que a APU se propõe em Torres Novas.

Posto isto fomos a Torres Novas. Queríamos mais porme-

nais, fomos dar uma volta pela cidade. Vimos o rio Almonda, outrora aprazível local de competição de pesca desportiva e agora um esgoto industrial a céu aberto, e a beleza de Torres Novas bastante arranhada pela incúria de quem quer que tenha a obrigação de preservar patrimónios. Lá que é necessário uma mudança, é — salta à vista mesmo de quem não conhece os pormenores.

Sem obras, sem fundos, com dívidas...

E quanto a pormenores, quem sabe realmente deles é que deve falar. A palavra, pois, para os três elementos da APU

não dinamizou (a criação do parque industrial foi um fracasso); as actividades sócio culturais não são apoiadas pela Câmara de uma forma programada e activa desde 1975; as largas dezenas de comissões de moradores criadas após o 25 de Abril perderam-se no meio da indiferença da Câmara; é visível a degradação urbanística, quer em prédios, quer na permissividade na construção (a qual não está sujeita a um controlo eficaz dos serviços); não foram tomadas medidas minimamente satisfatórias para a resolução do problema mais grave das populações ribeirinhas, a poluição do Almonda (hoje um dos rios mais poluídos do País); não há incentivo à construção habitacional apesar das enormes carências (o que existe tem sido na base do esforço da Cooperativa «Sopovo»); regista-se um envelhecimento acelerado do parque de máquinas, pela grave situação financeira a que sucessivas más gestões conduziram a Câmara e que se traduz, muitas vezes, pela paragem forçada de máquinas nas casas de reparações por falta de verbas para as pagar e, pior que isso, falta de crédito para as levantar; verifica-se uma total permissividade na organização dos serviços, o que circunstanciou uma ausência de controlo sobre os mesmos, especificamente dos serviços técnicos, onde se tem notado ao longo dos anos não apenas fumos de corrupção (que a APU tem denunciado sistematicamente) mas também a ineficácia dos próprios serviços no controlo da implementação e execução de obras.

Há um ponto de partida

De sublinhar ainda o seguinte: há três anos, numa obsessão eleitoralista que lhe permitisse revalidar o mandato, a AD lan-



çou-se numa maratona de obras de real interesse para as populações, mas sem qualquer base realista. Resultado: as coisas foram indo cada vez mais coxas com obras sem fiscalização adequada, conduzindo a Câmara a uma situação altamente deficitária e com dois graves vectores: o não pagamento aos fornecedores (ou pagamento com declarações de dívida) e o corte de crédito destes por absoluta falta de confiança.

Em suma: nem populações nem credores acreditam já na Câmara, arrastando nessa desconfiança não apenas os partidos que integram a ex-AD, mas também o PS, pela sua constante convivência com este estado de coisas.

E a APU? Bom, a APU propõe-se, numa possível vitória eleitoral, recuperar o défice, reorganizar os serviços e reconquistar a confiança das populações na Câmara, tarefas que apenas uma maioria APU no executivo pode realizar, dada a actual panelinha imobilista AD/PS. Isto como ponto de partida para uma verdadeira mudança de Torres Novas.

De entre um conjunto mais geral de medidas que a APU se propõe tomar na gestão da Câmara, são avançados já alguns pontos a tratar prioritariamente.

Em primeiro lugar a descentralização de competências e participação das Juntas de Freguesia no Concelho, propondo-se a APU estudar com os seus representantes, quaisquer que sejam as forças maioritárias nas Freguesias, a melhor maneira de gerir o património do município e os interesses dos cidadãos que nele residem. Quanto à situação económica da Câmara (que é grave), a APU divulgará-la e tomará as medidas adequadas para que a sua gestão seja acompanhada pelos municípios. O abastecimento de água, a reorganização da rede viária e transportes e o apoio às zonas industriais, são outras prioridades apontadas, bem como a recuperação do centro histórico da vila, o apoio à saúde, ao ensino, à cultura, desporto e tempos livres. Quanto ao Almonda, há que tomar medidas sérias para a sua despoluição, que só poderá ser conseguida com a participação do poder central.

É claro que a APU tem consciência de que resolver os problemas do Concelho vai levar, ainda, alguns anos, mas também sabe que a participação activa das populações tornará as soluções mais simples. Por isso propõe, além do mais, discutir todas as sugestões que os torresanos queiram fazer.



Da esquerda para a direita, os camaradas Carlos Trincão Marques (membro da Ass. Municipal de Torres Novas e presidente do Conselho Municipal) e os dois vereadores da APU, António Antunes Canais e António Mário Lopes dos Santos.

trando-se quase abandonada pela Câmara (de maioria AD e «santa aliança» PS), a qual já não consegue resolver os problemas do Concelho e levou os serviços à quase total desorganização.

B — Porque a APU é, na verdade, a alternativa para mudar Torres Novas, administrar correctamente os dinheiros públicos e pô-los ao serviço das populações, criar a unidade entre as zonas rurais e urbanas, resolver os problemas do Concelho e do Município com propostas sérias e pessoas competentes para as concretizar.

C — Porque urge realizar um amplo debate com as populações para conhecer melhor os seus problemas e ouvir as suas propostas, dado que a APU pensa que só com trabalho sério, responsável, e a participação das populações, é possível ultrapassar os graves problemas que afectam o Concelho; a sessão da Alcaidaria inaugurou esse amplo debate que a APU pretende levar a cabo.

nores, de viva voz, que amiudadamente este vigor de mudança preconizado pela APU num Concelho que já foi PS e está há quase dois mandatos sob a responsabilidade da ex-AD. Conseguimos os nossos objectivos num encontro com pessoas bem colocadas para nos falarem, tanto das propostas APU, como da situação que se vive, autarquicamente, no Concelho: três camaradas que desempenham, actualmente, as funções de vereadores na Câmara (dois) e de membro da Assembleia Municipal. Os primeiros são António Mário Lopes dos Santos, professor e presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária de Torres Novas (e 2.º nome na lista da APU, candidata à Câmara nas próximas eleições) é António Antunes Canais, programador de fabrico; o terceiro é Carlos Trincão Marques, advogado e presidente do Cineclub de Torres Novas (cabeça de lista pela APU à Assembleia Municipal, nas próximas eleições).

Enquanto aguardávamos que os nossos interlocutores terminassem os afazeres profissio-

nos órgãos municipais que conosco falaram, numa exposição condensada dos três discursos, por facilidade jornalística.

Primeiro, a gestão da AD. Está no seu segundo mandato, como já dissemos, tendo recebido a Câmara, em 1979, de uma gestão PS que nada fez e deixou uma dívida de 18 000 contos. Seis anos depois essa dívida ascende a 300 000 contos, entre dívidas a fornecedores, à Banca e em juros. É caso para dizer que foi pior a emenda que o soneto.

Mas com tantas dívidas, pode colocar-se a questão de haver, entretanto, obras feitas. Nada disso e muito pior que isso: não há obras e a Câmara está sem fundos, sem crédito e com graves dificuldades em responder às actividades mínimas. O ponto da situação é, hoje de resto, significativo:

A maioria da população rural não tem saneamento básico (água e esgotos); as estradas estão degradadas e uma parte intransitável; regista-se uma degradação dos sectores comerciais e industriais, que a Câmara



Neste trecho do rio Almonda, que atravessa a cidade de Torres Novas, chegou a fazer-se pesca desportiva. Agora é um esgoto industrial e um dos casos mais graves de poluição fluvial no nosso País.

Poder Local

APU promete mudar Torres Novas

Do Neolítico à ruptura da Câmara AD

Visitámos Torres Novas poucas horas depois desta bela vila ribatejana ter sido elevada a cidade. Comentando o facto com o camarada António Mário Lopes dos Santos, vereador pela APU na respectiva Câmara Municipal, professor e presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária local, este de imediato nos traçou uma breve resenha do trecho histórico da cidade, «quanto mais não seja para que se perceba que é cidade há pouco, mas tem pergaminhos há muito», ironizou ele.

Assim, quanto às origens, há vestígios anteriores à romanização (desde o neolítico, como o atestam as grutas do Almonda), mas seria com a ocupação romana que se verificaria o desenvolvimento agrícola da região. Torres Novas, aliás, fez parte da «Scalabis», estrada romana que fazia a ligação Évora-Tomar-Santarém, havendo inclusivamente no território do actual Concelho vestígios de uma cidade de emigração romana (a cidade de «Concórdia», na localidade de Beselga, Freguesia de Assentis).

Depois vieram visigodos e ára-

até D. Fernando, que lhe deu a traça definitiva até aos finais do século XIX, altura em que ocorreram várias transformações sobre a traça medieval.

Entretanto verifica-se uma originalidade com Torres Novas: estando rodeada por cidades e vilas dominadas por Ordens Militares e nobreza feudal, nunca foi pertença de nenhuma delas mas sempre possessão do Rei de Portugal, até que D. Afonso II a doou a sua mulher, o que transformou Torres Novas em «Casa das Rainhas de Portugal», bonito título que manteria até D. João II, quan-

mais tarde seria um dos baluartes dos Setembristas contra a ditadura dos Cabrais, registando-se mesmo uma revolução chamada «de Torres Novas» e encabeçada por José Estêvão, de Aveiro.

Em meados do século XIX, com a Regeneração, acentua-se o desenvolvimento industrial (começado no tempo do Marquês com os curtumes e os têxteis) com o desenvolvimento da indústria têxtil (de que ainda hoje é testemunho a «Fiação e Tecidos» criada pelos judeus Burnay e outros) e dos curtumes em Alcanena (na altura Freguesia de Torres Novas), os dois polos de desenvolvimento industrial do concelho. Em finais do século XIX inícios do século XX, irrompem as indústrias metalúrgicas e de transportes (com os Nery e os Claras), completando-se assim o perfil industrial que o Concelho ainda hoje mantém, configurado por numeroso operariado de base rural.

Seria esse operariado que assumiria, durante o fascismo, as tradições de luta de Torres Novas, enfrentando o regime do Estado Novo em múltiplas acções que conduziram à prisão inúmeros comunistas e outros democratas. Esta oposição encontraria eco em Torres Novas num outro vector de resistência, o da frente socio-cultural, que desenvolveu importante trabalho dentro das colectividades e associações recreativas e desportivas. Um exemplo ilustre desse combate é o Cineclube de Torres Novas, este ano a comemorar o seu 25.º aniversário e que o fascismo nunca conseguiu encerrar, apesar de vários esforços nesse sentido.

Depois do 25 de Abril foi eleita pela população uma Comissão Administrativa para a Câmara com representantes de várias forças políticas, que desenvolveria uma notável actividade em ligação com as populações até ao 25 de Novembro, altura em que o Governador civil a saneou abruptamente. Depois disso a Câmara tem estado nas mãos do PS e da AD, com gestões que a levaram à beira da ruptura.

Algo se passa de novo no Paço

O Paço é uma das 16 freguesias do concelho ribatejano de Torres Novas e está entre as seis que não atingem os mil eleitores.

Situada a norte e dividida em quatro lugares (Vila do Paço, Soudos, Vargas e Pousos) ostenta a contradição de algumas suas pares concelhias, que as faz passar por freguesias rurais quando a actividade central dos habitantes se encontra mobilizada pelas empresas industriais e de serviços do concelho (RN, Casa Nery, Fiação e Tecidos, CTT, etc.). Mas não se trata de uma contradição absoluta, já que a agricultura de subsistência — memória da plena ocupação agrícola de outros tempos — amarra a população ao labor da terra, que muitos possuem aos bocadinhos. É nela que consomem o tempo e as energias que sobram (?) das actividades normais — situação, de resto, muito vulgar no nosso País. Possui escolas primárias, um pavilhão em pré-fabricado a cumprir desconjuntadas funções de Ciclo Preparatório, uma igreja matriz que deu nome e origem à freguesia e uma Junta PS que, após sucessivos mandatos de constatada inoperância, acabou por cair em Abril último sob alegada corrupção. Por isso há um inquérito oficial a correr e eleições antecipadas marcadas para o próximo domingo. Por isso fomos lá, em breve deslocação que, infelizmente, só nos permitiu visitar a sede da freguesia.

O camarada Francisco Luís Lopes tem 36 anos, é funcionário dos CTT em Torres Novas, nasceu e vive na Freguesia do Paço e encabeça a lista da APU para as eleições antecipadas do próximo domingo. Conversador nato, aceita de bom grado ser meu cicerone na visita que pretendo fazer à sua freguesia, que quer dar-me a conhecer desde pequenina. Ambos lamentamos não se poder dar uma vista de olhos aos quatro lugares principais que a compõem (Vila do Paço, Soudos, Vargas e Pousos), mas o tempo escasseava. Junto à igreja matriz, e enquanto a fotografamos de vários ângulos, insiste:

— Foi aqui que começou a Freguesia do Paço. Agora só resta a Igreja matriz e o cemitério, mas ainda não há muito tempo podiam-se ver vestígios da pequena povoação que



A ocupação romana desenvolveu agricolamente Torres Novas, deixando numerosos e importantes vestígios no Concelho (na foto, ruínas situadas nos arredores da cidade).

bes, cujas presenças deixaram rasto na toponímia e na agricultura. Afonso Henriques conquistaria Torres Novas pela primeira vez no ano da tomada de Santarém e D. Sancho I, em 1189, recuperá-la-ia em definitivo aos mouros, dando-lhe foral nesse mesmo ano. A vila passou então a desenvolver-se dentro das muralhas do burgo, sofrendo o castelo várias alterações

do este a doou ao filho e, portanto, ao ducado de Aveiro. O Marquês de Pombal fá-la-ia regressar à Coroa, com a extinção das possessões da Casa de Aveiro.

Mas não fica por aqui a notoriedade torrejana. Durante as lutas liberais tomaria partido contra os absolutistas através de uma multidão de lutadores que sofreram o exílio, o degredo e a prisão, e



A igreja matriz do Paço constituiu o núcleo inicial da Freguesia. Hoje é um património ainda aberto ao culto e a carecer maior protecção.

Palhaçadas da direita em Carvalhais

O insólito aconteceu em Carvalhais: PSD e CDS, os grandes perdedores das eleições antecipadas realizadas nesta Freguesia no passado dia 23 de Junho, desencadearam uma série de manobras para impedir a tomada de posse do novo executivo, que pela primeira vez tem uma maioria APU. A coisa vale a pena ser contada.

No passado dia 12 realizou-se em Carvalhais, Freguesia do Concelho de Mirandela, distrito de Bragança, uma reunião para a tomada de posse da Assembleia de Freguesia. Apresentaram-se os eleitos da APU, mas quanto aos representantes do PSD e CDS, nem sombras. Aproveitando o facto (ou coordenando o facto...), o presidente da Comissão Administrativa que funcionou até à realização das eleições antecipadas (por sinal do PSD e também eleito, por esta força política, para a nova Junta), recusou-se a dar posse à APU, como é de lei.

A situação apenas se resolveu com a presença do juiz da Comarca, que se deslocou pessoalmente a Carvalhais acompanhado do capitão da GNR. Perante as autoridades, o bizarro presidente da Comissão Administrativa lá cumpriu os preceitos legais que lhe competiam, dando posse à nova Junta e tomando ele próprio posse, como eleito que era.

Só que a trampolinice não terminou aqui. Para grande espanto dos representantes da APU, quando estes se preparavam para eleger o secretário e o tesoureiro da Junta (a presidência cabia automaticamente à APU), verificaram que o re-

cém-eleito membro do PSD... se ausentara! A mesa da Assembleia ficou assim sem quorum e a definição da composição da Junta adiada.

Não se percebe muito bem quais os objectivos desta rapaziada ao protagonizarem tal boicote, já que nada conseguirão além de prejudicarem, ainda por mais uns tempos, a Freguesia que desgovernaram durante anos. De qualquer modo é elucidativo do sentido cívico e da formação política dos «democráticos» PSD e CDS.

Aguardemos a evolução deste curioso caso.

Montijo e Torres Novas «sobem» a cidade!

A recente passagem a cidade de duas prestigiadas vilas — Montijo e Torres Novas — foi assinalada, no primeiro caso pela Comissão Concelhia local do PCP, no segundo pela APU.

Assim a Comissão Concelhia do PCP do Montijo, após cumprimentar o povo da cidade, transmitiu saudações às populações de Alto Estanqueiro/Jardim «por terem conseguido, enfim, a autonomia administrativa pela qual tanto se têm batido», manifestando «ao povo desta e das futuras Freguesias de Pegões e Atalaia o seu regozijo pela certeza de que a democracia sai reforçada e que o regime democrático saído da Revolução de Abril se robustece com a participação dos futuros eleitos destes novos órgãos autárquicos».

Foram igualmente saudados pela organização local do PCP «os eleitos da APU que, em condições de adversidade e,

por vezes, de boicote declarado por parte do poder central, têm honrado o espírito de Abril e aberto caminho, na prática, a que novas autarquias sejam criadas nesta torrente impetuosa do nosso povo, a afirmar o Portugal democrático que somos», terminando a mensagem a exortar o povo trabalhador e os democratas «a prosseguir a luta com vista a uma mudança efectiva de política».

Quanto à AP de Torres Novas, recordando que a elevação a cidade se deve a uma proposta do Grupo Parlamentar do PCP, considera que «esta decisão vem culminar um processo já antigo, e que corresponde a um legítimo anseio da população torrejana, mais que justificado por toda uma série de factores».

E prossegue o comunicado:

«A subida de Torres Novas a cidade, por si só, não modifica a situação que se vive na nossa terra: as graves carências que se sentem um pouco por todo o lado, a falta de dinamismo dos dirigentes autárquicos, o deixa andar como regra generalizada só encontram explicação na mais completa falta de empenhamento com que o nosso concelho tem sido dirigido nos últimos tempos.

A subida de Torres Novas a cidade é um desafio que se põe às populações torrejanas e, também, um motivo de alegria. Torres Novas-Cidade tem que mudar de face, tem que readquirir o lugar que lhe compete.

A APU, como sempre, vai estar na primeira linha. A APU vai, em breve e com a ajuda de todo o povo do concelho mudar Torres Novas.»

Poder Local

cresceu à volta deste conjunto.

Olhando com uma ponta de nostalgia o evidente abandono dos recintos, acrescentou:

— É um crime não se proteger uma colsa destas. Uma igreja antiquíssima que ainda está aberta ao culto, um conjunto que constitui a raiz da freguesia, é uma pena, é uma pena...

— Qual pena, qual nada! animámos nós — elejam uma Junta APU, elejam-vos a vocês que logo se tratará da recuperação deste conjunto! Contam-se às centenas, as igrejas que a APU já recuperou e proteje! Pela minha parte já vi uma boas dezenas, e conto ver esta, um dia destes!

Rimo-nos e remámos para a sede da freguesia, à procura do número dois da lista da APU, por sinal um simpatizante do PS que participou nas listas deste partido em anteriores actos eleitorais. Até lá a curiosidade da população ia-nos espreitando, desatando-se em diálogos fáceis sempre que metíamos conversa. Ser forasteiro, nesta terra, tem duas vantagens: permite entrar-se nela mais depressa e deixar rapidamente de, nela, se ser forasteiro...

«Eu tinha feito uma jura...»

Fomos encontrar José Moreira Gonçalves, 51 anos, pedreiro, às voltas com a ordenha das vacas. Seco de carnes, rosto curtido pelo sol, o número dois da lista da APU para as próximas eleições antecipadas no Paço recebeu-nos com grande simpatia e desculpando-se por não poder adiar a ordenha.

— Se puderem esperar um bocadinho, já vamos all abrir um branco do bom! Desculpem recebê-los assim, mas não há outro jeito nesta vida! Se quiserem podemos ir já conversando, mas por enquanto tem de ser all à roda das vacas!

Riu-se. Rimo-nos. E entrámos para o estábulo meticulosamente organizado e limpo, como em geral acontece com as coisas nascidas a pulso. A conversa começou, com naturalidade, a abordar a questão que conduziu às eleições. E a inoperância da Junta PS, agora derrubada, não foi esquecida:

— Fez-se mais nestes três meses de Comissão Administrativa, com todos os partidos representados, que nos anos todos que passaram! Abriu-se o caminho ao lado do terreno para a nova Junta e puseram-se as colsas a andar na zona. As pedras ainda aí estão (e foram a única colsa que a Junta anterior «pôs» para a nova sede), mas agora não-de levar melhor caminho!

José Moreira Gonçalves anuiu a estas considerações de Fran-

cisco Lopes, mudou o banco, sentou-se e olhou-nos com vivacidade. Ia responder à questão que havíamos posto: por que aceitara integrar a lista da APU como independente, quando sempre fizera parte das listas do PS?

— Olhe, eu tinha dito ao Xico que tinha feito uma jura que nunca mais havia de integrar lista fosse de quem fosse. Mas conheço a meneira de trabalhar do Xico — não é por ele estar aqui, mas sempre trabalhei bem com ele — e aí a minha mulher até teve um papel importante, ao dizer-me: «mas se trabalhas bem com ele, por que é que não vals para a lista?».

Sim, mas a lista de Francisco Lopes era da APU; que pensava José Gonçalves — um homem sempre assumidamente PS — da Aliança Povo Unido? A resposta veio também com decisão:

— Eu também já disse ao Xico: se amanhã o Partido Comunista for para o Poder e continuar a haver eleições livres, eu adiro. E estou convencido que, como eu, há milhares de pessoas. Até porque é o partido dos gajos que trabalham, e eu sou um gajo que trabalha!

Parece tudo a mesma gente

Ali estava uma questão importante. Afinal qual era a reticência de José Moreira Gonçalves para com os comunistas se, no fim de contas, se identificava com eles, de um ponto de vista de classe?

— O problema está — e o senhor há-de desculpar-me, mas temos de respeitar as idéias de cada um — em que eu não sei se um dia que haja um governo do Partido Comunista eu posso deitá-lo abaixo se não estiver contente com ele. O problema é só esse!

Pois é... A velha demagogia de Mário Soares e «compagnons de route» ainda a funcionar. Por um lado o secretário-geral do PS e seus apaniguados de direita procuram conservar-se eternamente no Poder através, inclusivé, de propostas de leis eleitorais que, a irem para a frente, transformariam as eleições numa farsa; chegam, inclusivé, a afirmar não consentir o PCP na área do Poder, desprezando a vontade popular e o próprio sistema de democracia representativa de que se dizem arautos. Depois caluniam os comunistas de pretenderem fazer o que eles, na prática, andam tentando por todos os meios (em geral inconstitucionalmente) impor no nosso País: o cerceamento das liberdades, o retorno do passado de exploração, a ditadura terrorista dos monopólios. José Moreira Gonçalves, aliás, já avançava para esse tipo de reflexões, embora ficasse enleado, num apa-

rente beco sem saída:

— Quanto ao Mário Soares e ao PS, arreplaram um bocado para a direita. Um bocado ou um bocadão! Aquilo agora parece ser tudo a mesma gente, PS ou PPD, CDS ou não sel quem, anda tudo de embrulhão.

Sorriu, com um lampejo de ironia.

— Também me vieram sondar para outra lista, uma «lista de Independentes»... Recusel, é claro. A minha lista é aqui com o Xico. Sei que me vão chamar comunista, mas estou-me nas tintas. Não tenho problemas de estar com quem trabalha e quer fazer colsas pela minha terra. Nem tenho nada contra os comunistas, como já disse!

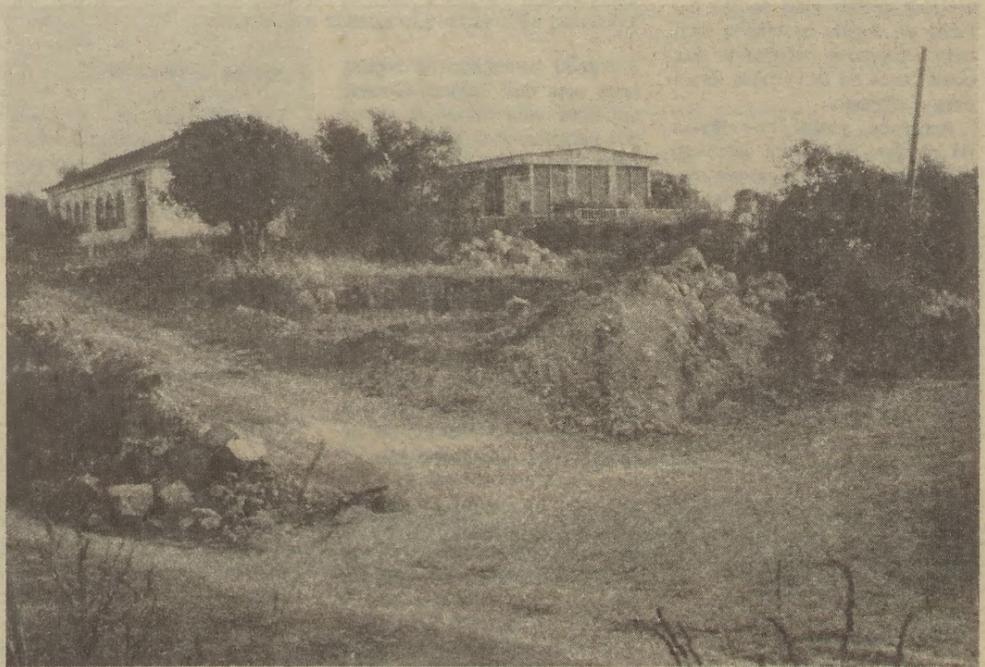
Veio ainda à baila o desvio de verbas imputado ao presidente da Junta PS do Paço (na autarquia desde 1976) e que foi a causa directa da queda do executivo. Sem desresponsabilizarem o ex-presidente, os dois cabeças de lista da APU criticaram severamente (como ouvimos noutros locais) o abandono a que as estruturas superiores do PS votam as autarquias, onde ainda por cima metem gente incompetente.

Estava no fim o encontro com o amigo José Moreira Gonçalves. A garrafa do «branco especial» ficou adiada para outra ocasião e nova conversa, com outro tempo.

A seu tempo será, amigo Gonçalves!



José Moreira Gonçalves (à esquerda, na foto) e Francisco Luís Lopes (à direita) encabeçam a lista da APU nas eleições antecipadas do próximo domingo, no Paço. O primeiro como independente e n.º dois da lista, o segundo pelo PCP e cabeça de lista.



Estes dois caminhos já foram abertos pela comissão administrativa, nomeada após a queda da Junta do Paço. O executivo PS derrubado nem isso fizera, ao longo de vários anos de mandato: limitara-se a amontoar umas pedras neste local, destinado à futura sede da Junta.

Argoladas do PS pedem votos na APU

A queda da Junta PS da Freguesia do Paço, em Torres Novas, precipitou-se em fins de Abril último com a descoberta, pela Assembleia de Freguesia e com a participação da APU, de várias fraudes cometidas pelo executivo, nomeadamente o desvio de uma verba de várias centenas de contos para a construção da nova sede da Junta, desvio esse atribuído ao presidente. Constatadas as irregularidades, a Assembleia de Freguesia (onde estavam representados o PS, a AD e a APU) pediu, por unanimidade, uma sindicância e logo de seguida apresentou a demissão em bloco. E a Junta caiu, é claro, sendo marcadas eleições antecipadas para o próximo domingo, dia 21 de Julho.

Se a queda da Junta não ofereceu dúvidas à população — em geral desperta para o marasmo que caracterizou os seus sucessivos mandatos (o executivo PS estava em funções desde 1976) — e se a responsabilidade do presidente no acto de desvio da verba do MAI não deixou lugar a grandes adversativas, dada a linearidade dos factos ocorridos, já o mesmo se não verificou no que concerne à responsabilidade política do PS nos acontecimentos. Para muitos, o PS não apenas apresentou um candidato incompetente e, pelos vistos, de pouca confiança, como o abandonou às «inspirações» da sorte durante anos e anos, com os resultados agora expostos. Esta atitude crítica das populações para com o partido até agora maioritário na Freguesia traduziu-se, já, num facto político quicá mais significativo que a própria queda da Junta: a impossibilidade, verificada, do Partido Socialista em formar lista concorrente ao próximo acto eleitoral.

Alternativa sem promessas vãs

Os critérios da competência — aliás tão propalados pela demagogia eleitoral que tem mantido sucessivos Governos de direita no Poder em Portugal — pesam muito mais no sentir

das populações que os senhores do parlapié podem prever nas suas contas de engana tolos. A prova está em que o sucessivo defraudar da esperança do eleitorado nas promessas nesse sentido que PS/Soares e direita em geral vêm fazendo ao longo dos anos, para logo de seguida promoverem a incompetência e a corrupção a todos os níveis do aparelho de Estado (sem falar na política gravosa com que levaram o País à beira da ruptura), já conduziu a que Governos e governantes, em bloco, sejam cada vez mais resumidos no clássico encolher de ombros que diz «serem todos os mesmos». E não há, decerto, ninguém neste País que, se não o disse, o não tenha pelo menos ouvido...

Ora se a inflação de promessas (e de muito mais, e de muito mais...) agride nacionalmente o eleitorado e condena, a prazo, a existência política dos vendilhões que com ela vão mantendo o penacho e engordando a conta bancária, localmente precipita mais os acontecimentos, sobretudo quando ao não cumprimento do prometido se junta a vigarice de porta aberta. Aí as coisas começam mesmo a dar para o torto e o fio da verdade, como o do azeite, a chegar ao cimo mais depressa do que se esperava.

É o que, já em certa medida, se está a verificar no Paço, uma Freguesia onde o PS sempre ganhou as eleições e agora não consegue formar lista, onde a AD já deteve um forte segundo lugar e desta vez andou a sondar os vizinhos para pôr a lista de pé, onde a APU já esteve profundamente isolada, depois francamente minoritária e agora se apresenta ao acto eleitoral com o prestígio de ser a única força claramente alheia a quaisquer vigarices, de ter, pela sua honestidade e competência, atraído para a sua lista homens sérios e empenhados de outras áreas políticas (ver texto ao lado), de constituir uma real alternativa na Junta de Freguesia do Paço.

Ironicamente, as argoladas do PS aconselham o voto na APU. No Paço e não só!

Terra

O escândalo dos créditos no Alentejo

Reforma Agrária recebe 4% agrários recebem 96%

O regabofe da distribuição de dinheiros públicos do Estado pelo Governo PS/PSD, designadamente a concessão pelo IFADAP/MAP do crédito agrícola, — escândalo a que o «Avante!» fez desenvolvida referência há cerca de um mês e que a generalidade da imprensa se tem feito eco nos últimos dias — mereceu uma tomada de posição pública da Reforma Agrária através de uma nota do Secretariado das UCP's/Cooperativas de Évora.

De acordo com o referido comunicado desta estrutura, de 1981 a 1984 o MAP concedeu em todo o País mais de 211 milhões de contos de crédito agrícola altamente bonificado dos quais cerca de 64 milhões foram para o Alentejo.

Acontece, porém, que destes 64 milhões de contos cerca de 27 milhões — isto é, quase metade do total do crédito para o Alentejo — foram parar às mãos de apenas 500 indivíduos ou empresas que representam somente um por cento de todas as explorações agrícolas da região.

O escândalo é ainda maior quando se atenta na lista das 500 explorações beneficiadas e se verifica que apenas 14 são UCP's/Cooperativas Agrícolas da Reforma Agrária as quais receberam um montante total de cerca de 600 mil contos, verba exclusivamente concedida a título de crédito de campanha.

Velhas famílias

Por outras palavras, isto significa que a Reforma Agrária (forma de exploração dominante da agricultura alentejana) só recebeu quatro (4) por cento de todo



A ofensiva de sucessivos governos contra a Reforma Agrária não se confinou aos roubos de terras e outros bens; como o demonstram os dados recentemente vindos a público, na mira dos governos de direita esteve sempre a tentativa de asfixia económica das UCP's/Cooperativas, cujas discriminações na concessão de créditos são apenas um exemplo

o crédito concedido na região, facto este que indiscutivelmente confirma uma denúncia antiga dos trabalhadores de que as unidades de produção sempre foram alvo do boicote sistemático de sucessivos governos.

Da lista de beneficiados abundam os Prates Canelas, os Cacheirinha, os Mira Corôa, os Sousa Uva, os Tareco, os Vinhas, os Ramo Magalhães, os Passanha, os Jardim e tantos outros, precisamente velhas famílias de grandes agrários que já no tempo do fascismo se caracterizavam por financiarem os seus latifúndios à custa do erário público.

Para os trabalhadores da Reforma Agrária — para quem esta situação é inaceitável — importa ainda esclarecer qual a parcela desses 64 milhões de contos que foi paga, qual o montante que foi efectivamente aplicado na agricultura e quanto é que foi desviado para outros fins como a aquisição de Mercedes ou Jeeps (os célebres jeeps «Ifadap»).

Punir os responsáveis

Estas perguntas são tanto mais pertinentes quanto é sabido que tais empréstimos não corresponderam a nenhuma melhoria da produção e as herdades de muitos dos indivíduos agora vindos a público continuam abandonadas ou subaproveitadas.

«Para onde foi o dinheiro? Quem controlou (ou não) a sua aplicação? Que critérios e estudos presidiram à sua concessão?», interrogam-se legitimamente os trabalhadores da Reforma Agrária.

O Secretariado das UCP's/Cooperativas de Évora considera por último que os dados recentemente vindos a público exigem um rigoroso inquérito à direcção do IFADP, ao responsável do Governo, ao Ministro da Agricultura e ao próprio Governo, por forma a que os responsáveis sejam punidos e a que no futuro os créditos sejam concedidos de

acordo com «critérios isentos, transparentes e honestos», sem discriminação de nenhum sector.

Lavoura da Guarda exige medidas

A difícil situação em que se encontram os agricultores da região da Guarda — panorama em tudo idêntico ao de outras regiões do País — levou a que a Federação dos Agricultores e Organizações da lavoura do distrito pusesse a circular um abaixo-assinado no qual se alerta para o agravamento das condições de vida e se dá conta das preocupações comuns, documento esse que será enviado às entidades oficiais.

Esta iniciativa surge na sequência de uma reunião recentemente realizada na freguesia de Panóias, no decorrer da qual os agricultores presentes analisaram detalhadamente alguns dos problemas mais sentidos, designadamente os quase insuportá-

Jovens agricultores debatem problemas

Jovens agricultores do concelho do Porto analisaram no último fim-de-semana, em Paredes, a situação em que hoje se encontram tendo concluído que no essencial os seus problemas são comuns à generalidade dos agricultores acrescidos da ausência de formação profissional adequada e de dificuldades de acesso à terra.

A iniciativa deste encontro partiu da Aliança das Ligas Agrícolas do Norte e contou com a presença de dezenas de jovens que ao longo de um animado debate passaram em revista algumas das questões mais candentes do momento presente.

A reunião criticou nomeadamente as dificuldades existentes na obtenção do subsídio de instalação para jovens agricultores, o qual para além de ser atribuído com grande atraso apenas é concedido — com evidente selectividade — a quem frequente um curso de formação de cerca de 400 horas.

Os participantes protestaram, por outro lado, contra o facto de o Ministério da Agricultura ter publicado no passado dia 10 uma portaria sobre as inscrições para o direito ao subsídio de gásóleo, a qual estabelecia um prazo que terminava cinco dias depois, sem que as cooperativas agrícolas tivessem tido condições de abrir sequer as inscrições.

O Encontro, a que assistiu um representante dos jovens da CNA, apontou ainda a falta de um esquema de Segurança Social capaz e de uma linha de crédito ajustada às dificuldades de instalação dos jovens agricultores.

veis preços nos factores de produção; a ausência de garantia no escoamento das produções bem como os preços considerados de miséria para as mesmas; os constantes atrasos no pagamento do subsídio de gásóleo; a ameaça de destruição que paira sobre a EPAC; e o aumento nos descontos dos agricultores para a Segurança Social que o Governo há pouco decretou.

Durante os trabalhos da reunião os participantes tiveram ain-

da ensejo de eleger uma Comissão de cinco agricultores a quem caberá junto das autoridades defender os interesses colectivos, tendo ainda aprovado um documento no qual se exige o pagamento imediato do subsídio de gásóleo em dívida; a actualização dos preços dos seus produtos; e a manutenção da EPAC por forma a evitar a venda dos produtos ao desbarato e a sujeição completa aos interesses dos intermediários.

Bragança

Agricultores em situação aflitiva

Com a batata de consumo por escoar ou a ter de ser vendida a preços classificados de ruína (abaixo do preço de intervenção decretado pelo Governo), a agricultura do concelho de Bragança está a defrontar-se com uma das mais sérias crises dos últimos anos, situação por muitos considerada como de verdadeiramente «aflitiva».

O alerta chega-nos através de um comunicado dirigido aos agricultores de Bragança assinado por uma «Comissão para o escoamento da batata» no qual se salienta que o Governo «continua a ignorar os interesses dos agricultores» da região.

Nesse documento os produtores chamam a atenção para o facto dos problemas continuarem por resolver, pese embora as promessas do ministro da Agricultura de que daria orientações à Junta Nacional das Frutas (JNF) para que este organismo procedesse ao cumprimento das medidas necessárias ao escoamento do tubérculo.

Como se estas dificuldades não bastassem a lavoura de Trás-os-Montes enfrenta também, por outro lado, os recentes agravamentos nos encargos com a Previdência, situação de que

fatamos noutro artigo desta página.

Com efeito, o recente decreto-lei do Governo PS/PSD que regula o Regime Especial da Previdência Rural veio estabelecer aumentos brutais e impiedosos para todos os contribuintes, nomeadamente para os agricultores.

De acordo com a nova legislação a contribuição do agricultor autónomo e dos seus familiares passa de 150\$00 para 908\$00; a contribuição do agricultor que passa ao «Regime dos Independentes» eleva-se a 15 por cento dos seus rendimentos; as contribuições do agricultor com trabalhadores rurais ao seu serviço passa de 7\$00 para 79\$00 por trabalhador e por cada dia de trabalho; tudo isto a par de um aumento de papelada a preencher como é o caso da «folha-guia» que se não é entregue mensalmente a tempo e horas sujeita o agricultor a uma multa que vai de dois a trinta mil escudos.

Daí as razões do protesto que se generaliza e da reclamação colectiva de que estas leis sejam imediatamente suspensas por forma a atender minimamente à situação difícil da lavoura.

Segurança Social dos rurais

Quem é que pode aguentar as novas contribuições?

Continua a suscitar uma onda de protestos junto dos homens do campo um pouco por todo o País a decisão governamental de aumentar seis vezes mais as contribuições dos trabalhadores rurais e dos agricultores para a Segurança Social.

Recorde-se que esta medida — classificada pelos lesados como um verdadeiro atentado ao direito à protecção e à assistência social — entrou em vigor em Maio último, tendo desde então a contribuição dos interessados para a Casa do Povo subido de 150\$00 para 907\$50.

Ao coro de protestos que de forma individual ou colectiva se tem feito ouvir a nível nacional juntou-se agora a União de Agricultores do concelho de Tábua através de um comunicado chegado à nossa redacção no qual

esta organização reclama a revogação da lei.

Na opinião da União de Tábua esta lei iníqua vai obrigar os trabalhadores a pagar quase mil escudos por mês enquanto as suas pensões de reforma ou invalidez e os poucos subsídios que auferem não ultrapassam valores considerados de miséria.

Depois de acentuar que esta iniciativa do Governo PS/PSD vai obrigar a que muitos trabalhadores rurais e agricultores fiquem impossibilitados de pagar a sua contribuição, o que se traduzirá na perda de qualquer protecção da Segurança Social, o comunicado da União de Agricultores de Tábua exige a equiparação das pensões dos agricultores às do regime geral cujo valor, apesar de insuficiente, é quase o dobro da sua reforma.



Impossibilitados de pagar as novas contribuições quantos trabalhadores rurais não deixarão de ter qualquer esquema de protecção da Segurança Social?

Internacional

Nicarágua

Um aniversário, uma vitória de seis anos de Revolução

Os pessimistas terão dos últimos seis anos uma visão apocalíptica. Se situados à direita, desde o dito centro até à mais extrema posição, choram sem dúvida as mágoas do tempo queimado, das verbas empadadas e dos escassos resultados conseguidos. Se situados à esquerda, mas lá bem para o extremo onde a inconsciência e o sonho semeiam fundo a confusão, desesperam da vitória clamando à mesa do café por brigadas internacionais galgando fronteiras em cavalos de vento.

Os optimistas, não os sonhadores, só assim chamados por oposição aos outros quando a palavra certa seria «realistas», terão dos últimos seis anos a dimensão da luta, das alegrias e tristezas, a saudade e o orgulho dos que tomaram, a certeza de que cada dia desses anos são por si uma vitória. Conquistada com sangue, com o supremo sacrifício dos melhores anos da juventude, até com o desfazer de muitas esperanças adiadas, mas com a convicção inabalável de que cada dia é mais um passo no futuro que se quer e será livre, independente e de paz.

Não sobram muitas outras posições para avaliar o que significa a passagem, amanhã, dia 19 de Julho, do sexto aniversário da Revolução Sandinista e da liquidação do regime dos Somozas na Nicarágua.

Os indecisos, os que por razões mais ou menos inconfessáveis oscilam entre a condenação da política de guerra da administração Reagan na América Central e a convicção ou submissão envergonhada aos designios do imperialismo, mais cedo que tarde terão de definir posições.

Porque os perigos de uma intervenção militar dos EUA na Nicarágua são neste sexto aniversário da revolução mais reais do que nunca.

Comprovam-no as sucessivas denúncias surgidas na própria imprensa norte-americana de planos bélicos que apenas necessitam de um pretexto para serem accionados; comprovam-no as provocações forjadas nas fronteiras da Nicarágua, onde bandos a mando da CIA se esforçam por criar conflitos que coloquem a Costa Rica ou as Honduras no papel de vítimas; comprovam-no as declarações cada vez mais insultuosas de responsáveis políticos norte-americanos que, como fez há dias o embaixador dos EUA na ONU, Vernon

Walters, continuam a afirmar não estar posta de parte uma intervenção dos EUA na Nicarágua.

Um toque a rebete

A menos que se trate de mais uma manobra de diversão, possibilidade que de modo algum pode ser excluída tendo em conta a actuação recente de alguns dos seus membros, pode pensar-se que a convocação de uma reunião urgente do Grupo de Contadora para o próximo fim-de-semana radica igualmente na consciência dos perigos que pairam sobre a Nicarágua e toda a América Central.

Os ministros dos Negócios Estrangeiros do México, Colômbia, Venezuela e Panamá, que se reuniram pela primeira vez em 1982 com o objectivo de encontrar uma solução política para os problemas da região centro-americana, voltam nos dias 21 e 22 à ilha de Contadora, no Panamá, para acelerar as negociações que permitam a assinatura de um tratado de paz e cooperação na América Central.

Um tratado que já tarda e ao qual a Nicarágua de há muito manifestou a sua adesão, no esforço sempre renovado desde 19 de Julho de 1979 de transformar a derrota dos Somozas e do do-

mínio do imperialismo na alvorada de um período de paz, progresso e justiça social.

Um projecto que a administração Reagan se tem empenhado em impedir, fazendo aumentar as pressões políticas, económicas e militares sobre o regime

civil, num acto de manifesta confiança entre o governo e o povo e numa afirmação de que na terra de Sandino qualquer invasão será repelida bairro a bairro, casa a casa.

A reunião «urgente» do Grupo de Contadora pode parecer nes-



O povo nicaraguense está disposto a defender a revolução

sandinista ao ponto de nos últimos tempos se viver na Nicarágua em quase permanente estado de alerta. Razão porque no passado sábado o ministro da Defesa, Umberto Ortega, anunciou a distribuição de cerca de 200 mil armas ligeiras à popula-

ção civil, num acto de manifesta confiança entre o governo e o povo e numa afirmação de que na terra de Sandino qualquer invasão será repelida bairro a bairro, casa a casa.

É a confiança dos que apostam e lutam pelo futuro.



Saudação ao MLSTP

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe a seguinte saudação:

Queridos Camaradas:

A data histórica do 12 de Julho de 1975 marca uma viragem na vida do povo de S. Tomé e Príncipe e constitui simultaneamente um acontecimento de grande significado para o povo português. Os nossos dois povos que se tinham tornado aliados na luta comum contra o fascismo e o colonialismo criaram condições para fortalecer essa aliança. Na passagem do 10.º aniversário da fundação da República Democrática de São Tomé e Príncipe, endereçamos ao MLSTP e por seu intermédio a todo o povo santomense as mais calorosas e fraternais saudações.

As relações de fraternal amizade, cooperação e solidariedade estabelecidas entre o PCP e o MLSTP, constituem a mais elevada expressão dos laços de amizade entre os nossos dois povos, relações que desejamos se fortaleçam sempre mais no futuro.

Desejamo-vos, queridos camaradas, os maiores êxitos na realização das vossas tarefas no sentido de edificação na República Democrática de São Tomé e Príncipe de uma sociedade próspera e progressista.

Viva o 10.º aniversário da Independência de São Tomé e Príncipe!

Viva o MLSTP!

Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o MLSTP!

África

Um continente em luta

O agravamento das tensões na África Austral e a crise económica que afecta o continente africano são dois temas centrais de todos os debates no que à África diz respeito. De Londres a Washington, de Paris a Bona, de Addis Abeba a Luanda, da ONU aos Não-Alinhados ou à Organização da Unidade Africana, com perspectivas diferentes e mesmo antagónicas, discutem-se aquelas duas questões com o ênfase da premência de soluções que ambas exigem.

Morre-se de fome em África devido à crise provocada pela seca, o subdesenvolvimento deixado pelo colonialismo e a dependência económica criada pelo neo-colonialismo.

Sobrevive-se em África em

luta constante contra o imperialismo que tem no regime sul-africano a sua principal ponta de lança e foco permanente de instabilidade, guerra, sabotagem, na mira de um expansionismo traduzido por uma submissão

que a generalidade dos jovens Estados já não pode aceitar pacificamente.

Continente conturbado onde os confrontos da época de hoje se fazem sentir com toda a acuidade, a África está cada vez mais perto de um ponto de viragem.

Porque a existência naquele continente de um regime como o de Pretória, onde o racismo e o *apartheid* são lei, não pode apoiar-se indefinidamente na repressão e liquidação da sua própria força de trabalho e de riqueza; porque a esmagadora maioria negra luta com força crescente para se libertar, pese embora o elevado preço que é forçada a pagar nessa luta desigual como o imperialismo.

O saldo sangrento de mais de meio milhão de mortos, desde o início do ano, provocado pelas forças repressivas sul-africanas, na África do Sul, a que há que acrescentar quantos tomaram em Angola, Moçambique, Botswana, Namíbia, Lesoto, em consequência de ataques dirigidos directa ou indirectamente pela África do Sul, não conseguiu impedir, antes pelo contrário, o ascenso da luta contra um dos mais abomináveis regimes da história da humanidade.

Também no que à crise económica diz respeito, poucos duvidam hoje da necessidade de transformar radicalmente as relações existentes entre o Norte e

o Sul, eufemismo para designar os economicamente desenvolvidos e os que o não são. Não por falsas caridadeszinhas, má consciência ou outros pretextos que tais, mas pela muito menos altruista razão de que o desenvolvimento não é possível, à escala mundial, sem assentar na colaboração de todos.

As matérias-primas que fazem o desenvolvimento do Norte, tanto a nível alimentar como tecnológico, vêm as mais das vezes do Sul; as populações que hoje morrem de fome são a mão-de-obra indispensável para a produção de riquezas; a facilidade dos investimentos lucrativos desaparece com os conflitos sociais.

A necessidade de mudança no continente africano tornou-se um imperativo, ainda que por distintos motivos, para todas as forças em presença. Aos povos oprimidos, colonizados, dependentes, cabe a parte mais difícil desta tarefa de mudança; às forças progressistas do mundo, compete a solidariedade activa que contribua para a implementação de uma nova ordem das relações internacionais.

Só nas árvores os frutos caem de maduros. Em tudo o mais há que fazê-los cair para que a mudança seja possível. O que só se consegue lutando, como já está a suceder em África.

Solidariedade

A Comissão Portuguesa de Solidariedade com a Nicarágua e a Paz na América Central vai assinalar o 6.º aniversário da Revolução Sandinista com uma sessão pública no cinema Alvalade, em Lisboa, que conta com a presença do embaixador da Nicarágua em Portugal, Fanor Herrera.

A iniciativa, marcada para amanhã às 21 horas, destina-se ainda a lançar uma campanha de solidariedade activa para com o povo nicaraguense, através da recolha de roupas, calçado e material escolar para crianças.

A comemoração do 6.º aniversário do derrube dos Somozas constitui um acto de solidariedade a que se associam representantes dos mais diversos sectores políticos e sociais da vida nacional, como testemunha o leque de intervenções previstas: Aquilino Ribeiro Machado, da Comissão Política do PS; Aurélio Santos, do CC do PCP; Dimas de Almeida, pastor protestante; Américo Monteiro, dirigente da Juventude Operária Católica e Manuel Lopes, dirigente da CGTP-IN; e o próprio embaixador da Nicarágua em Lisboa.

A sessão, para a qual se espera grande apoio popular, encerra com uma intervenção musical a cargo de Samuel.



África, um continente onde a luta pela libertação é cada vez mais forte

Internacional

Socialistas franceses apostam na corrida aos armamentos

A festa nacional de França — dia 14 de Julho, a assinalar a «tomada da Bastilha», como passo decisivo no arranque vitorioso da Revolução Francesa — não surge este ano preferencialmente marcada pelos tradicionais festejos populares. As imagens que nos vêm de Paris são bem diversas: as FAR (Forças de Acção Rápida) em desfile pelos Campos Elíseos.

É verdade que desfiles militares são uma componente frequente em festejos de dias nacionais por todo o mundo — traduzindo no fundo a própria realidade internacional actual. Mas neste caso concreto, o desfile das FAR pelas ruas de Paris tem um outro significado. E particularmente grave.

A presença — destacada — das FAR no dia 14 de Julho não surge como algo de inesperado.

Inserem-se no próprio desenvolvimento que se tem vindo a registar da política externa dos socialistas franceses no poder (a despeito — e ao arrepio — de contactos e acordos estabelecidos com países socialistas).

De há muito que se vem a falar de ambiciosos planos militares do Eliseu, nomeadamente no domínio do armamento nuclear; na aposta numa reforçada centralização político-militar e económica da Europa capitalista, e concretamente no eixo Paris-Bona. Factos a que há que somar, e em lugar de destaque, o projecto «Eureka».

Já neste mês de Julho, o Partido Socialista Francês fez aprovar, pelo seu Bureau executivo, e praticamente por unanimidade, um documento particularmente esclarecedor, sobre «segurança na

Europa». E que no fundo confirma toda essa perigosa evolução.

A começar pela análise da situação internacional.

Assim, «o império soviético» é referido como «factor essencial de insegurança» no continente. Afirma-se mesmo, pondo em causa, de facto, quer o quadro sociopolítico da Europa, resultante da vitória sobre o nazifascismo, quer a própria realidade do socialismo: «A insegurança europeia tem as suas origens na divisão da Europa em dois blocos».

Põe-se em causa, igualmente, o conceito de desanuviamento. A resposta à questão «da validade do conceito de desanuviamento e do seu conteúdo» é: «querer regressar ao desanuviamento não tem nenhum sentido».

Para que são as FAR (Força de Acção Rápida)? A resposta, simples e directa, vem nas páginas do «Internacional Herald Tribune», que afirma que as cinco divisões desta força especial estão, de facto, «claramente destinadas a reforçar em caso de guerra as três divisões francesas estacionadas em permanência na Alemanha».

Esta apreciação vem confirmada, com palavras diferentes, no documento do PSF que referimos.

Nele se afirma que os «interesses vitais» (!) em nome dos quais pode ser decidida a utilização das FAR «vão além do território nacional». Mais — a «dissuasão global» e a «defesa» da França devem exercer-se, «a favor da Europa Ocidental, e antes do mais a favor da segurança do território mais avançado e mais vulnerável da Europa, mas igualmente limítrofe de França, o território da República Federal Alemã».

E para que não restem dúvidas quanto à realidade, em particular no plano militar, de um eixo Paris-Bona, diz-se: «A criação das FAR, a manutenção de uma primeira força estacionada em grande parte na RFA mas também consultas franco-alemãs sobre a utilização da arma nuclear táctica francesa surgem como elementos concretos de uma nova solidariedade da França a favor da RFA».

A «aceitação do não recurso em primeiro lugar à arma nuclear» é linearmente rejeitada pelos socialistas franceses, que desenvolvem a arma nuclear e simultaneamente reforçam a capacidade nuclear da RFA.

Concretamente afirma-se que o desenvolvimento do arsenal nuclear será tal «que a França, nos próximos decénios, poderá conferir à sua dissuasão uma dupla capacidade, a defesa do seu território e uma dissuasão regional». O que está previsto é «a passagem de uma centena de ogivas para 500 ogivas».

Números e factos que tornam oportuno recordar a batalha desenvolvida pelo imperialismo de não contabilização dos arsenais nucleares franceses e britânico quando se debate a redução do armamento nuclear na Europa (a tese da Europa «desarmada» perante a União Soviética, com que se pretende «justificar» a instalação dos novos mísseis nucleares norte-americanos).

Números e factos a que há que somar — a par do desenvolvimento armamentista em todos os domínios —, a abertura de um novo domínio na corrida às armas: o Cosmos. E em que a França (com a RFA) detém também iniciativa, com o seu projecto «Eureka». Uma versão da «guerra das estrelas» norte-americana, em nada incompatível com o projecto desenvolvido pelo Pentágono.



Manifestação, em Paris, pela Paz. Uma expressão do abismo entre a política oficial e a vontade popular.

Há 40 anos, a bomba

Foi há 40 anos. A primeira bomba atómica explodiu, construída no âmbito do programa secreto norte-americano, «Manhattan».

A energia atómica ao serviço da guerra, por mão da já então grande potência imperialista: os EUA.

Significativamente a notícia foi de imediato transmitida, pelo secretário norte-americano da Guerra, ao primeiro-ministro britânico Churchill, em plena Conferência de Potsdam, a 17 de Julho de 1945. Uma conferência de paz onde alguns dos seus intervenientes delineavam simultaneamente novos projectos de guerra, e votavam na força — de uma nova arma — para alterar a seu favor o mapa do mundo que entretanto afirmavam desejar pa-

cífico...

No caso concreto da bomba atómica, bem pouco tempo mediou entre a fase final de «experimentação» e a sua aplicação concreta.

Apenas três semanas depois a nova arma iria explodir sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, matando mais de cem mil pessoas e ferindo outras cem mil. Sem contar com as consequências que ainda hoje se fazem sentir.

Relembrar estes factos tem um carácter profundamente actual. Estamos bem longe do simples recordar dum criminoso e trágico facto histórico. Isso mesmo foi recentemente reafirmado, em Budapeste, no V Congresso Internacional «Médicos do Mundo para prevenir a guerra nuclear», e que contou com a participação de quase mil médicos de 51 países (incluindo Portugal).

Nesta Conferência, realizada na Hungria de 27 de Junho a 2 de Julho, a questão central foi: como salvar a Humanidade de uma eventual hecatombe nuclear. Uma questão para que a resposta está no próprio lema

que presidiu aos trabalhos: «Cooperação, e não confrontação, imperativo da era nuclear».

Aliás os factos referidos são perfeitamente claros. Hiroshima foi aniquilada com apenas 13 quilotoneladas. Actualmente, como foi acentuado pelo presidente do movimento, o professor norte-americano Bernard Lown, «existem no mundo 50 mil unidades de armas nucleares, com uma potência sumária de 18 mil megatoneladas, o que equivale a 6 mil «segundas guerras mundiais»».

Neste mesmo momento, por mão dos promotores da bomba atómica, e com objectivos genericamente similares — o domínio

mundial —, assistimos a monstruosos planos (sob todos os pontos de vista, nomeadamente no plano económico) para desencadear um novo salto qualitativo na corrida aos armamentos. Trata-se do projecto norte-americano da «guerra das estrelas». Vivemos naturalmente uma realidade internacional diferente. Mas a lembrança da primeira explosão atómica e as suas trágicas consequências, apenas três semanas depois, constitui uma importante chamada de atenção. Para que — na proporção dos frutos actuais da escalada armamentista — não seja todo o planeta a sofrer-lhe as consequências.

Bolívia

O regresso do ditador

A história político-social da Bolívia é uma das mais peculiares de todo o mundo. Desde o recorde dos golpes de Estado (cerca de 200 em 160 anos), passando pelos governos de narco-trafficantes, até um movimento operário extremamente forte do ponto de vista organizativo, sem esquecer as experiências democráticas, tudo parece possível naquele país latino-americano.

Até o regresso ao poder, através de eleições, do ex-ditador Hugo Banzer que em 1971 liderou um golpe militar e durante sete anos impôs no país uma

feroz repressão. É o que acaba de suceder nas eleições do passado domingo cujos resultados, embora provisórios, apontam para a vitória de Banzer ainda que sem maioria absoluta, o que implica a realização de uma segunda volta parlamentar no próximo dia 2 de Agosto.

Muitos se interrogarão hoje de como é que isso é possível, conhecidas que são neste complexo quadro político-social boliviano as profundas tradições de luta operária e camponesa e o arreigado espírito democrático da população em geral. Não se trata de uma questão fácil de

responder, mas será difícil a qualquer observador imparcial acreditar na conversão de Banzer à democracia. Significará isto que o eleitorado votou conscientemente num representante da ditadura? Pensamos que não.

Mas já será legítimo aceitar que os resultados eleitorais de domingo traduzem o descontentamento perante uma política que se saldou, em 1984, numa inflação de 2300 por cento! Descontentamento que as forças progressistas não souberam canalizar, divididas por dissensões internas quando a unidade era uma exigência imperativa.

Tal como não souberam conjugar esforços — o que de resto reconhecem — para enfrentar os gravíssimos problemas económicos da Bolívia; a dívida externa, o desemprego, a inflação fora de controlo, a dependência do tráfico de narcóticos, o enfeudamento do FMI, são algumas das questões que lançaram o país no caos. A situação, herdada dos sucessivos governos militares, exigia muito mais que boa vontade.

A impotência do governo de Siles Suazo reflecte afinal uma realidade a que não são alheias as restantes forças, e que a direita e extrema-direita souberam

aproveitar em seu favor. Com a ajuda, claro, do imperialismo norte-americano. O apoio político de Reagan e os cerca de milhão e meio de dólares oferecidos pelo Partido Republicano para a campanha de Hugo Banzer, ajudaram o general na reserva a fazer a sua colheita de votos num processo eleitoral em que cerca de 40% dos eleitores nem chegaram a ser recenseados.

O que vai suceder a partir de agora é uma incógnita. No último quarto de século apenas um acto eleitoral não desembocou em golpe de Estado. O que acentua a convicção de que na Bolívia tudo pode acontecer.

«Foi constituído em Maio um Conselho de Resistência Francesa, agindo em território francês. Ao Conselho pertencem delegados das seguintes organizações de resistência: Partido Comunista, Partido Socialista, Partido Radical-Socialista, Partido Democrático Popular, Aliança Democrática, Federação Republicana, CGT, Confederação dos Trabalhadores Cristãos, «Libération», «Combat», «Franc-Tireur», «Ceux de la Résistance», «Ceux de la Libération», «OCM» e «Partisans». O Conselho da Resistência, nas vésperas da partida do General De Gaulle para a Argélia, enviou-lhe uma mensagem em que se renovam, assim como ao Comité Nacional da França Combatente, «a certeza do seu apoio total aos princípios que eles encarnam e de que não se poderia abandonar uma parcela sem ir violentamente contra a opinião francesa». Fernand Grenier, deputado e membro do Comité Central do Partido Comunista Francês, comenta a criação do Conselho nos seguintes termos: «Os franceses realizaram uma unidade completa. O Conselho representa 90% dos franceses membros dos movimentos ou simpatizantes.» (...)

«(Conselho de Resistência em Território Francês) — «Avante!», VI Série, n.º 35, 1.ª Quinzena de Julho de 1943)



«O relatório das Contas Públicas demonstra que não se pode realizar uma política de guerra sem lesar o progresso do País e o seu desenvolvimento pacífico, sem fazer pesar sobre o povo português, para além do tributo do sangue, pago pelos seus filhos, o fardo de novas contribuições e impostos que essa política exige.»

«Os gastos com a guerra passaram de 2 milhões e 609 mil contos em 1964 para 5 milhões e 100 mil contos assinalados no relatório das Contas Públicas para 1965 ou seja um aumento de 2 milhões 491 mil contos.»

«Entretanto reduziu-se em 670 mil contos confessados as verbas com as obras públicas e destinou-se para as obras de fomento rural a ridícula soma de pouco mais de 100 mil contos.» (...)

(Relatório das Contas Públicas — Mantém-se as Coordenadas da Política Fascista — «Avante!», VI Série, n.º 368, Julho de 1966)



«Arnaldo Schultz, o general nazista, demitiu-se do seu cargo de chefe supremo das forças armadas da Guiné e de governador daquela colónia.»

«A 4 de Novembro de 1967, Arnaldo Schultz afirmava publicamente à imprensa, numa das suas inúmeras visitas à metrópole: «Do ponto de vista militar a vitória continua a ser nossa.»

«Arnaldo Schultz selou a carreira de colonialista enfurecido com o pedido de demissão, que as autoridades fascistas transformaram, ante a opinião pública, no cumprimento normal da sua comissão de serviço.»

«Para o reconfortarem, nomearam-no membro do Conselho Superior Ultramarino. Não tardará que o vejamos integrado no conselho de administração de uma grande companhia monopolista.»

«O brigadeiro Sebastião Ribeiro Spínola foi ocupar o cargo de governador da Guiné. A um general fanfarrão sucedeu-se um militarista não menos empertigado e cruel. Ribeiro Spínola celebrou-se nas mantanças de Angola. Era o 2.º comandante da GNR, onde se tornou famoso pelo seu despotismo. Homem de confiança dos monopólios, ligado à Siderurgia Nacional, o brigadeiro Spínola continuará as destruições massivas a napalm e a bombas de fósforo, continuará os crimes inauditos contra os povos da Guiné e garantirá, como fez Schultz, que a pacificação daquela colónia será uma questão de semanas.»

«Mas os povos da Guiné pegaram em armas para sacudir a opressão colonial. São eles que decidirão os seus destinos.» (...)

(«Os Colonialistas Mordem o Pó da Derrota!» — «Avante!», VI Série, n.º 393, Julho de 1968)

A RTP e a «isenção»

Deputados de todos os partidos constatam manipulação

O inquérito feito pela Assembleia da República à RTP, durante a direcção de Palma Ferreira, portanto durante a vigência do Governo agora demitido, é concludente da manipulação feita pelo Governo (e pelos partidos que o apoiam) daquele importante órgão de comunicação social.

O relatório e as conclusões revelam, apesar de todas as limitações, todas as tralhalices que foi possível fazer, durante a direcção de Palma Ferreira. Como a situação não se alterou com a direcção de Palma Carlos (presentemente em exercício) imagine-se como, por vontade do Governo, os próximos actos eleitorais serão tratados por aquele órgão de comunicação social e quem sairá beneficiado.

Constituíam a Comissão Eventual de Inquérito 18 deputados de todos os partidos com assento na AR. Cinco do PS, quatro do PSD, três do PCP, dois do CDS, um do MDP/CDE, um da UEDS e um da ASDI.

Pelo seu interesse (e sendo certo que muita coisa ficou por dizer e aprofundar) transcrevemos algumas partes do relatório e das conclusões, que os próprios deputados da ex-maioria não puderam deixar de subscrever:

● Constatou-se a existência de um acordo prévio à tomada de posse do Conselho de Gerência, entre o Primeiro-Ministro e Vice-Primeiro-Ministro, que previu a escolha dos membros do Conselho de Gerência entre elementos de confiança dos partidos da coligação, tendo em conta a respectiva posição política e experiência profissional, e ainda uma estrutura do Conselho de Gerência, concretizada com o consenso dos elementos designados, apta a garantir o equilíbrio político no Interior da coligação PS/PSD, designadamente através da atribuição da presidência a uma personalidade não partidária e da atribuição dos pelouros da Informação e da Programação.

● Constatou-se que a distribuição partidária de pelouros no Conselho de Gerência deu lugar a perturbações na cadeia hierárquica da empresa, nomeadamente na Informação e programação.

● Constatou-se que foram desrespeitadas a cadeia hierárquica e as normas internas, inclusivamente, com criação de mecanismos de decisão paralelos.

● Constatou-se ter havido interferências do Conselho de Gerência relativamente às competências dos Serviços de Progra-

mação e Informação, práticas aliás referenciadas como constantes na actuação de Gerências anteriores.

● Não foi possível apurar os critérios que determinavam a produção de programas.

● Não foi possível apurar as prioridades da produção da RTP, relativamente à produção e co-produção.

● Relativamente à produção externa, constatou-se não existirem critérios na empresa, ficando a decisão à mercê da oferta externa, que sendo deficientemente fundamentada, tem permitido a sua constante alteração com ampliação dos trabalhos previstos e respectivos custos.

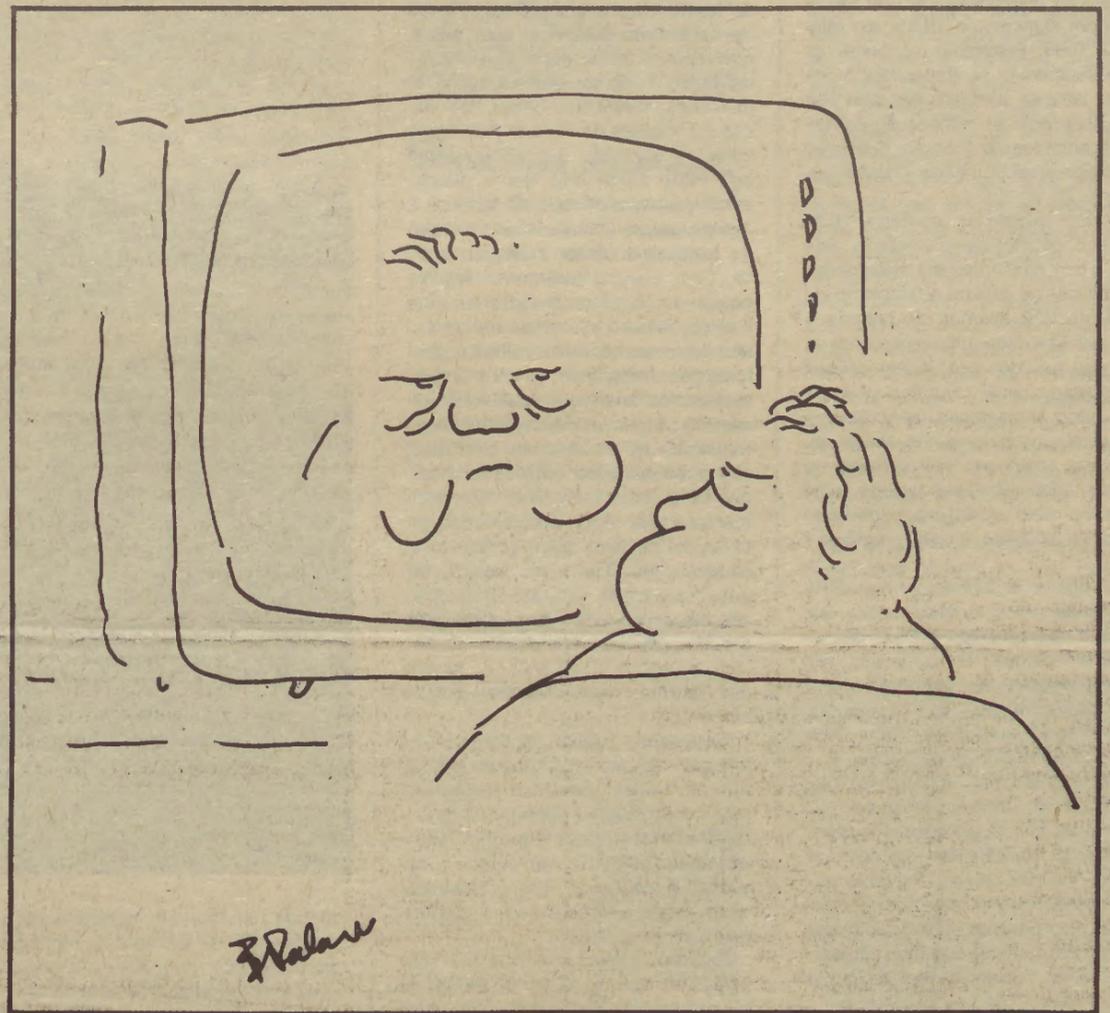
● Constatou-se que o Conselho de Gerência tem recebido solicitações ou pressões do Governo, partidos ou outras entidades, tendo-lhes dado, nalguns casos, seguimento ou concretização.

● Constatou-se que, apesar de existirem actas das reuniões e deliberações do Conselho de Gerência, houve decisões importantes no domínio da programação, informação, organização e gestão, que não foram objecto de apreciação ou deliberação em Conselho de Gerência.

● Constatou-se ter havido interferências, por parte de membros do Governo, designadamente pelo então Ministro da Educação, condicionantes do trabalho informativo.

● Constatou-se que o tratamento que tem vindo a ser dado às forças políticas não representadas no Governo é discriminatório.

● Constatou-se que a inexistência de uma política segura de programação e a suspensão arbitrária de alguns programas tem



acarretado elevados custos financeiros à empresa.

● Constatou-se haver, na sequência, aliás, de prática anterior, situações de acumulações de remuneração ou de suspensão de funções para se passar a auferir «cachets» superiores pela venda de produções e prestação de serviços à própria empresa.

● Constatou-se existir um subaproveitamento dos cerca de 2400 trabalhadores da RTP, independentemente da consideração de tal número poder ou não ser excessivo.

● Constatou-se que o conteúdo da política de promoção, nomeadamente de chefias e de assessores, tem sido nociva à melhoria e eficiência da produção na RTP.

E realçamos duas das conclusões.

● A RTP-EP não tem preenchido cabalmente as determinações constitucionais e legais que visam garantir o pluralismo ideológico e a independência deste órgão de comunicação social, nomeadamente:

a) — as disposições constitucionais que se referem à liberdade de expressão e de informação; à liberdade de imprensa, à independência dos órgãos de comunicação social do sector público face ao Governo, à Administração e aos demais poderes públicos;

b) — a Lei 75/79, de 29 de Novembro — Lei da Radiotelevisão — no que concerne à liberdade de expressão e à orientação geral

da programação (artigos 5.º e 6.º);

c) — a Lei 59/77, de 5 de Agosto — Estatuto do Direito da Oposição — concretamente no que diz respeito aos direitos dos partidos da oposição quanto ao sector público da Comunicação Social (artigo 8.º).

● A deficiente expressão da produção nacional na programação da RTP compromete os fins da empresa quanto à promoção dos valores culturais portugueses.

Muito ficou ainda por transcrever, mas a parte que publicamos é suficiente para demonstrar a «isenção» do Governo que agora está em funções de gestão, e da vigilância que vai ser necessária para com a sua actuação na comunicação social! ■

■ Carlos Luís Figueira

Algarve: Mitos e realidades

A actividade turística assume hoje crescente importância na economia dos diversos países que, tal como o nosso, dispõem de condições excepcionais de clima, património e belezas naturais, susceptíveis de interessar importantes correntes turísticas.

É pois acreditando e defendendo o interesse que o turismo tem para o País e para as regiões onde ele mais se desenvolve, que aqui nos propomos fazer uma abordagem da situação e dos problemas criados na maior e mais importante região turística do País — o Algarve.

Os números

Segundo dados divulgados pela Direcção Geral do Turismo, teriam entrado no País em 1984, cerca de 10 milhões de estrangeiros, o que representa um aumento de 10,5% em relação a 1983. Entretanto se deste número excluirmos os espanhóis o aumento cifra-se sómente em 6%. Por outro lado dos 10 milhões de estrangeiros entrados no País só 4 milhões são efectivamente turistas (estadia superior a 24 horas).

No que respeita às receitas e ainda segundo estimativas divulgadas pela DGT o seu montante teria sido (dados provisórios) de Janeiro a Setembro de 1984, de 722 milhões de dólares o que representaria um acréscimo de 53% em escudos e 17% em dólares em relação a igual período de 1983.

O saldo apresentado pela actividade turística no período em análise cifrar-se-ia assim em 554 milhões de dólares. Digo cifrar-se-ia porque como veremos mais adiante o verdadeiro saldo da balança turística está por fazer.

No Algarve encontram-se hoje 80% dos aldeamentos turísticos, 53% dos hotéis e apartamentos e 20% dos lugares em parques de campismo. Em 1984 a região foi responsável por 47% das dormidas de estrangeiros, realizando-se no Algarve 40 a 50% das receitas nacionais do sector.

Não existem hoje estatísticas que permitam ter uma noção exacta do número de camas destinadas à oferta turística. O INE dá como existentes no Algarve 40 000 camas enquanto que um recenseamento realizado recentemente pelo Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Distrito, apresentava como existentes 75 000 camas legalizadas.

É no entanto possível afirmar, sem grandes margens de erro, que o montante real de camas destinadas à oferta turística rondará as 100 ou 120 000, operando de forma clandestina largas dezenas de milhares.

No conjunto dos vários tipos de estabelecimentos do sector hoteleiro e similares, trabalham cerca de 15 000 trabalhadores na época alta, e a estes há que acrescentar alguns milhares que se ocupam no aeroporto de Faro, nas agências de viagem, nas rent-a-car e outras actividades ligadas ao turismo.

A sede do lucro

A região sofre hoje inevitavelmente os efeitos positivos e negativos provocados pelo modo como esta actividade tem sido encarada, pela forma

como se implantou, cresceu, actuou e actua, bem como pelo impacto que provocou no conjunto da economia da própria região.

Eleito ao longo dos anos como a prioridade das prioridades na economia da região algarvia, beneficiando de favoritismos e cumplicidades junto de sucessivos governos, quer antes, quer após o 25 de Abril, para o turismo foram e são canalizados apoios financeiros, insenções fiscais, facilidades e benesses de vária ordem, numa linha de actuação que serviu e em boa parte ainda hoje serve, fundamentalmente, o negócio de terrenos e a especulação imobiliária, em prejuízo do tratamento desta indústria como tal. Com efeito o turismo no Algarve nasce em boa parte estreitamente fundido com os interesses de empresas de construção civil, cujos construtores para financiarem os seus empreendimentos imobiliários se «transformaram», repentinamente, em hoteleiros, a fim de mobilizarem volumosas somas de dinheiros públicos e pequenas poupanças para tais empreendimentos, num jogo sórdidamente ganancioso, no qual quem perdeu foi a economia do País e da região, porque, para além doutras obrigações não cumpridas, ainda hoje muitos dos construtores/hoteleiros devem ao Estado, passados 15/20 anos, os fundos que obtiveram para construir os seus hotéis.

Mobilizando capitais disponíveis na miragem de uma rápida reprodução, o turismo surge como um fortíssimo pólo de atracção e conjugação de interesses, em prejuízo real e hoje cada vez mais evidente, do conjunto da economia da região. Era o chamado «ouro negro português» ou a «galinha dos ovos de ouro».

É neste quadro e para servir tais interesses que numa forma anárquica se assiste em nome do turismo ao crescimento de verdadeiros crimes urbanísticos, responsáveis por deteriorações e atentados ao património cultural e natural, em alguns casos já hoje destruídos de forma irremediável: Quarteira, Armação de Pêra, Praia da Rocha, Algar Seco são disso exemplos claros.

Licenciaram-se obras sem cuidar minimamente de questões fundamentais como o saneamento básico e, passados 20 anos, o Algarve encontra-se hoje a braços com gravíssimos problemas neste domínio a exigirem a mobilização de vultuosíssimas verbas. A situação ocorrida o ano passado em Albufeira é uma pequena ponta de um iceberg que atinge hoje situações de rotura em Quarteira, Lagos, Tavira, Faro, entre outros, com as autarquias da região sem possibilidades de fazer face a tais investimentos. Mas não é só o saneamento básico a zona de rotura. O Algarve recebe hoje um mi-

Que política de turismo temos?



lhão de turistas com praticamente a mesma rede de estradas e transportes ferroviários, para além de graves problemas existentes no próprio atendimento médico, com serviços que respondem já bastante mal às solicitações da população residente.

São obras indispensáveis que deveriam ter sido previstas e realizadas, estas sim, com fundos públicos e em devido tempo e, porque não o foram, mobilizam hoje para a sua execução montantes 10 ou 20 vezes superiores.

A forma desordenada e verdadeiramente irresponsável como o sector se desenvolveu, está patente no facto de **4 concelhos do Algarve (Albufeira, Lagos, Loulé e Portimão) deterem 84,5% das camas destinadas à oferta turística**, com tudo o que isto representa em carga humana e serviços a prestar.

A oferta e a qualidade

A incapacidade, os erros e a anarquia em que este sector se desenvol-

ve, estão evidenciadas noutras áreas importantes desta actividade, como são exemplos a oferta e a qualidade de serviços.

Todos os anos no final de cada época se discute a necessidade imperiosa de diversificar mercados. Aliás haverá poucos sectores, para além do turismo, que realizem mais congressos e conferências para «discutir» os seus problemas.

Gastam-se todos os anos **centenas de milhares de contos** na promoção turística no exterior, com resultados que são extremamente duvidosos.

Em 1984, e tomando como exemplo os turistas entrados no aeroporto de Faro, dos 611 479 entradas, 73% eram ingleses. A seguir, com 8% vinham os alemães federais. Só Manchester envia mais turistas para o Algarve que toda a Escandinávia junta.

O tão propagandeado e dispendioso dinheiro gasto na promoção do turismo originário dos EUA apresenta como resultado a entrada de 0,6% da totalidade dos turistas que nos visita-

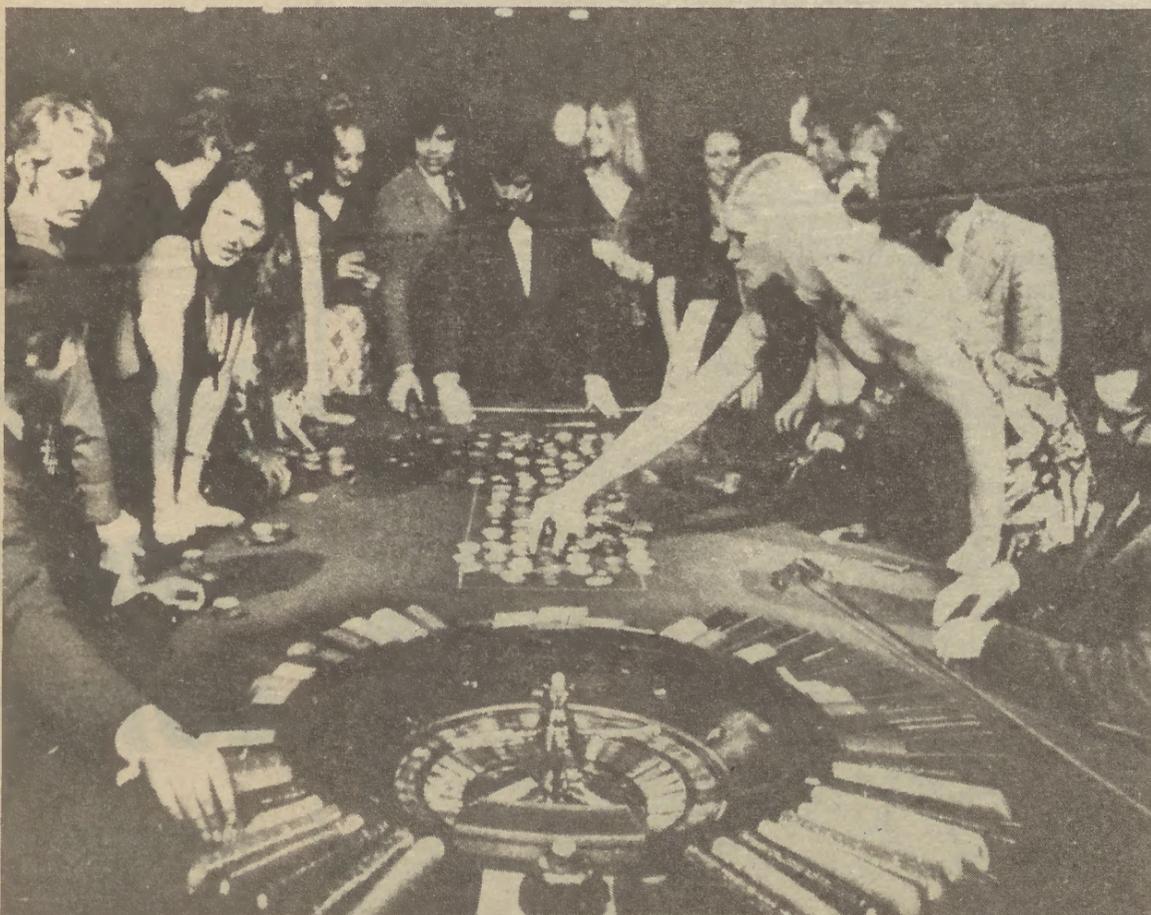
ram. Aliás, sabe-se que, salvo algumas excepções, na época baixa, os americanos não vêm a Portugal passar férias mas sim à Europa. Portugal representa, nessas férias, mais um itinerário de passagem do que um ponto de fixação, passagem na qual se inclui naturalmente, por alguns dias, o Algarve.

Assim, um colapso no mercado inglês arrastará falências em série com prejuízos económicos e sociais incalculáveis para o País e para a região.

Em contrapartida verifica-se nos últimos anos um aumento significativo do número de espanhóis que nos visitam, sem que para tal se tenha minimamente investido em promoção turística.

O turismo interno tem vindo em queda vertical ano após ano com a sua presença no Algarve a diminuir sistematicamente.

A degradação do nível de vida da maioria da população portuguesa em resultado da política praticada por sucessivos governos de direita, é disso responsável já que o subsídio de fé-



As opções para o turismo algarvio, que sirvam o país e a região — eis o que é preciso urgentemente definir

rias serve cada vez mais para cobrir necessidades que o salário não compensa. O turismo de qualidade e a qualidade da oferta turística são expressões correntes nos discursos e declarações de hoteleiros e responsáveis nacionais e regionais do sector. Elas todavia não passam de pura mistificação.

Quem conheça minimamente a região e o próprio sector chegará à conclusão que a tão falada «qualidade da oferta turística» reside no fundamental na amenidade do clima. **Paga-se hoje no Algarve o local e não a qualidade.**

Por outro lado o Algarve impõe-se hoje internacionalmente como um destino barato. A oferta turística assenta assim não numa promoção e valorização adequada da qualidade de serviços e na devida exploração e valorização das excepcionais aptidões naturais existentes, **mas antes pelos benefícios obtidos a partir de uma orientação económica que tem sido catastrófica para a economia nacional — a contínua desvalorização do escudo.**

Os aumentos verificados no ano transacto na ocupação dos hotéis de 4 e 5 estrelas não advêm assim de qualquer mudança operada nas correntes turísticas que se recebem mas fundamentalmente porque é barato. A desvalorização do escudo e a sua equiparação à peseta é o factor principal do aumento de contingentes de espanhóis. Hoje é mais barato para um inglês passar todo o Inverno no Algarve do que residir no seu próprio país.

A tão propalada qualidade da oferta é incompatível com o facto de hoje unidades hoteleiras de 4 e 5 estrelas disporem de 70, 80 e 90% dos seus efectivos de pessoal não de profissionais qualificados a quem, obviamente, teriam de pagar mais, mas de contratados a prazo, sazonalmente, a quem pagam bastante menos.

Economia paralela

Este ano, considerado já por vários responsáveis do sector como um dos melhores anos de sempre do turismo algarvio, apresenta já outros pontos de rotura que têm claramente que ver com a orientação que está patente no sector e com a total irresponsabilidade com que impunemente se continua a actuar. Vem isto a propósito da cha-

mada situação de «OVERBOOKING».

Trata-se de um procedimento que com regularidade se executa no sector e que consiste em vender de forma controlada um número superior de camas àquele que cada unidade tem para responder, precavendo-se assim face a eventuais desistências. Só que este ano se vendeu muito mais correndo-se agora o risco de se terem de enviar turistas de mala às costas de um lado para o outro do Algarve, porque o alojamento que comprou está ocupado por outro. É evidente que isto tem pouco ou nada a ver com a qualidade e muito mais com o vender gato por lebre.

A economia paralela assume várias facetas no sector, a mais grave das quais será sem dúvida a que se prende com fuga de divisas, cujo montante atinge várias centenas de milhões de dólares por ano. O País está assim longe de beneficiar de toda a receita realizada no sector já que (e os próprios responsáveis o admitem clara-

mente) uma parte importante das transacções feitas fica no estrangeiro e outra, mesmo cá realizada se esvai por formas mais ou menos artificiosas.

Em hotéis, bares, boites, restaurantes, muitos deles dominados por estrangeiros, realizam-se operações de venda de divisas sem que o País beneficie com isso.

As dezenas de milhares de camas que operam clandestinamente, ligadas a agências de viagens ou escondendo-se por detrás de agências de compra e venda de propriedades, constituem hoje uma vasta e densa rede de economia paralela por onde se escoam um vasto tráfego de divisas e se desenvolve uma concorrência feroz à actividade turística regular.

Mas para além disso há hoje também aquilo que poderíamos chamar uma moeda paralela constituída por tickets que o turista compra no seu país que para cá transporta e com os quais paga a cerveja ou o whisky e

ainda quando é caso disso recebe troco em moeda portuguesa...

Hoje prolifera no Algarve um autêntico mercado clandestino de venda de bilhetes de avião, e isto porque aproveitando o retorno dos charters e perante a complacência das autoridades se vendem em hotéis, bares, boites e até talhos, bilhetes para algumas capitais da Europa. No Verão passado num talho junto a uma estância turística vendiam-se bilhetes para Londres, pela módica quantia de 5000\$00 sem que para tal se fosse obrigado a comprar uma perna de borrego ou um bife da vazia.

Entretanto, enquanto nos outros países se defende com legislação própria as transportadoras nacionais, no nosso País a TAP transportou somente 12% dos turistas que nos visitaram utilizando os voos charters.

Uma face escondida

A partir daqui a importante questão atrás colocada sobre o verdadeiro saldo da balança turística assume de facto grande relevância.

Por um lado porque para encontrar o verdadeiro saldo **nas despesas com o turismo tem de ser contabilizado o que o País gasta efectivamente em produtos alimentares, combustível, equipamento, promoção, etc.**, para acolher os contingentes que nos visitam. Esta questão tem a maior importância num país onde, em resultado da catastrófica política praticada pelos governos de direita, se tem de importar, em divisas, mais de 60% dos produtos alimentares que consumimos. Se feitas estas contas, os resultados apresentados não se-

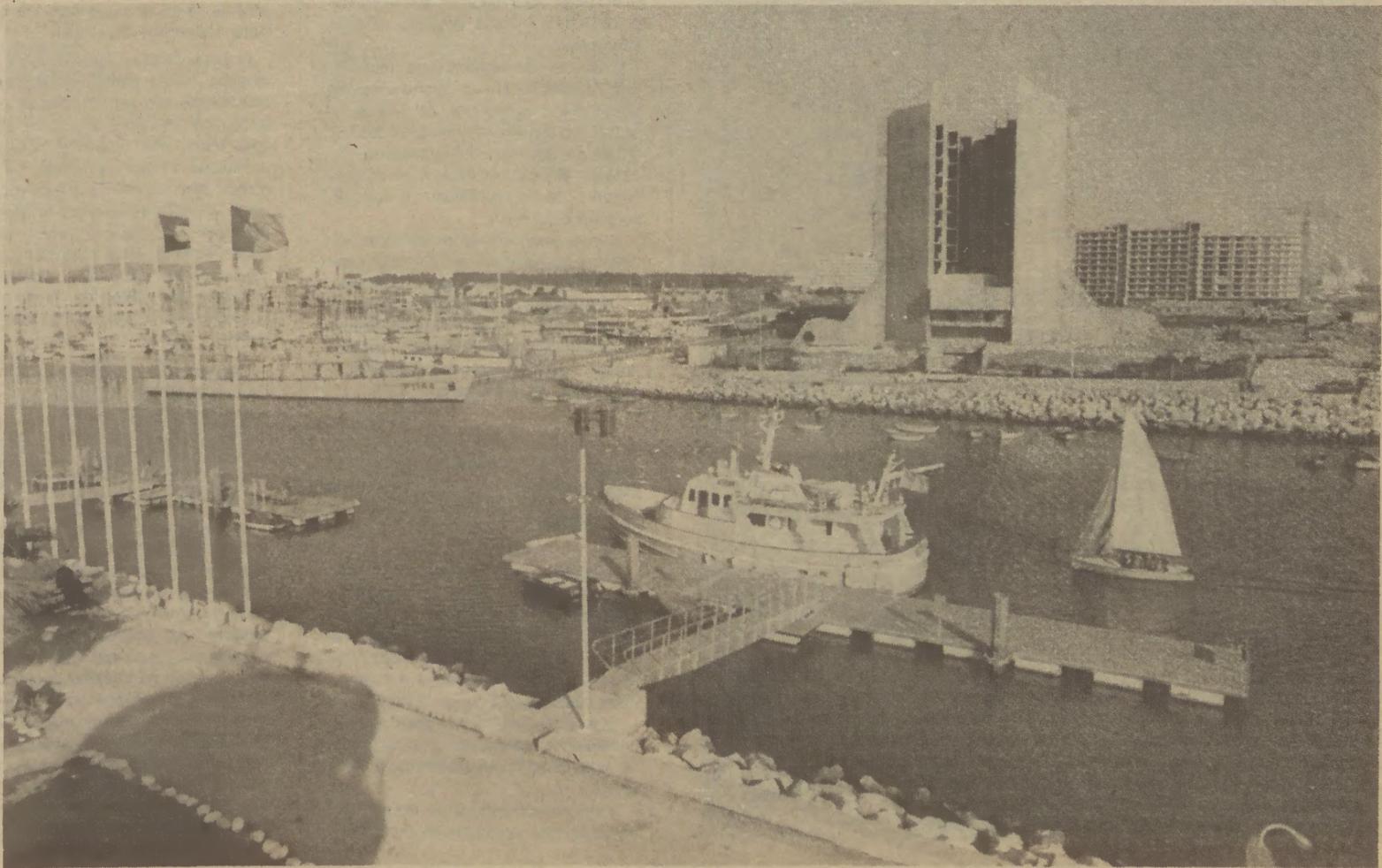
riam tão brilhantes. Mas por outro lado resulta mais chocante ainda a situação, ao verificarmos que gastando milhões para acolher turistas, boa parte da receita realizada se esvai sem qualquer benefício para o País.

Face a esta realidade, mais chocante e ofensiva também resulta uma das últimas reivindicações do patronato da hotelaria quando exige a qualificação «de sector exportador» para o turismo, para através dessa prerrogativa obterem mais facilidades, pagarem menos impostos e adquirirem maior liberdade de movimentos para acelerarem a apropriação de superlucros.

Em relação aos trabalhadores do sector os efeitos desta política são hoje claros. Passada a euforia dos primeiros anos a realidade impõe-se hoje com grande dureza.

A sazonalidade, pesando embora as características do sector, atinge hoje níveis escandalosos só possíveis pela impunidade que lhes tem sido garantida pela política de direita praticada. Por outro lado assiste-se hoje a uma drástica diminuição do número de trabalhadores no sector, face ao desenvolvimento da própria indústria. Esta situação é confirmada pelas próprias estatísticas oficiais que apontam para uma **redução, em 10 anos, de 50% do número de trabalhadores/cama.** A exploração desenfreada e selvagem dos trabalhadores e o recurso sistemático e em larga escala ao trabalho não especializado, é hoje uma dura realidade.

Por outro lado e perante os bons resultados obtidos no ano turístico

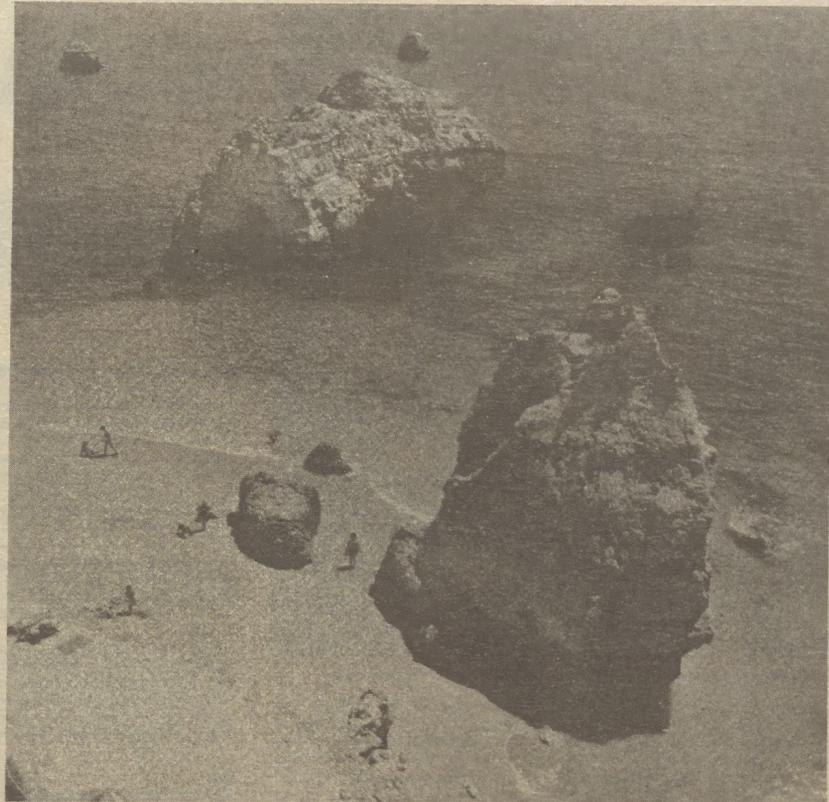


Algarve: mitos e realidades

passado, resultados expressos numa ocupação média anual de mais de 65%, níveis de ocupação que este ano podem ainda ser superiores, no Algarve permaneciam com salários em atraso cerca de 2000 trabalhadores e as empresas da hotelaria deviam à Previdência perto de 1 milhão de contos.

Não é nem pode ser assente nesta realidade que o turismo pode continuar a desenvolver a sua actividade. Escamoteá-la é tornar-se cúmplice de uma situação que não interessa ao sector e dela também não beneficiam nem o País nem o nosso Povo.

Por outro lado a população algarvia paga hoje custos sociais elevadíssimos resultantes da actividade turística sem que daí tenha obtido contra-partidas válidas. Altos índices de custo de vida, descaracterização da cultura, arrastamento para fenómenos de mimetismo, proliferação da marginalidade, são situações que atingem hoje sectores importantes, particularmente da juventude algarvia, com graves conse-



Sucedem-se os debates, as conferências, os colóquios, os encontros e as inevitáveis discursatas sobre o turismo algarvio. Mas, muitas vezes, as palavras apenas servem para encobrir ou distorcer as realidades

quências no plano social. Porque ao longo dos anos se elegeu o turismo como a prioridade das prioridades desprezando-se o apoio e o incentivo a outros sectores económicos da região (agricultura, pescas, indústria) o Algarve é hoje, por isso mesmo, o exemplo claro de como o desenvolvimento da região não pode ser encarado exclusivamente em função de um só sector da sua actividade por mais aptidões que essa região tenha para o desenvolver.

O Algarve não pode ser transformado numa enorme Disneylandia acentuando atrasos e cavando gritantes assimetrias no interior do seu território e face aos diversos sectores da sua economia.

Hoje parece claro que para apoiar o próprio turismo era de grande importância que a agricultura, as pescas, o sector conserveiro se tivessem desenvolvido e que simultaneamente se tivessem atribuído incentivos ao aparecimento de novas indústrias ligadas ao próprio turismo.

Não é pois, como inicialmente se disse, o turismo em si que está mal mas toda a orientação política praticada e a defesa e proleção a interesses de grupo que sem olhar a meios se instalaram para colherem o mais rápido possível chorudos dividendos sem cuidar de mais nada.

Mudar o rumo

O turismo pode e deve ocupar um importante papel na nossa economia e constituir de facto um excelente meio de realizar divisas, dando um importante contributo para a recuperação da grave crise económica e financeira com que o País se debate.

O turismo no Algarve pode e deve constituir um importante pólo de ajuda ao desenvolvimento global de toda a região.

É necessário entretanto encarar de frente e com coragem os problemas

que se colocam, que a não serem resolvidos podem pôr em risco esta importante actividade económica.

É necessário salvar a tempo o que é importante salvaguardar, preservando o futuro. É necessário acabar com a especulação e a anarquia reinante. É necessário defender de novos atentados o património natural e cultural existente, elementos essenciais ao próprio turismo. É necessário enquadrar esta actividade num plano regional, no qual se defina com clareza o que pretendemos, para servir que camadas e que correntes turísticas, definindo simultaneamente o peso que o turismo deve ter no quadro da actividade económica da região.

Hoje no Algarve desenvolve-se uma tendência séria para a construção de apart-hotéis em substituição da construção de unidades hoteleiras clássicas. Mais, nas unidades hoteleiras existentes verifica-se também a tendência para eliminar serviços, restringindo a oferta ao aluguer do quarto e pouco mais porque é este o sector mais rentável. Este facto tem como consequência imediata a drástica diminuição dos postos de trabalho e o aumento dos índices da sua sazonalidade.

Pergunta-se: é isto que serve o País, a indústria, a região e os interesses dos trabalhadores?

São questões urgentes a que necessariamente há que dar respostas prontas, sem subfúrgios e com sentido das responsabilidades.

Mudar o rumo, alterar profundamente a política praticada, é imperioso e urgente. Tal só será possível certamente com a formação de um novo governo que saído das próximas eleições seja capaz pelas forças que o integram, de realizar uma nova política, assente no respeito e defesa da Constituição, política voltada para o desenvolvimento económico do País, para o aproveitamento global de todas as nossas potencialidades, assente na garantia e defesa dos direitos e regalias dos trabalhadores e do nosso Povo. ■

A Grande Lisboa e as responsabilidades autárquicas

A evolução demográfica nos últimos vinte anos — entre os censos de 1960 e 1981 — mostra aumentos muito fortes, cerca de um milhão de habitantes, dos quais 700 000 na margem Norte e 300 000 na margem Sul.

Por outro lado, a capital, apesar de albergar apenas um terço da população da Grande Lisboa, detinha mais de metade dos empregos, facto que determinava, em 1981, um «excesso» de mais de 200 000 postos de trabalho e consequentes deslocações diárias maciças de trabalhadores, vindos principalmente dos «eixos» ou «corredores» de Sintra, Loures, Cascais e Almada. A este fenómeno de transformação progressiva da periferia lisboeta em dormitórios de empregados na cidade, principalmente nos serviços, apenas escapam, por enquanto, os municípios mais industrializados — como Vila Franca de Xira e Setúbal — ou mais afastados devido a comunicações mais difíceis (Montijo, Alcochete). Este panorama da distribuição do emprego e da residência dá origem a graves problemas nas deslocações das massas trabalhadoras, em especial nas viagens pendulares «de» e «para» Lisboa. A estimativa feita para o ano de 1981 apontava para um total de 800 000 viagens da região envolvente para a capital e regresso, cabendo cerca de 80% às originadas na margem Norte.

A evolução recente da população activa mostra que a vida agrícola quase desapareceu da cena económica da região, que a formação de emprego industrial cresce de importância principalmente em Lisboa e margem Sul e, sobretudo, o espectacular aumento da população operária em toda a Grande Lisboa, absorvendo o excesso de oferta de emprego que existia em 1970 naquele sector. Tal facto é devido, entre outras causas, à fixação na região de fortes quantitativos populacionais vindos de áreas afastadas e do interior do País.

A formação do emprego terciário continuou a processar-se preferencialmente em Lisboa, onde se concentravam, em 1981, dois terços do emprego total do sector existente na Área Metropolitana, face a uma massa de activos residente na cidade que apenas preenchia cerca de metade dos postos de trabalho.

Racionalidade e lucro

É nítida a contradição entre os interesses dos habitantes e os do capital imobiliário. Os primeiros exigem racionalidade na ocupação e organização do território que possibilite um ambiente

digno e harmonioso e um assento adequado às actividades produtivas. Os segundos baseiam-se na maximização dos lucros no quadro de uma economia de mercado especulativa e orientada pela procura, que visa, prioritariamente, as áreas já valorizadas pelos investimentos públicos.

A lógica do negócio imobiliário está na base da desordem urbanística ou, o que é o mesmo, gera um processo de transformação urbana que se opõe aos usos do solo que melhor convêm à vida da comunidade, expressos nos instrumentos de planeamento por ela elaborados. É interessante notar como os promotores procuram sempre justificar, perante a opinião pública, as suas operações, recorrendo ao estafado lema do «desenvolvimento» de que todos os cidadãos virão a beneficiar.

Nestes últimos anos tem-se assistido à pressão crescente dos interesses privados no processo de ordenamento do território. Isso tem sido especialmente sentido em alguns municípios da região lisboeta, em especial naqueles situados nos principais eixos de expansão. Por outro lado, é conhecido o apoio de sectores do Governo a certos projectos privados e o seu amplo recuo em relação a investimentos públicos de alcance social. Esta situação é ainda agravada pela abertura, cada vez mais nítida, da administração aos interesses estrangeiros o que está na base de muitos empreendimentos sensacionalistas anunciados.

A medida que os desequilíbrios se acentuam e a hegemonia de Lisboa sobre o território cresce, o quadro de vida colectiva agrava-se e os problemas vividos pelas populações agudizam-se, merecendo destaque os da natureza psicológica originados por um meio cada vez mais agressivo e deprimente. São previsíveis os riscos que enfrenta a área metropolitana a curto prazo se, entretanto, não ocorrerem alterações políticas significativas.

São problemas que se agravarão com os esperados três milhões de residentes em 1990 (apenas dentro de cinco anos!), com uma concentração ainda maior de serviços em Lisboa e a consequente ampliação dos dormitórios em volta da cidade. Serão ainda maiores dificuldades nas deslocações quotidianas perante o forte acréscimo da procura e a incapacidade de resposta adequada, a aceleração da ruína do parque habitacional na ausência de uma política do sector eficaz, socialmente justa, é ainda o comprometimento das áreas naturais de recreio e lazer reduzidas por empreendimentos especulativos e o desaparecimento contínuo de exemplares e conjuntos do nosso património construído.

Estas dificuldades serão ainda certamente agravadas, para a administração

A Grande Lisboa define-se como o território onde se processam intensos intercâmbios diários de população e de produtos, em especial entre a capital e os centros urbanos próximos. A área abrange cerca de vinte municípios e é a principal região demográfica, económica e administrativa do País. Em cerca de 3% do território nacional, vivem dois milhões e meio de habitantes em 1981, dos quais mais de um milhão de activos o que representa perto de um terço dos efectivos nacionais. O emprego industrial abrangia, naquela altura, um quarto do total existente no País e o valor da produção atigia, em 1977, mais de um terço do produto nacional. Por sua vez, o sector terciário detinha, também nesse ano, um peso decisivo dentro da economia: 57% do produto nacional.

racional defendida pelos municípios APU, pela manutenção e intensificação de um bloqueamento quer às acções tendentes a responder à satisfação a nível local dos problemas dos habitantes, quer às de coordenação intermunicipal, a nível da área metropolitana, voltadas para o desenvolvimento de estratégias mais amplas, de outro nível, com vista à humanização das condições de vida na região.

A gestão que se impõe

Sabemos bem que sob a administração burguesa, qualquer que seja o seu quadrante, terão sempre cada vez maior impacto negativo no nosso quadro de vida as decisões tomadas em nome do desenvolvimento colectivo mas, na verdade, favorecendo interesses privados. Impõe-se, pois — é urgente — uma gestão diferente, racional e bem coordenada da área metropolitana. Desde há uns dez anos que o estilo das autarquias APU tem demonstrado a sua capacidade de responder às carências das populações e de desenvolver uma política inteligente da integração dos desenvolvimentos urbanístico e económico. Perante o quadro preocupante que hoje oferece o recrudescimento da especulação imobiliária aliada à corrupção administrativa, bem conhecida aliás da opinião pública através de entendimentos da Administração Central e de alguns municípios de orientação reaccionária com o grande capital, nacional e estrangeiro — nomeadamente nas operações de demolição e densificação do tecido urbano, na cedência de terrenos públicos a grandes promotores, nas associações com particulares que apenas beneficiam certos interesses, no licenciamento de grandes empreendimentos imobiliários em nítido prejuízo do ordenamento racional do território e da vida local — é



urgente uma gestão APU que ponha cobro à política de convivência da administração controlada pela direita com os grandes promotores-especuladores. Essa urgência é particularmente aguda em municípios determinantes do desenvolvimento da Grande Lisboa, dentro dos quais se destaca, naturalmente, o de Lisboa.

É essencial um controlo sério e responsável sobre o processo de transformação urbanística da capital orientado quer pela satisfação das grandes carências dos habitantes — importantes em equipamentos colectivos, zonas verdes, recuperações urbanas — quer pela avaliação dos impactos na área metropolitana de projectos de investimento na cidade, particularmente na área do emprego.

Por outro lado, é condição indispensável à eficácia do ordenamento do território na periferia e à sua gestão integrada e equilibrada, o exercício do controlo do uso do solo sobre os «corredores» ou «eixos» preferenciais de expansão urbana. Tal controlo alargado, extravazando os limites municipais,

pressupõe uma estratégia coordenada, uma base de entendimento entre as autarquias quanto à identificação dos problemas, suas causas comuns e modos de os resolver.

A título de exemplo, tomamos o caso do «corredor» de Sintra. Os dois municípios que o constituem — Amadora e Sintra — dependem, em boa parte, das vias de comunicação e dos transportes que asseguram as suas ligações diárias com a capital, vitais para mais de metade dos seus habitantes que aí exercem a sua actividade. No entanto, enquanto no município da Amadora a gestão municipal se tem orientado pelo controlo rigoroso das expansões habitacionais do tipo especulativo, a par de uma política de reequipamento urbano e de apoio às actividades produtivas, no concelho de Sintra florescem os investimentos especulativos, dando origem a urbanizações de alta densidade, escassez de espaços livres e equipamentos e ao alastamento dos dormitórios por todo o território.

Para além das evidentes diferenças de políticas dos dois municípios — uma

voltada para o combate à especulação e defesa dos interesses dos municípios e a outra a reboque das manobras dos promotores — o que interessa agora acentuar são as consequências muito negativas para a Amadora da política seguida por Sintra. Elas traduzem-se no agravamento das condições dos transportes e na pressão especulativa sobre os solos e, entre outros aspectos, na inexistência de uma estratégia de fixação de emprego e de equipamentos.

É nossa convicção que as conquistas de municípios-chave da área metropolitana de Lisboa pela APU, que se dividam no final do corrente ano, permitirão o exercício pleno e alargado da cooperação intermunicipal, tão necessária à reabilitação da região. Será então possível criar as bases para a definição clara do ordenamento da área, assente nos princípios da melhoria das condições de vida dos seus habitantes e na sua participação plena na gestão do Poder Local ■

(Intervenção do camarada Leopoldo de Almeida, membro da Comissão junto do CC para o trabalho nas autarquias, na Conferência sobre o Poder Local)

TIMOR-LESTE

Onde as montanhas são azuis e a terra vermelha de sangue

Há um país onde as montanhas são azuis e as árvores, outrora preciosas, foram substituídas pelo café; onde o povo é indomável e preserva até pela resistência passiva as suas tradições e a sua cultura; um país onde a terra é cada vez mais vermelha pelo sangue derramado.

Poucos serão os portugueses, mesmo os que por lá passaram, capazes de o identificar pelas referências dadas. Porque não são mauberes, porque nunca se integraram verdadeiramente em valores culturais que era vulgar classificar de selvagens, porque nem sequer se deram ao trabalho de entender a língua nativa e fracassaram quase todos os esforços para impôr a do colonizador.

Talvez isso explique um pouco, embora não justifique, a indiferença com que os sucessivos governos portugueses têm tratado o caso dramático de Timor-Leste. O país onde as montanhas são azuis.

Não é possível calar por muito tempo a voz dos povos em luta pelo direito à auto-determinação e à independência; nem tão pouco a voz da comunidade internacional quando es-

ainda legalmente sob a responsabilidade de Portugal e apelando a todos os Estados para que respeitem o direito à auto-determinação de Timor-Leste.

com todas as partes directamente envolvidas com vista a conseguir um amplo acordo».

O que na opinião de muitos se traduziu numa manobra da Indonésia e dos seus apoiantes mais directos para desviar as atenções internacionais de Timor-Leste enquanto consolidava, ou tentava, as suas posições no terreno.

Mas eis que de novo a questão ganha honras de primeira página graças a uma série de circunstâncias e jogos políticos nem sempre particularmente claros, e a um aumento da actividade da resistência em Timor-Leste.

Uma arma de dois gumes

Sem pretender retirar importância aos continuados esforços da Frente

maior, no seu entender. Trata-se evidentemente do ataque ao Movimento dos Não-Alinhados.

Membro fundador daquele Movimento a Indonésia tornou-se desde a invasão de Timor-Leste num caso cada vez mais incómodo, já que aliou à política repressiva a nível interno uma actuação em nada consentânea com os princípios dos Não-Alinhados. Por altura do aniversário do Movimento, as centrais de desinformação não deixaram de referi-lo, mesmo que para tal tenha sido preciso beliscar o regime de Suharto, um dos mais fiéis aliados do imperialismo norte-americano no Sudeste Asiático.

Ao esgrimir com uma arma de dois bicos com o objectivo de pôr em causa o Movimento dos Não-Alinhados tais centrais acabaram por prestar um favor à causa do povo maubere. E não será especulativo afirmar que a própria cimeira ministerial da organi-

ção dos direitos humanos aí praticada pelas tropas indonésias.

Recorda-se que aquele documento foi assinado por parlamentares portugueses de todos os partidos representados na Assembleia da República com excepção do CDS.

Ainda mais recentemente, a Amnistia Internacional divulgou um relatório sobre a violação dos direitos humanos em Timor-Leste, onde se afirma que o número de pessoas que morreram depois da invasão está calculado em 200 000, ou seja, cerca de um terço da população antes da invasão pela Indonésia.

O relatório dá ainda conta de inúmeros relatos de torturas, assassinatos em massa, «desaparecimentos» e obstrução sistemática da Indonésia às tentativas da Amnistia Internacional para melhor se informar no local da situação existente.

A normalidade da morte

Falando perante o Comité Especial sobre a Descolonização das Nações Unidas, o representante indonésio descrevia da seguinte forma a situação em Timor-Leste em Setembro de 1983:

«A província está em paz. As feridas da guerra civil incitada pela Fretilin e pelos portugueses foram saradas. Toda a população está activamente envolvida no desenvolvimento económico, social e cultural da sua província, como parte da República Indonésia».

Esta pretensa normalidade não resiste à rova dos números. Dos 750 mil habitantes de Timor-Leste, em 1975, restam hoje (segundo um censo das próprias autoridades indonésias) cerca de 500 mil. É de genocídio que se trata. Um genocídio levado a cabo através de bombardeamentos aéreos, acções de retaliação contra aldeias inteiras, execuções sumárias de prisioneiros.

O relato de um timorense que trabalhou com os serviços secretos indonésios não podia ser mais elucidativo no que se refere às execuções.

«Durante os interrogatórios, afirma, os prisioneiros eram normalmente torturados, especialmente se os interrogadores pensavam que fossem soldados ou responsáveis da Fretilin. Eram torturados, ferindo-os com um instrumento áspero, picando-os com as pontas dos cigarros acesos no rosto à volta da boca ou aplicando-lhes choques eléctricos, algumas vezes nos órgãos genitais. As autoridades superiores decidiam quem devia ser executado depois do interrogatório. A maior parte dos responsáveis ou os mais educados, aqueles que eram mais dotados, eram executados.»

O Estado Português é ainda responsável por Timor-Leste. Como ficar indiferente perante esta situação enquanto os governantes fazem acordos palacianos com o carrasco do povo maubere? ■



As estreitas ligações entre o imperialismo norte-americano e os regimes ou forças políticas de direita não conhecem fronteiras. Na Indonésia, Suharto é um amigo fiel; em Portugal, outros lhe fazem o jeito cultivando amizades comuns



zação, que se realiza em Setembro em Luanda terá na questão de Timor-Leste um tema central.

Um relatório comprometedor

A cortina de silêncio que parecia ter caído sobre a luta da Fretilin e do povo timorense foi rasgada. Qual bola de neve, as informações sobre a real situação na parte leste da ilha foram-se acumulando neste décimo ano da ocupação indonésia.

Em Fevereiro deste ano a Fretilin começou a efectuar emissões regulares de rádio a partir de um posto emissor instalado no interior do território ocupado. Em Junho passado, o presidente da comissão de direitos humanos do Parlamento britânico divulgava um documento subscrito por mais de quatrocentos parlamentares de 13 países exigindo que a Fretilin seja considerada parte fundamental em quaisquer negociações a levar a cabo para pôr fim à guerra em Timor-Leste, ao mesmo tempo que denunciava e condenava a sistemática viola-

tão em causa valores que a todos são comuns, como o direito à vida.

Para o povo português, o drama de Timor-Leste é um espinho na consciência nacional que se torna cada vez mais premente arrancar.

E para a comunidade das nações? Desde Dezembro de 1975 — data em que a Indonésia invadiu Timor-Leste — que são votadas resoluções na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança da ONU condenando a situação imposta naquele território

Desde 1976, altura da anunciada «integração» na Indonésia, e até 1982 a questão não deixou de ser discutida na ONU, sendo de notar a crescente incidência dos debates na necessidade de ajuda humanitária internacional ao povo maubere gravemente afectado pela fome e pela doença.

Nos dois últimos anos, no entanto, a questão de Timor-Leste saiu da agenda da ONU, na sequência da resolução de 1982 que solicitava ao Secretário-Geral que «iniciasse consultas

Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin) para ganhar a opinião pública e empenhar os organismos internacionais no auxílio à justa luta do povo maubere, a verdade é que foram as próprias centrais de informação do imperialismo quem recentemente trouxe o debate do problema para a arena internacional.

Não certamente com os mesmos objectivos, mas para se servir do caso timorense como arma contra um mal

a TV

Isto é que é: uma TV de libré...

Ninguém em seu perfeito juízo nega a importância da Televisão na formação da opinião pública.

Ninguém em seu perfeito juízo desmente a manipulação da informação na TV a favor das forças representadas no Governo.

Ninguém ignora que as forças representadas no Governo e que controlam a TV vão concorrer às próximas eleições.

Ninguém, por fim, deixará de concluir que se a TV contribui para a formação pública e se a TV é controlada por certas forças políticas (em particular pelo PS e PSD), as próximas eleições estarão viciadas à partida, pois a RTP tudo fará para dar a cada mão dos portugueses a indicação do voto.

Onde está a legalidade? Onde está a moralidade?

Propaganda, nada mais

Eu não quero dizer com isto que a RTP vá influenciar as forças políticas mencionadas: quero dizer que ela já o está a fazer, e pelas formas mais subtis.

Assim, vejamos apenas dois exemplos — modelos do cinema político.

Em primeiro lugar, na Televisão não se perde oportunidade de propagar (em discurso directo ou indirecto) que as próximas eleições não vão, no essencial, modificar o cenário político actual...

Assim se insinua que, mais voto menos voto, mais coisa menos coisa, o PS e o PSD continuarão nas posições que ocupam. Note-se que não se trata de uma análise rigorosa, responsável: trata-se de **suposição de suspeita**, algo como um **desejo** que, por obra da TV, se transforma em propaganda...

A «grande» manobra

Vejamos outro exemplo.

As reuniões das cúpulas do PS deram motivo a longas e repetidas reportagens no Telegiornal, com direito a declarações por porta-vozes, em discurso directo!

Assim, soubemos que as direcções do PS, em obediência à indicação de Soares, escolheram Almeida Santos para primeiro-ministro «no caso de o PS vencer as próximas eleições»...

Esqueçamos o ridículo da manobra de um tal descaramento propagandístico que raia o absurdo. Anotemos apenas este «pequeno» apontamento: no Telegiornal onde o assunto foi tratado, a expressão «no caso de o PS vencer as próximas eleições» ou equivalente, repetiu-se 4 (quatro) vezes!

Estamos ou não perante um exemplo típico da «lavagem ao cérebro» sofisticada?

Quer dizer: o descalabro de uma política, não terá a mínima importância na avaliação pública dessa mesma política...

Quer dizer: o Povo português tão duramente atingido por essa política, vai esquecer tudo e manter o voto na continuação dela (!!!). Para a TV, o povo é masoquista...

Quer dizer: o aparecimento de novas forças políticas, o reforço doutras forças, já manifestado em sondagens insuspeitas, como é o caso da APU, nada disso conta!!! Para a RTP tudo ficará como dantes...

As vozes que assim falam pela TV não exprimem uma observação sobre a realidade: fazem pura e simplesmente, propaganda, lavagem ao cérebro...

Têm medo mas não têm vergonha...

No passado dia 12, o PCP utilizou o seu direito ao **Tempo de Antena**. No mesmo dia, como que por acaso, vimos o Tempo de Antena do PS.

Por acaso ou não, o facto não deixou de ter grande interesse, na medida em que o Povo português assistiu a duas formas de comportamento.

O PCP apontava os sofrimentos que a coligação provocara à nossa Pátria; o PS denunciava o PSD como culpado da ruptura da coligação...

O PCP mostrava a calamidade social do aumento selvagem das rendas de casa; o PS acusava de fraqueza o antigo parceiro da coligação...

O PCP enumerava os malefícios da adesão à CEE; o PS declarava que, por causa da ruptura «provocada pelo PSD», a programação governamental não pudera completar-se...

O PCP apontava caminhos seguros para a solução da crise política e económica; o PS dizia que o PSD pusera em causa, com a ruptura, todo o trabalho projectado...

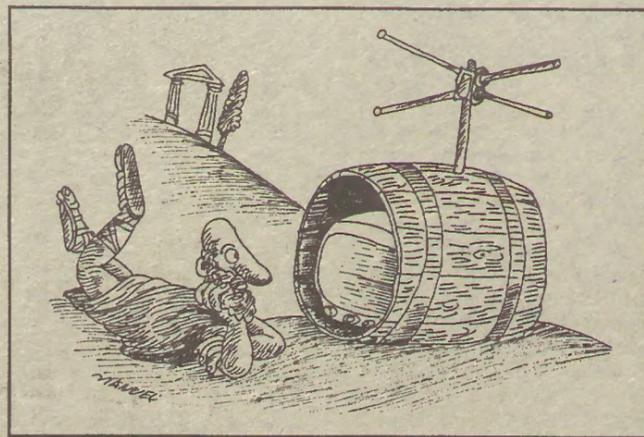
Ou seja: um Partido preocupa-se com os destinos do Povo português, enquanto o outro vive obcecado pela mera conjuntura partidária. Um quer salvar o País; o outro quer salvar-se a si próprio.

Isto ninguém disse: isto viu-se, isto nós vimos com os nossos próprios olhos. Vimos um Partido tranquilo, vimos outro partido cheio de medo.

Medo é a palavra certa. Como diz o povo de certas pessoas, «o medo é muito, mas a vergonha é pouca»...

■ **Ulisses**

...Síntese... semanal da IMPRENSA



A velha política de direita

As declarações recentes dos dirigentes do PS, do PSD e do CDS não escondem a ânsia do regresso aos «tachos» perpétuos e à sua velha política de direita.

Mais uma vez eles não aprenderam nada com a clamorosa derrota do «bloco central». A escolha de Almeida Santos como candidato a primeiro-ministro, feita há dias pela direcção do PS, é significativa: é uma aposta na demagogia, no manobrismo, na «politiqice».

O povo português já não vai nessa!

PS: só vírgulas

• «O Partido Socialista não «fechará a porta a coligações governamentais se não obtiver maioria absoluta nas próximas eleições legislativas», disse ontem no Cartaxo o ministro de Estado, Almeida Santos.

«Em política não há pontos finais», acrescentou.»

(«Diário de Notícias», 15 Julho)

PSD: continuidade

• «Cavaco Silva disse em Lamego ser necessário combater a corrupção, «essa epidemia que parece ter-se instalado entre nós», e acusou o Governo de incompetência, de tributar demasiado o rendimento do trabalho e de manter uma burocracia asfixiante.

O líder do PSD, que fez uma deslocação ao Norte do País, esteve também em Viseu, onde afirmou, em reunião de militantes, que «o que está em jogo com as próximas eleições de 6 de Outubro é o futuro de Portugal nos próximos dez anos».

Defendeu que o PSD deve «voltar a presidir à governação deste país, com o objectivo de retomar e dar continuidade à obra iniciada em 1980, pelo Governo do malogrado dr. Francisco Sá Carneiro».

(«Diário de Notícias», 15 Julho)

CDS: Tachos «com dignidade»

• «O dirigente centrista Nogueira de Brito admitiu que, se Freitas do Amaral ganhar as presidenciais, Cavaco Silva poderá vir a ser primeiro-ministro, desde que a participação do CDS na designação de chefe do governo «seja feita com dignidade».

Numa entrevista ao programa de Simões Ilharco «Nem mais nem menos», da Antena 1, o presidente do Grupo Parlamentar do CDS afirmou que uma coligação entre centristas e sociais-democratas, «se puder ser feita neste momento, tem de sê-lo numa base programática», pois «não é possível fazer apenas um acordo sobre listas ou sobre quem será o primeiro-ministro». A fraqueza de um projecto deste tipo, observou, «foi visível na ruptura do projecto do bloco central». Contudo, acabou por referir que, «se a coligação pré-eleitoral com o PSD não puder ser feita na base de um projecto comum,

será preferível que se contem os votos e depois se estudem possibilidades de outras soluções». «Freitas do Amaral, presidente, Cavaco Silva, primeiro-ministro — não posso dizer que recuso essa solução. Ela é preferível, desde que a participação do CDS na designação do primeiro-ministro seja feita com dignidade».

Nogueira de Brito afastou, na mesma entrevista, qualquer hipótese de o CDS vir a fazer uma coligação com o PRD, dado a «origem dos seus responsáveis e a sua prática», embora do novo partido «se saiba ainda muito pouco».

(«Diário de Notícias», 15. Julho)

Almeida Santos: líder novo com política velha

Almeida Santos vai ser o candidato do PS ao cargo de primeiro-ministro nas eleições de Outubro próximo. O actual ministro de Estado viu ontem à noite aprovada na Comissão Política do PS a sua nomeação, que foi directamente proposta por Mário Soares. O Candidato alternativo apresentado aos dirigentes socialistas por um significativo grupo de «históricos» foi o ministro dos Estrangeiros, Jaime Gama. Obteve 14 votos, contra 30 de Almeida Santos e cinco brancos. Esta decisão vai ser ratificada na Comissão Nacional do PS, que está reunida desde as 10 da manhã de hoje.

Almeida Santos tornou-se assim o herdeiro aparente de Mário Soares à frente do Governo, faltando-lhe apenas o mais importante — levar o PS à vitória eleitoral no dia 6 de Outubro. E o seu futuro político está definitivamente ligado aos resultados eleitorais do PS. Se os socialistas não perderem as eleições ou, pelo menos, não baixarem significativamente a sua percentagem de votos, Almeida Santos terá condições para em 1986 se candidatar à liderança do PS e à sucessão de Mário Soares também no cargo de secretário-geral.

A derrota eleitoral do PS porá definitivamente fim à carreira do político português que desde o 25 de Abril esteve em mais governos, durante mais tempo. E abrirá, naturalmente, uma dura luta pela direcção do Partido Socialista. (...)

Soares aparece como dirigindo efectivamente o processo da sua sucessão no partido.

Aparentemente esta não era a intenção do secretário-geral do PS no início da reunião da Comissão Política. Sabedor já de que poderia existir uma candidatura alternativa de Jaime Gama (foi disso informado ao fim da tarde de ontem, pouco depois de se ter decidido a formalização dessa candidatura), Soares fez o discurso que abriu a reunião da Comissão Política sem dar quaisquer indicações concretas. Durante mais de uma hora falou da estratégia eleitoral do PS, concluindo pela necessidade de se apresentar um candidato a Primeiro-Ministro, tanto em face das necessidades criadas pela campanha das legislativas, como também das próprias presidenciais. Mas no final, não indicou nenhum candidato ao lugar.

Aberta a discussão, Soares ainda perguntou a Almeida Santos se queria ser candidato a Primeiro-Ministro, ao que o ministro de Estado respondeu que nunca seria candidato autoproposto (...)

Mário Soares resolveu anunciar que apoiava activamente Almeida Santos e propunha o seu nome, decisão criticada por parte significativa dos elementos da maioria, que consideravam que Mário Soares não se devia envolver na sucessão. E que, pensam também, isso, juntamente com grande parte do grupo do ex-Secretariado, que a imagem de Almeida Santos é má em termos eleitorais, traduz o «status quo» e não representa o esforço de renovação e de modernidade que o partido deveria apresentar nas próximas eleições.

Foi esse grupo que avançou então com o nome de Jaime Gama. Manuel Alegre, que fez o discurso de apresentação, Sottomayor Cardia, Eduardo Pereira, Torres Couto, António Reis e Almerindo Marques foram os subscritores da proposta, que mais que uma alternativa eleitoral constituiu um desafio a Mário Soares, responsabilizado sozinho pela solução Almeida Santos.

O ministro de Estado não conseguiu assim recolher o apoio de figuras destacadas da maioria, entre elas dos dois mais importantes ministros socialistas, a seguir a ele próprio e a Soares — o dos Negócios Estrangeiros e o da Administração Interna, nem sequer do secretário-geral da UGT.

Curiosamente teve um inesperado apoio, do qual aliás já se falava nos bastidores — o de Manuel Tito de Morais, um «histórico» que foi presidente da Assembleia da República, mas que ontem apoiou explicitamente o agora candidato a Primeiro-Ministro. Pensa-se que também Carlos Candal votou com Almeida Santos e Marcelo Curto — líder da Esquerda Laboral — apoiou, mas explicitamente o ministro de Estado.

PCP: é preciso um governo nacional

• «O PCP renovou, ontem, a sua proposta de formação de um governo democrático de salvação nacional após as eleições legislativas de 6 de Outubro.

No intervalo de uma reunião do Comité Central para analisar a situação política, Álvaro Cunhal precisou, em conferência de Imprensa, que o seu partido se dispôs a constituir Executivo com «todos os portugueses e portuguesas, independentemente da área política em que se tenham situado».

Instado pelo DN a clarificar a sua afirmação, o líder comunista começou por falar apenas em pessoas. Depois admitiu várias combinações, entre as quais a de um governo com representantes de «todas as forças da vida política nacional».

Em qualquer dos casos só aceitará integrar um executivo desde que seja previamente negociado um programa mínimo, o qual deverá revestir as seguintes características: corporizar uma política de aproveitamento, mobilização e dinamização dos recursos, energias e potencialidades nacionais para vencer a crise, desenvolver a economia e melhorar as condições de vida do povo. Ou seja (como disse Álvaro Cunhal), ir no sentido inverso da política seguida pelo Governo PS/PSD e que, em seu entender, motivou a sua queda: uma política de restauração dos monopólios do tempo do fascismo, a qual conduziu ao desastre económico-financeiro e à corrupção e degradação moral, social e política.

O Comité Central do PCP concluiu, também, que, face da experiência do «bloco central» e das que o antecederam (Governos PS/CDS e PSD/CDS), «é necessário pôr definitivamente de lado o sistema de coligações de direita, com ou sem o PS». Além de ter sido confirmado (segundo disse Álvaro Cunhal) que no «Portugal democrático criado com a Revolução de Abril não é possível resolver os problemas nacionais contra os trabalhadores e contra o PCP». Daí decorre, prosseguiu o líder comunista, a «necessidade da participação dos trabalhadores e do PCP na política alternativa de formação de um governo capaz de vencer a crise e resolver os graves problemas criados pela política de direita dos últimos nove anos». Daí que os comunistas coloquem como objectivo essencial para as eleições o reforço substancial da sua representação (quer ao nível do próprio partido quer da APU).

(«Diário de Notícias», 15 Julho)

A promessa

Já as hostes tinham estranhado o corropio do Chefe por terras do interior, hoje aqui amanhã acolá, mais a norte ou mais ao sul, qual papa-léguas incansável. Houve mesmo quem aventasse que se tratava de uma nova forma de desporto, um bocado dispendiosa e incómoda é verdade, mas que significa isso para o Chefe, o que ele não quer é estar fechado nos gabinetes no seu afã de ver tudo, ouvir tudo, ir à todas. Não que isso pudesse substituir os abdominais, as flexões, as saunas e as massagens, com a agravante de que as bases confundem o seu ar seco e escorrido com falta de produtos genuínos e onde quer que o apanham é só tome lá uma febra, vá mais uma perninha de frango ou uma fatia de leitão, uma pinga de tinto ou um copo de verde... Não há regime que resista a uma coisa destas! lam as especulações neste ponto quando o Chefe decidiu intervir e pôr os pontos nos is. A romaria pelo interior, confessou em Lamego, é para cumprir uma promessa feita no congresso da Figueira da Foz.

Pontos Cardeais

Conclui-se assim que o Chefe faz promessas. Como novidade não é excitante.

A ver se cai

Eles ofendem-se, insultam-se, ameaçam-se mas no fundo, lá bem no fundo, não esperam outra coisa do que voltar a encontrar-se todos juntos na barca do poder, à mesa do orçamento, grande de mais para lá se estar sozinho. Que o diga o Eurico de Melo. Interrogado sobre a eventualidade duma coligação com o CDS afirmou que **o PSD está debruçado** sobre tal possibilidade, após as eleições, para o restabelecimento da «AD». Paternalmente, ouve-se a voz de

Freitas: «Debruça-te Aníbal, debruça-te!...».

Os favores de Mário Soares

A vida de industrial não é mole, não. Veja-se só o Salvador Caetano, coitado, que depois de ter largado cinco conços para jantar com o Freitas ainda teve que ouvir bocas de vira-casaca por ter estado antes no jantar do Soares, tudo à conta das próximas presidenciais. Então um industrial já não é livre de jantar com quem lhe apetece? Além do que, como explicou, azedo, Salvador Caetano, Mário Soares ainda é Primeiro-Ministro e Freitas do Amaral ainda não chegou à

presidência, e ao primeiro deve ele, Salvador Caetano, muitos favores. Compreende-se. Um industrial precisa de favores e Soares dos industriais. Onde é que está a dúvida?

O futuro, meus filhos, o futuro

Almeida Santos, herdeiro indigitado do Soares, está lançado em plena campanha eleitoral, o mais prafrentex possível. Outro dia no Cartaxo anunciou que o PS «vai jogar para o futuro e não para a discussão do passado». Pois claro, quanto mais depressa a gente se esquecer das desgraças do passado mais depressa se cai no engodo do futuro, agora é que vai ser tão bom, não é verdade? Coisas de Almeida Santos, sempre tão hábil a sair de apertos que tem o recorde de permanência no governo. Esta herança é que não se vê como vai ele recebê-la.

Ficções

Ainda o inefável Almeida Santos. Comentando a sua escolha para futuro primeiro-ministro do PS, feita por Mário Soares, o jornal britânico «The Guardian» cita-lhe uma frase proferida algures na sua vasta obra oratória, cuja diz que «a política portuguesa é uma obra excitante de ficção». Bem visto. Até já inventaram um primeiro-ministro.

Dá-se milhão

Toda a gente se lembra do recente discurso do presidente Reagan a declarar «terroristas» cinco Estados soberanos — Nicarágua, Cuba, Líbia, Irão e Coreia do Norte — e a afirmar o direito internacional dos EUA em «se defenderem». Pois o semanário «Newsweek» vem agora informar que **se oferece** um milhão de dólares, nos EUA, aos mercenários que conseguirem capturar na Nicarágua e levar para o país de Reagan um ultra-sofisticado helicóptero de fabrico soviético denominado «Hind-D», a que, segundo os maníacos da guerra lá dos *states*, só falta saber falar (ele é ultra-rápido, fortemente armado, capaz de transportar uma carrada de foguetes e quatro misseis dirigidos por raios laser, etc., etc.). Portanto Reagan pode chamar terroristas a quem lhe apeteça e, ao mesmo tempo, chefiar um país que publicamente estimula o banditismo e o saque internacional. Comentários para quê? Hitler já fez o mesmo e a civilização soube responder-lhe.

As vinhas

Uma carrada de deputados do PS anda, ferocíssima, lançada às canelas do defundo Ministério da Agricultura. Primeiro questionou sobre a transparência dos créditos concedidos pelo IFADAP aos agricultores e agora, em requerimento ao dito ministério e à Casa do Douro, quer saber como tem sido isso dos benefícios a vinhas. Parece que os distintos deputados do Partido Socialista começaram a dar pela onda de corrupção que submergiu o seu próprio Governo. Tão distraídos que andavam.

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

I

Solícitos pançudos empresários tiveram o Soares no seu ninho comeram bem, chegaram-lhe no vinho todos amigos bons, compadres vários...

Todos amigos bons, compadres vários comeram bem, chegaram-lhe no vinho quando tiveram o Freitas no seu ninho solícitos, pançudos empresários...

O Caetano, o Violas, o Faria, discutem quem o jogo lhes faria com mais proveito e com maior destreza.

Aos donos do dinheiro e de seus pares podem servir o Freitas ou o Soares — ao povo eles não servem, com certeza...

II

Quem dizem eles? Que, sendo chamados ao governo, depois das eleições, farão espantosas tais acções que a todos vão deixar maravilhados.

Os preços vão ser todos rebaixados a carne custará poucos tostões combatem fraudes, roubos, repressões, corruptos não serão mais ajudados...

Mas, meus senhores, quem diz isto, quem? Pois quem nos fala assim, reparem bem, são os mesmos que nos ralam os miolos

e há vários anos no governo mandam desorganizam, sujam e tresandam — e ainda julgam, depois, que somos tolos...

III

O Reagan o que quer? Quer toda a Terra. Ele o que mais retrata? A estupidez. De que está cheio Reagan? De acidez. Aos povos o que faz? As unhas ferra.

Seu discurso o que tem? O ódio encerra. Qual é a sua marca? A sordidez. Que futuro é o seu? O da avidez. Seu projecto qual é? Somente a guerra.

Quando fala o que diz? Dos povos zomba. Qual é seu entretém? A caça à pomba. Comida que prefere? O Mundo frito.

Que símbolo tem ele? O jacaré. Seu amigo quem é? O Soares é. Quando se chega aqui, está tudo dito...



Agenda

Avante!

Ano 53 — Série VII

N.º 603

18 de Julho de 1985

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Jornadas de trabalho no Alto da Ajuda: todos os dias!



A contagem decrescente já começou... e no Alto da Ajuda o trabalho de implantação para erguer a Festa do Avante!/85 necessita da colaboração solidária de todos nós. Há trabalho para todas as especialidades e muitas tarefas para a mão-de-obra indiferenciada. Aos jovens que estão agora de férias escolares, a todos os camaradas e amigos que ao fim da tarde dos dias úteis e especialmente ao fim-de-semana, aqui fica o nosso apelo. Individualmente ou em grupo, quando chegarem ao Alto da Ajuda contactem os serviços de recepção, que distribui tarefas. Atenção também ao serviço de refeições: os interessados devem inscrever-se logo à chegada ao recinto. Trabalhar na Festa é viver e sentir mais intensamente o grande convívio do Portugal de Abril. Experimenta!

SESSÃO DE SOLIDARIEDADE COM A NICARÁGUA

1979-1985

6.º aniversário
da Revolução
Sandinista

Cinema-Alvalade
sexta-feira às 21 horas

Quinta 18 no Centro de Actividade de Tempos Livres.

• **BARREIRO**
Plenário da Organização Concelhia, sob o lema «Preparar a Vitória». Às 21.30, no salão de «Os Penicheiros».

Sexta 19

• **LISBOA**
Sessão de solidariedade com a Nicarágua, pelo 6.º Aniversário da Revolução Sandinista. Promovida pela Comissão Portuguesa de Solidariedade com a Nicarágua e pela Paz na América Central. Participação do Embaixador da Nicarágua. No ex-cinema Alvalade, às 21 horas. No decurso da sessão, canções por Samuel.

Sábado 20

• **LISBOA**
Sessão da APU com o vereador Silva Graça. Em Telheiras,

Domingo 21

• **MARINHA GRANDE**
Sessão de esclarecimento com o camarada Joaquim Gomes, da Comissão Política e do Secretariado do CC. Às 17 horas, em Pedras Negras.

• **VILA FRANCA DE XIRA**

Almoço-convívio no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Dias Lourenço, da Comissão Política, que fará uma intervenção sobre a situação política.

Segunda 22

• **LISBOA**
Sessão de esclarecimento sobre a situação económica e o acordo de adesão à CEE. Promovida pela 6.ª Zona do Comité Local de Lisboa do PCP, às 21 horas, no auditório do Hotel Roma.



Oliver Harrington (1912 -) in «Soul Shots - Political Cartoons by Ollie Harrington» — Long View Publishing Co. Inc. — Nova York, 1972. Publicado pela primeira vez no jornal «Daily World» em Junho de 1971 com a legenda «We're doing all right» («Estamos no caminho certo»)

TV O Programa

Quinta 18

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Vila Faia», 52.º Ep.
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos — As Aventuras de Marco Polo
- 18.35 — Notícias
- 18.45 — Programa da Direcção de Informação
- 19.15 — Pequenas e Médias Empresas
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor», 9.º Ep.
- 21.15 — Triangular, um programa da Direcção de Informação



- 22.15 — Série — «Os Últimos Dias de Pompeia», 3.º Ep.
- 23.15 — Volta à França em Bicicleta
- 23.30 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Conheça Melhor — «O Novo Teatro de Friederichstadtplast», a tradição da qualidade do velho Teatro de Variedades de Berlim, agora tecnicamente renovado
- 20.30 — Série — «A Vida de Berlioz», 5.º Ep.
- 21.30 — Da... Música — As Grandes «Toscas»: Kiri Te Kanawa, Caballé, Nilsson, Callas, Tebaldi...
- 23.00 — Jornal da Noite.

Sexta 19

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Vila Faia»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos — Animação: «O Circo de Mickey»
- 18.30 — Notícias
- 18.45 — Retratos em Si, 2.º Programa — a pianista Tania Achat'1.ª parte
- 19.30 — O Museu do Ermitage, 6.º Programa
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — Tatro Militar (transmissão directa de Faro)
- 22.30 — Série — «Sombras na Escuridão»
- 23.30 — Volta à França em Bicicleta
- 23.45 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados — «Os Filhos da Pantera Cor de Rosa»
- 20.00 — Série — «Recordações», 6.º Ep.
- 21.00 — Directo/2
- 22.30 — Jornal da Noite.

Sábado 20

RTP1

- 11.00 — Tempo dos Mais Novos, incluindo «Jornalinho»
- 14.00 — Série — «O Pai Murphy»
- 15.00 — Revista de Touros
- 15.30 — História dos Metais e do Homem — 1.º Ep. «Da Pedra ao Bronze»



- 16.00 — Novos Valores do Festival de S. Remo
- 17.30 — Série — «Separados pela Espada», 3.º Ep.
- 18.15 — Programa da Direcção de Informação
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Série — «Cheers»
- 21.00 — Série — «O Bem Amado», 2.º Ep. («O Julgamento de Dirceu»)
- 22.00 — Aplauso — Um programa com os pianistas Michel Legrand, Oscar Peterson e Claude Bolling
- 00.00 — Último Jornal
- 00.10 — Última Sessão — «A Quadrilha de Spikes», real. Richard Fleischer (EUA).

RTP2

- 18.30 — Troféu
- 20.00 — RTP/Brasil
- 20.30 — Série — «Os Biscateiros»
- 21.30 — No Limiar dos Tempos Modernos.

Domingo 21

RTP1

- 10.30 — 70 Vezes 7
- 11.00 — Missa
- 12.00 — Tempo dos Mais Novos — «O Chapéu Mágico», teatro infantil
- 13.00 — TV Rural
- 13.25 — Tempo dos Mais Novos — «Muminhos», «Contos Folclóricos Húngaros», «Praia Sim, Praia Não»
- 14.20 — Automobilismo — transmissão directa do Grande Prémio da Grã-Bretanha/Fórmula 1
- 16.00 — No Mundo dos Fraggles



- 16.30 — Sessão da Tarde — «Escola de Sereias», com Esther Williams e Red Skelton, real. George Sidney (EUA)
- 19.00 — Top Disco
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Falando de Schubert, 11.º Programa
- 21.00 — Série — «Ventos de Guerra», 15.º Ep. Real. Dan Curtis
- 22.00 — Domingo Desportivo
- 23.00 — Último Jornal.

RTP2

- 16.30 — Open RTC/RTP
- 19.00 — Nós... Por Cá
- 19.35 — Novos Horizontes



- 20.00 — Fronteiras da Música — A projecção cultural de três compositores europeus do séc. XX: Stravinski, Varese e Xenakis. Prod. Ana Maria Roseira
- 20.30 — Canal Livre — «Energias Alternativas» (Sim ou não à energia nuclear?)
- 21.30 — Cine-Clube — «Sonata de Outono», real. Ingmar Bergman.

Segunda 22

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Vila Faia»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Programa da Direcção de Informação
- 19.20 — Coimbra Sem Tempo, 2.º Programa
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — Arroz Doce, programa de Júlio Isidro
- 23.00 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Feiras de Portugal — A Feira Industrial de Lisboa
- 20.30 — RTP/Madeira
- 21.00 — Teatro para Sempre — «Licking Hitler», escrito e realizado por David Hare, foi premiado pela Academia Britânica de Filme e Televisão como a melhor peça para televisão produzida em 1978
- 22.30 — Jornal da Noite

Terça 23

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Vila Faia»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Século XX — «O Mundo em Guerra», 12.º Ep.
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — Série — «O Corpo Humano», 12.º Ep.
- 21.45 — Reportagem do Exterior
- 00.00 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Videopolls, 3.º Ep.
- 20.30 — O Mundo em Guerra — «Portugal 1939/45»
- 21.00 — Sessão das Nove — «Diário Íntimo», real. Marta Meszaros
- 23.00 — Jornal da Noite

Quarta 24

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Vila Faia»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Trânsito
- 19.20 — Expresso da Europa
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.45 — Telenovela «Louco Amor»
- 21.25 — Noite de Cinema — «Traço Vermelho 7000», real. Howard Hawks
- 23.20 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 19.50 — Memória de Um Povo, 10.º Progr. — «O Trabalho e a Festa»
- 20.30 — Série — «O Mundo em Extinção», 15.º Ep.
- 21.30 — FilMOTECA TV
- 22.30 — Jornal da Noite

Livros

o diário Acusa — Mais de Mil Horas nos Tribunais, Miguel Urbano Rodrigues, colecção «Nosso Mundo», Editorial «Caminho», Lisboa, 1984, preço

A primeira vez que o redactor desta nota ouviu falar de o diário Acusa o livro ainda não lhe chegara às mãos. Pessoa conhecida, que deve ter-se limitado a folhear displicentemente o volume, disse que, como «prosa documental», a coisa se lia bem e era caso arrumado para quem não o quisesse estudar.

O redactor desta nota não se lembrou na altura de perguntar a essa pessoa se verdadeiramente lera o livro, ou partes dele, e a coisa ficou pela displicência do costume.

Mau princípio, é verdade. Mas como se verá o caso não ficaria por aí. O livro foi entretanto lido com vagar. Era o mínimo de justiça que havia a fazer-lhe, e a conclusão foi fácil de extrair: a pessoa não lera o livro e essa da «prosa documental» deve ter-lhe escapado depois de uma vista de olhos pelos «anexos» ou apêndices que também não leu.

Nem os «anexos» que ocupam apenas umas 30 páginas num total de 249 se podem rotular de «prosa documental», nem muito menos o volume se pode arrumar com essa etiqueta que remete o diário Acusa para o serviço dos estudiosos, por exemplo, das relações da imprensa com o Poder.

Já não seria aliás pequeno o mérito do livro, se a sua esfera ficasse por aí. Mas o facto é que, independentemente dos objectivos declarados pelo próprio plano da edição, o livro suscita desde as primeiras páginas o mesmo alvoroço que a boa narrativa realista provoca no leitor médio, interessado nos casos verídicos do quotidiano e não apenas nos que vêm nos jornais, se ouvem na Rádio, ou passam na TV.

Porque o diário Acusa não sendo «prosa documental» também não é uma compilação mais ou menos elaborada de textos jornalísticos, cuja frescura e sabor não ultrapassariam, como infelizmente sucede tantas vezes, as páginas do próprio jornal.

É diferente o que se passa aqui. Qualquer leitor honesto verificará facilmente que tem nas mãos um verdadeiro livro, com matéria nova, e não revelada apenas no plano formal.

Miguel Urbano Rodrigues, com a consciência explícita de ter feito um livro actual sobre a

actualidade, apostou, como ele próprio escreve, na opção de «transmitir o lado invisível da monstruosa perseguição» bem revelada pelas mais de mil horas que o diário passou nos tribunais. A aposta foi ganha com toda a seriedade.

Por isso o excelente título de o diário Acusa está presente em todas as palavras das 250 páginas do livro. A força colectiva da acusação não perde um grama de vigor pelo facto de a narrativa dos acontecimentos, que cobrem um período superior a nove anos, passar pelo crivo vivíssimo da memória do autor.

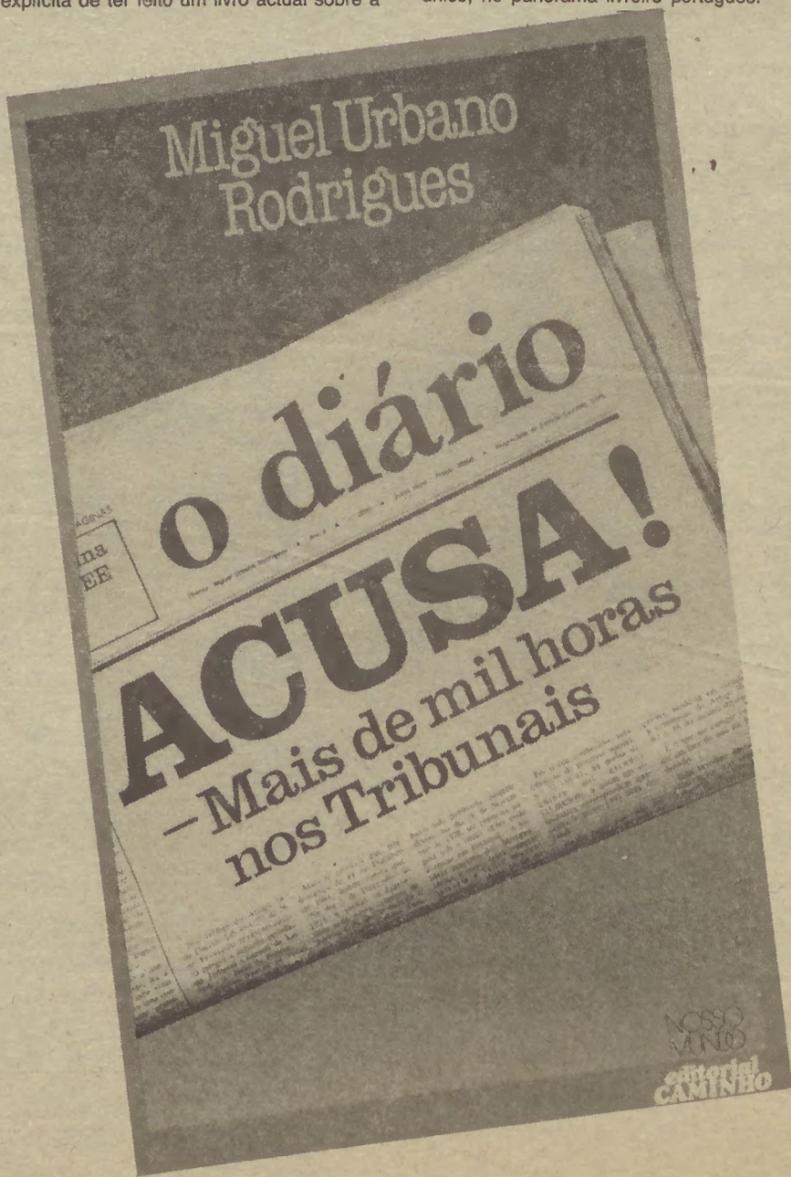
Porque o diário realmente acusa. A memória e a escrita do autor nunca estão sozinhos. Pelo livro ecoam vozes diversas, vêem-se com nitidez amigos e inimigos. Sem sectarismo nem violência verbal, certos perfis conhecidos são desenhados com vigor incomum. Frequentemente o humor domina.

À linguagem, ao estilo nunca é alheia a melhor tradição da crónica. Mesmo a leveza e o breve sorriso amargo ou cúmplice dos que escrevem (ou melhor escreviam: que a secção caiu em desuso nos jornais) as crónicas conhecidas por «tribunal de polícia» afloram várias vezes nas páginas de o diário Acusa.

Mas afloram sempre ao lado da linha dominante na narrativa. E esta entronca em episódios muito sérios da luta de classes vivida no nosso país, com a agudeza e percuciência com que nela tem participado o diário e continua a participar.

Assim, quando acusa, o jornal sabe do que fala. Sabe cruamente o preço da perseguição que enfrentou e não deixará de enfrentar, porque faz parte integrante da trincheira da luta em que se situa a sua acção diária e a exigência participativa dos seus leitores.

Uma última palavra merecida para a apresentação do livro. Com uma capa expressiva e funcional, o diário Acusa tem um formato cómodo. A impressão e os extratextos fazem jus à qualidade mantida na casa e à inegável importância de um livro raro, pode-se dizer único, no panorama livreiro português.



Cinema A selecção

Exposições

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Os Amantes de Maria	★★★★★	★★★★	★★★	★★★★	★★★
B Brazil... O Outro Lado do Sonho	★★	★★★	★★★★	★★	★★
C Carmen	★★★★★	—	—	—	★★★
D História de Uma Traição	★★★	—	★★★	—	★★
E Jerry, Tu És Louco	★★	—	★★★	★★★	★★
F Laranja Mecânica	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★	—
G A Mulher Falcão	★	—	★	—	★
H Starman - O Homem das Estrelas	★★★★★	—	★★★	★★★	—

- A — Real. Andrei Konchalovsky — Alfa-Clube (14, 16.30, 19, 21.30, 24.00), Cinebloco (14.30, 16.45, 19, 21.30) Lisboa.
 B — Real. Terry Gilliam — S. Jorge/2 (15.00, 18.00, 21.15) — Lisboa.
 C — Real. Francesco Rosi — Las Vegas/2 (15.15, 18.30, 21.30), Londres (15.00, 18.15, 21.30, 00.15) — Lisboa.
 D — Real. Marek Kaniiewski — Apolo 70 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24) — Fonte Noya/1 (14.45, 17, 19.15, 21.45) — Lisboa.
 E — Real. Jerry Lewis — Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — Lisboa.
 F — Real. Stanley Kubrick — Quarteto/2 (14, 16.45, 19.30, 22.15) Lisboa.
 G — Real. Richard Donner — Hollywood/1 (14.30, 16.45, 19, 21.30, 23.45) — Las Vegas/1 (14, 16.30, 19, 21.45) — Lisboa.
 H — Real. John Carpenter — Nimas (14, 16.30, 19, 21.30), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.30), Sétima Arte (14.45, 17, 19.10, 21.45) — Lisboa.

Classificação de ★ a ★★★★★

Arqueologia Industrial. «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.^{as}, 4.^{as}, 5.^{as} e dom./10 às 17; 6.^{as} e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém.

Azelejos do Século XIV aos Nossos Dias. De 3.^a a dom/10 às 13 e 14.30 às 17. Museu Nacional do Azelejo — Convento da Madre de Deus.

Colectiva de pintura (Ángelo de Sousa, Álvaro Lapa, Jorge Martins, etc). De 2.^a a 6.^a/15 às 17.30. Gal. EM/Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais, 111. Até 31/7.

Colectiva de pintura e escultura de jovens artistas portugueses e espanhóis. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B, de 2.^a a sáb/15 às 20.00. Até 3/8.

Escultura Africana — Exposição paralela às Jornadas de Letras e Artes dos países africanos de expressão portuguesa em curso na Gulbenkian.

No Centro de Arte Moderna.

Fotografia. 1.º Concurso de Alcântara. Os trabalhos premiados, em exposição na sede da Junta de Freguesia, Rua dos Lusíadas, 13, de 2.^a a 6.^a das 14.30 às 19.00. Até 19/7.

Gente do Palco. Museu do Teatro. De 3.^a a dom., das 10 às 13 e das 14.30 às 17 horas.

Gravura Portuguesa. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.^a a 6.^a/10 às 13 e das 15 às 19; sáb/10 às 13. Até 20/7.

Irene Dedicova — Retrospectiva de pintura. No átrio da Fundação Gulbenkian.

Justino Alves, pintura. Galeria de S. Mamede, R. da Escola Politécnica.

Lurdes Robalo, pintura. De 3.^a a 6.^a/15 às 20.00; sáb. e dom./16 às 19.00. Gal. Diferença, R. S. Filipe Nery, 42, 1.º.

Maria Pureza Oliveira, pintura. Museu

da Fund. Ricardo Espírito Santo. Lg. das Portas do Sol, 2.

Nova Ourivesaria portuguesa, num espaço em que também estão expostas peças da colecção do Museu. Trabalhos de professores e alunos do Ar.Co, com a utilização de novos materiais. Museu Nacional de Arte Antiga. Até 29/9.

Pedro Casqueiro, pintura. Galeria Módulo, Av. Ant. Augusto de Aguiar, 56, 5.º Dt. De 2.^a a sáb., das 16 às 20. Até 19/7.

80 Anos do SPA. Exposição documental. Na sede, Av. Duque de Loulé. Das 15 às 19, excepto sáb., dom. e feriados.

Vespela, pintura. De 2.^a a 6.^a/das 10 às 19.30. Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. Até 20/7.

Vestir 1955-85. A moda nos últimos 30 anos. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, Lumiar.

Vieira da Silva, pintura e obra gráfica — alguns dos trabalhos dos últimos 25 anos. Galeria 111, Campo Grande, n.º 113.

2.º Bienal Nacional de Desenho organizada pela Cooperativa Árvore. Até 28/7 na Portex — Palácio de Cristal. PORTO.

Teresa Torres, pintura e obra gráfica — Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2.^a a sáb./16 às 20. Até 31/7. PORTO.

João Vieira, pintura. Centro Cultural de S. Lourenço, AL-MANSIL.

Arquitectura e Escultura Gótica. Até 3/11. Mosteiro de St.ª Maria da Vitória. BATALHA.

Armando Correia, cerâmica. Até 21/7. na Casa da Cultura. CALDAS DA RAINHA.

José de Azevedo, aguarelas: «Olhar ao Mar» de 4.^a a dom./15 às 18.00, de 13/7 a 24/8. Por ocasião do 5.º Festival de Música dos Capuchos, no Convento dos Capuchos. CAPARICA.

Carlos Morais, pintura e cerâmica. Das 9 às 21.00. Gal. Cetária, Trav. Frei Gaspar, SETÚBAL.

Manuel Vilarinho, pintura. Casa de Bocage/Galeria Municipal de Artes Visuais. Até 31/7, SETÚBAL.

Colectiva de Artes Plásticas, de Viana do Castelo. Galeria Barca d'Artes. Até 28/7. VIANA DO CASTELO.

Teatro O Cartaz

...e ainda Música, debates, etc.

• LISBOA

ABC, Parque Mayer. As 21.45; Sáb e Dom. também às 16.00. **Fininho nas Jeltosinho**, de J. Bettencourt, versão de César Oliveira e R. Solhado, enc. Carlos César.

Comuna, Pr. de Espanha. De 3.^a a sáb. / 21.30; Dom./17.00. **Amadís**, de Abel Neves, enc. João Mota. Até 14/7.

Maria Vitória, Pq. Mayer. Não Batam Mais no Zezinho, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.^a a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.00.

Nac. D. Maria II, Rossio. De 3.^a a Dom/18.30: **Ela Não Sabia Sonhar**, de Denise Chalem, enc. Manuel João Ramos — De 3.^a a Sáb/21.30; Sáb e Dom/16.00: **O Morgado de Fafe** em Lisboa, de Camilo Castelo Branco, enc. Ruy de Matos.

Teatro Aberto, Praça de Espanha. De 5.^a a Sáb./21.30; Dom/16.00. **O Esflinge Gorda**, compilação de textos, dramaturgia e encenação de Mário Viegas.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.^a a Sáb/21 h; Dom/16 h. **Ricardo III**, de W. Shakespeare, enc. Luís Miguel Cintra — A Cornucópia.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.^a a Sáb./21.30; Dom./17 Al Que Salto Me Dá o Coração — 3 comédias de Tchekov, dir. e enc., Blanco Gil.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De 3.^a a Sáb./21.30; Dom./16.45. **Artimanhas de Scapin**, de Molière, enc. Rogério Carvalho.

Teatro Vasco Santana, Entrecampos (Feira Popular). 3.^a a Sáb. / 21.30; Dom. / 16.00.

Teatro, Casa de Teatro do Tear, R. do

Sala d'O Realejo, R. dos Mercadores, 136, 5.^a a Dom. / 21.30; Dom. / 17.30: **Com Papas e Bolos se Enganam os Tolo**s, enc. Vítor Valente.

Teatro, Casa de Teatro do Tear, R. do

• BRAGA

Casa Municipal da Cultura De 3.^a Sáb/21.30. **A Menina Júlia**, de August Strindberg, enc. Luís Varela — CENA/Comp. de Teatro de Braga.

• CALDAS DA RAINHA

Teatro da Rainha, sala de teatro da Casa da Cultura. De 3.^a a Dom/21.30. **Tantas Manelras de Enganos**, montagem de textos de Gil Vicente, enc. Fernando Mora Ramos.

• CASCAIS

Teatro Experimental de Cascais. 6.^a e Sáb. / 21.30; Dom/17.00. **Arrala-Miúda**, de Jaime Gahleitner, enc. Carlos Avilez.

• FARO

Teatro de Bolso, R. do Rasquinho, 16. De 3.^a a Sáb/21.45. **Amor de D. Perlimplim com Bellsa em seu Jardim**, de Garcia Lorca, enc. Luís Aguilari — Teatro Laboratório de Faro.

• LEIRIA

Castelo (antiga Igreja da Pena). 3.^a a Dom./21.30. **O Motim**, de Miguel Franco, enc. Carlos Fragateiro — TELA/Teatro Experimental de Leiria.

• SETÚBAL

Teatro de Bolso do TAS, Rua Dr. Aníbal Álvares da Silva, 9. **Luisa Todt**, texto de

Fernando Gomes e Rui Mesquita, enc. Fernando Gomes.

12.º Festival

Espectáculo de despedida da delegação portuguesa ao Festival de Moscovo. Actuações dos músicos e cantores que integram a delegação, e um grande baile que será também animado pelos «Cordas e Batacu». As 21.30 de sábado na Voz do Operário.

Pioneiros

A **Exposição Nacional** itinerante continua por mais uma semana no Algarve. Até amanhã em Monte Gordo, de sábado a terça em V.R. Santo António, quarta-feira em Vila Nova de Milfontes.

• LISBOA

Comuna, Praça de Espanha. Sáb. e Dom./15.00. **História de uma Cozinha**, texto e enc. de Horácio Manuel.

Saão das Furnas, R. Raul Carapinha. 3.^{as}, 5.^{as}, 6.^{as}/9.30, 11, 13.30. **Bola de Sabão**, enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.

• BRAGA

Casa Municipal da Cultura. Sáb. e Dom./11.00: **A Incrível História de Tomás Paramil e do Selvagem Rha**, enc. Rui Madeira — CENA — Comp. de Teatro de Braga.

• PORTO

Sala-Estúdio do Pé de Vento, R. das Virtudes. Sáb. e Dom./16.00. **A Guerra do Tabuleiro de Xadrez**, de M. Ant. Pina, enc. João Luís.



Para crianças

Dom./16.00. Jardim de Outono, de Lillian Hellman, enc. Luzia Maria Martins — Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.^a a Dom. / 21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Uma Família do Porto**, adapt. de «Uma Família Inglesa», de Júlio Dinis por Norberto Barroca, enc. Norb. Barroca — Seiva Trupe.

Teatro Universitário do Porto, 6.^{as} e Sáb. / 21.30; Dom. / 18.00. **Bodas de Ouro**, segundo textos de B. Brecht, etc., enc. José Caldas.

• PORTO

Cooperativa do Povo Português, 4.^a a Sáb./15.00. **O Fidalgo Aprendiz**, de Francisco Manuel de Melo, enc. Norberto Barroca — 5.^a a Sáb./22.00.

Sá da Bandeira, de 3.^a a Dom./21.30. **O Super Silva**, enc. João Mota.

Sala-Estúdio do TEP, R. do Pinheiro, 9, 3.^a e 4.^a/18.45; 5.^a e

Heroísmo, 86. De 3.^a a Dom. / 21.30. **À espera de Godot**, de Samuel Beckett, enc. Castro Guedes.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.^a a Dom. / 21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Uma Família do Porto**, adapt. de «Uma Família Inglesa», de Júlio Dinis por Norberto Barroca, enc. Norb. Barroca — Seiva Trupe.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.^a a Dom. / 21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Uma Família do Porto**, adapt. de «Uma Família Inglesa», de Júlio Dinis por Norberto Barroca, enc. Norb. Barroca — Seiva Trupe.

Na Cinemateca prossegue (até 31/7) o ciclo **Nicholas Ray** — projecção integral da sua obra, com a dificuldade de alguns filmes não serem legendados em português... e a apreciável vantagem de os bilhetes serem a 100\$00. Hoje, às 21.30, com repetição amanhã às 18.30, o ultra-referenciado **Johnny Guitlar** (1954). Também amanhã, mas à noite, com repetição no sábado às 15.30, **O Fugitivo** (1955). Ainda no sábado, às 21.30, **Fúria de Viver** (1955), que imporia James Dean à História do Cinema — Dean, «The First American Teenager» segundo um filme de Ray Connolly, e que é também a grande referência de «The James Dean Story», de Altman, duas obras sobre o actor a que Ray não é estranho, a exhibir nesse

mesmo dia, sábado, mas às 18.30.

No **Forum Picoas** uma antologia do filme policial: Carpen-ter, Chabrol, Peter Yates, Rosi, Mario Bava, D. Damiani, Polanski, Neville.

Teatro

O **10.º Festival de Teatro de Setúbal** organizado pelo T.A.S. Termina amanhã. Oportunidade, ainda, para ver «Com Papas e Bolos se Enganam os Tolo», uma criação colectiva do grupo Realejo — hoje, às 21.30 no Teatro de Bolso — e «Luísa Todt», no Teatro Luisa Todt, pelo grupo organizador, amanhã, também às 21.30.

Bailado

Estrelas do Bailado Soviético em Lisboa, hoje, amanhã e sábado no Teatro de S. Luz por iniciativa do Teatro Nacional de S. Carlos em colaboração com a Associação Portugal-URSS. As 21.30.

Ballet Gulbenkian amanhã e sábado, às 21.30, no Teatro Garcia de Resende ÉVORA.

Tangram, um grupo de dança moderna de um instituto de Educação Física da RFA. No Teatro da Trindade, amanhã e sábado, 21.30.

Beneficência amanhã a partir das 23.30.

Sossabe, um grupo cabo-verdiano em espectáculo ainda integrado nas Jornadas de Letras e Artes dos Países Africanos de Expressão Portuguesa que decorreram na Gulbenkian. Hoje, às 21.30, no Anfiteatro ao Ar Livre;

Hoje também, e também às 21.30, o **Instrumental 1.º de Malo**, da República Popular de Angola, no Auditório Carlos Alberto PORTO.

O resto, neste Ano Europeu da Música, é sobretudo a música clássica. Cinco festivais em curso (o de Sintra, o da Costa do Estoril, o dos Capuchos, o da Costa Verde e o de Leiria) e algumas outras iniciativas que merecem referência:

O **Opus Ensemble** efectuará uma série de concertos — desde já no âmbito das Jornadas de Letras e Artes dos Países Africanos de Expressão Portuguesa. O primeiro, na 3.^a feira, 23, na Sala Polivalente do

effectuar no Estoril três concertos esta semana: no Casino, amanhã, 21.30, «Homagem ao Tricentenário de Bach, Haendel, Scarlatti» — recital de piano por Adriano Jordão; na Igreja dos Salesianos, «Recital Bach» pelo violoncelista Paul Tortelier. No sábado e na segunda-feira, às 21.30. Em Cascais, Palácio da Cidadela, recital de guitarra por Tania Chagot na terça às 21.30. Também de guitarra o recital de Alexandre Rodrigues no domingo, às 21.30, na Igreja Paroquial de Carcavelos. Por último, na Sé Patriarcal de Lisboa, obras de Bach e Haendel num recital de órgão por James Mooser.

Do programa do Festival de Sintra para este período, referência a um concerto pelo Coro Gulbenkian dirigido pelo maestro Michel Corboz e ao recital de Adelina



Feira de Setúbal

A tradicional Feira de Santiago tem início do próximo sábado. Com inovações a sublinhar: exposições sobre diversos temas, uma área da juventude que os próprios jovens e as suas associações dinamizarão, e o auditório para mais de mil pessoas que foi construído no Largo Teófilo Braga. Aqui se desenrolarão os espectáculos da Feira — e esta semana merecem destaque o concerto inaugural (às 22 horas de sábado) pela **Banda da PSP**, e o espectáculo dos **Jarfumeja** à mesma hora mas no domingo.

Opream (violino) e **João Paulo Santos** (piano) — o primeiro às 19.00 e o segundo às 18.30 na segunda e na terça-feira, respectivamente, ambos na Quinta da Penha Longa.

Em **Leiria** — «Música em Leiria 85» — amanhã, 18.30, recital por Elvira Archer, soprano, e João Paulo Santos (piano); no Teatro José Lúcio da Silva; segunda-feira, 21.30, no Auditório do Orfão de Leiria, recital de Ingrid Dingfel

Tempo Fim de Semana



No próximo fim-de-semana e no que respeita ao Continente, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica prevê que se mantenha a tendência para céu pouco nublado ou limpo. Vento fraco, soprando durante a tarde em regime de nortada moderada no litoral Oeste a sul do Cabo Carvoeiro.

Utilidades & variedades

22 conselhos práticos para a aparelhagem de som

2. Conservação de cassettes

a) Guarde as cassettes num sítio seco, sem humidade e longe de qualquer fonte de calor (sol, caloríferos, etc.).

Evite igualmente guardá-las próximo de qualquer das peças da aparelhagem, nomeadamente gravadores: há sempre possibilidade de criação de correntes magnéticas que podem danificar a gravação.

b) Guarde sempre as cassettes dentro da sua caixa, nunca as deixando ao pó. Para além dos evidentes danos que este causa ao depositar-se na fita, prejudica ainda os mecanismos da cassette, o seu enrolamento e estabilidade.

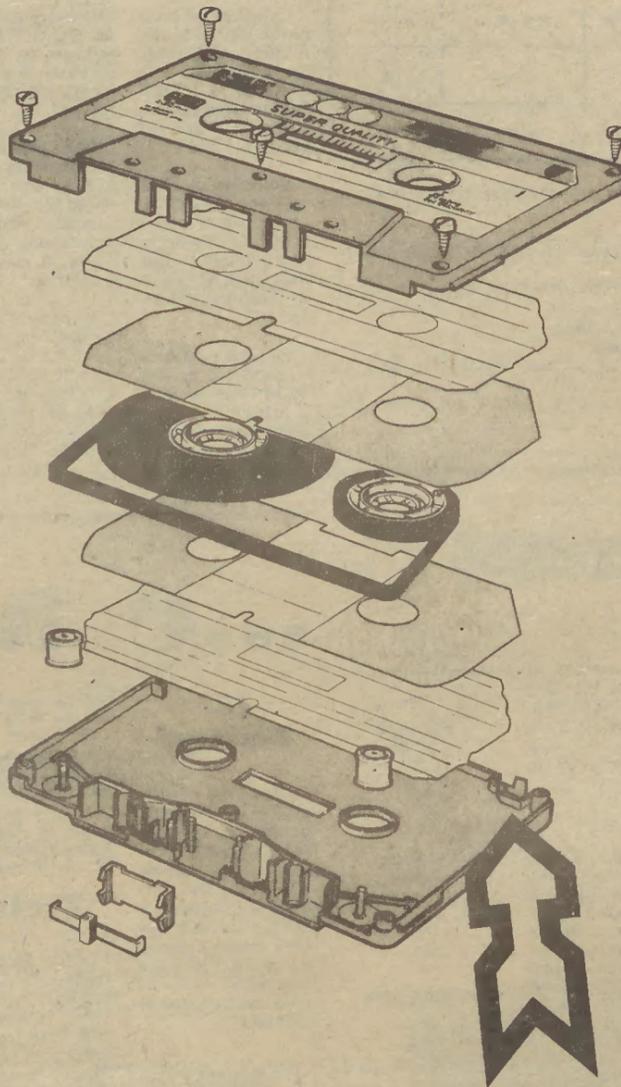
c) Não é conveniente guardar uma cassette não rebobinada. Se a cassette for retirada do lei-

tor a meio sem ser rebobinada para o princípio ou para o fim, parte da fita gravada ficará exposta, com todos os inconvenientes fáceis de prever.

d) Se pretender defender uma gravação feita numa cassette do risco de a desgravar, parta, com o auxílio de uma simples chave de parafusos, as patilhas que se encontram na parte oposta à fita.

Se comprar uma cassette já gravada verificará que essas patilhas não se encontram lá: a sua inexistência impede o accionamento da cabeça de gravação. Nas cassettes compradas virgens existem essas patilhas com a possibilidade de ser removida para defesa da gravação.

Cada patilha corresponde a um dos lados. Pegando na cassette de frente para si e com a fita para baixo; e as patilhas em cima a que corresponde ao lado que está para a frente é a que se encontra à sua esquerda.



A publicação destes conselhos sobre utilização de aparelhagens de som deu origem à recepção de alguma correspondência de leitores em que surgem perguntas sobre aspectos não abordados ou pedidos de pormenorização quanto a informações dadas. Antes do último artigo sobre cabos e fichas normalmente utilizados em alta-fidelidade, resolvemos dar resposta a algumas das perguntas que nos chegaram.

Questões de marcas

Muitas das perguntas que têm sido formuladas referem-se às qualidades relativas de diversas marcas de aparelhagens, cassettes, discos, etc.

Foi um problema que desde início se nos colocou e que levanta naturalmente o delicado problema da publicidade directa ou indirecta. Conforme se sabe, o «Avante!» não publica publicidade comercial, o que em certa medida constituiria até uma garantia de que as informações ou pareceres dados corresponderiam a opiniões que, discutíveis embora como sempre é um juízo de valor neste campo, não seriam condicionadas por qualquer interesse promocional ou qualquer influência publicitária.

Pareceu-nos contudo que não seria de abrir um precedente neste campo, razão a que se acrescentou uma outra.

Sucedem que há uma dose de subjectividade grande na apreciação dos méritos relativos de aparelhagens de som ou dos componentes nela utilizados (discos, cassettes, agulhas, cabeças, etc.). Em certa medida, o padrão preço constitui um ponto de referência satisfatório em geral: e é possível afirmar que quanto melhor são as aparelhagens mais caras surgem no mercado. É evidente que se colocam questões da relação qualidade-preço e em margens de variação da ordem dos 10, 20 mil escudos é perfeitamente possível encontrar um equipamento mais barato com qualidade idêntica a um mais caro dentro daqueles valores. Lembramos o que se

escreveu relativamente às cassettes de dióxido de cromo ou de dióxido de ferro.

Mas, a partir daqui, a opinião de um «especialista» é sempre muito discutível... Note-se, por exemplo, que nas revistas da especialidade se dão indicações quanto ao rendimento de agulhas em função do tipo de música em que preferencialmente são utilizadas: não se aconselha uma mesma cabeça-agulha para um amador de música clássica ou para um ouvinte habitual de rock! O mesmo se passa quanto a um amplificador ou quanto a cassettes...

É claro que a partir de determinada altura — e a nosso ver... — entra-se num círculo vicioso em que as pessoas já não andam a ouvir música, mas sim a ouvir as aparelhagens, descurando a riqueza estética do próprio fenómeno musical apreendido como um todo, para se preocuparem mais com «estes graves bestiais» ou com «uns agudos muito claros» que os leva a acabarem a escutar preferencialmente trechos (ou mesmo partes deles) que valorizam as *performances* do equipamento em detrimento do fundamental da questão — a música!

Julgamos que a qualidade essencial de uma aparelhagem deve ser a sua *clareza*, a capacidade de com rigor ler o que efectivamente foi colocado no disco ou na cassette.

Parece-nos por isso útil, mais do que falar de marcas, chamar a atenção para alguns aspectos que podem auxiliar uma escolha e compra criteriosa. A

lhagem sem a ouvir primeiro. O ideal é realizar esta audição com um disco ou cassette que já conheça de forma a aperceber-se comparativamente do que o equipamento reproduz ou não. É evidente que se ouvir o equipamento com um disco escolhido pela loja, este tenderá a valorizar o sistema, além de que não disporá de termos de comparação.

Os melómanos mais exigentes costumam fazer uma audição com dois tipos de discos: um de rock bem gravado e exigente quanto à gravação (a complexidade sonora de uns Pink Floyd costuma constituir um bom padrão) e outro de música clássica com boa gravação (é frequentemente apontado como um bom padrão «A Sagração da Primavera» de Stravinsky).

a) Nunca compre um apare-

b) Nas aparelhagens de preço

- I — Gira-discos
- ✓ 1. Localização e nivelamento
 - ✓ 2. A cabeça e a agulha
 - ✓ 3. Equilíbrio do braço
 - ✓ 4. Manuseamento

- II — Amplificador
- ✓ 1. Potência; curva de resposta
 - ✓ 2. Controlos graves-agudos
 - ✓ 3. Balanço
 - ✓ 4. Filtros e loudness

- III — Altifalantes
- ✓ 1. Potência e impedância
 - ✓ 2. Localização
 - ✓ 3. Ligação

- IV — Gravador/leitor de cassettes
- ✓ 1. Vuímetros e leds
 - ✓ 2. Bias e EQ
 - ✓ 3. Dolby
 - ✓ 4. Limpeza

- V — Discos
- ✓ 1. Arruinação
 - ✓ 2. Limpeza
 - ✓ 3. Manuseamento

- VI — Cassettes
- ✓ 1. Tipos
 - ✓ 2. Conservação

- VII — Cabos e fichas
- 1. Tipos de cabos e funções
 - 2. Tipos de fichas e funções

Em geral, as agulhas e cabeças que vêm de origem são mediocres, com capacidades de leitura inferiores à resposta de um amplificador normal. A substituição é quase sempre uma despesa largamente compensadora.

c) Se pensa comprar uma aparelhagem dentro de um orçamento inicial limitado mas com a ideia de a vir a melhorar com substituições, comece por comprar um bom gira-discos, mesmo que pareça desproporcionado à qualidade do amplificador e das colunas.

Por um lado, mesmo com um amplificador de menor qualidade, a melhor leitura proporcionada por uma boa cabeça e um bom prato tira maior rendimento do amplificador e das colunas; por outro, conserva-lhe os discos, não o fazendo correr o risco de, ao comprar um melhor equipamento ir encontrar nos discos danos causados por gira-discos de pior qualidade.

Se pensa prosseguir o investimento substituindo colunas e amplificador e tem de escolher o que fazer primeiro, comece por aquelas. Um bom par de colunas melhora imediatamente o rendimento de um amplificador de menor qualidade, mas um mau par de colunas não passa a responder muito melhor a um bom amplificador.

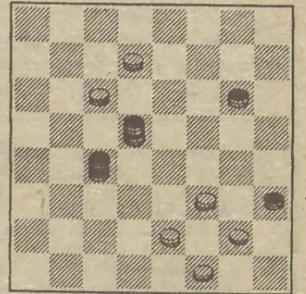
Se optar por este «sistema progressivo» comece pois por adquirir um bom gira-discos com uma boa cabeça, um amplificador e colunas de média qualidade. Substitua depois as colunas por outras de boa qualidade e, finalmente substitua o amplificador.

Damas

IX — 18 de Julho de 1985

PROPOSIÇÃO N.º 9
Por Vitorino Martins e Silva
«O Barreiro» n.º 599 — 27.VII.1944

Pr. 9-(15)-(19)-21



Br. 2-5-6-10-23-27

Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 9

Br. Veríssimo Dias — Pr. M. Vaz Vieira
Almada, 9 de Julho de 1977

1. 10-14,22-18; 2. 5-10,27-22; 3. 1-5,23-20; 4. 14-19,22-15; 5. 12-19,20-15; 6. 11-20,24-15; 7. 10-13,18-14; 8. 13-17,21-18; 9. 6-10,25-21; 10. 7-12,14-11; 11. 3-6,28-24; 12. 10-13,24-20; 13. 13-22,20-16; 14. 22-27,30-14; 15. 12-19,32-28; 16. 6-15,14-11; 17. 5-10,28-23; 18. 19-28,31-24; 19. 15-19,21-18; 20. 17-21,26-17; 21. 19-23,17-13; 22. 10-17,18-14; 23. 23-28,14-10; 24. 28-31,11-6; 25. 2-11,10-5; 26. 11-15,5-2; 27. 15-19,24-20; 28. 31-13,20-15; 29. 13-18,2-5; 30. 19-22,5-23; 31. 18-7,23-30; 32. 7-21,30-23; 33. 21-18,23-30; 34. 9-13,30-20; 35. 17-21,20-24; 36. 13-17,16-12; 37. 21-25,24-28; 38. 22-27,28-23; 39. 27-31,23-16; 40. 18-9,15-11; 41. 8-15,11-6; 42. 9-13,16-3; 43. G.B.R.

Golpe de Cansejas II

1. 10-14,23-19; 2. 14-23,28-19; 3. 5-10,32-28; 4. 1-5,28-23; 5. 11-14,21-17; 6. 9-13,26-21! (6.25-21! é igualmente perdente) e as Br. Ganham de Golpe!!!

SOLUÇÕES

N.º 4 (13.VI.1985): 16-20,23-1 (Lei da Qualidade); 20-23 G. Br.

GOLPE N.º 4

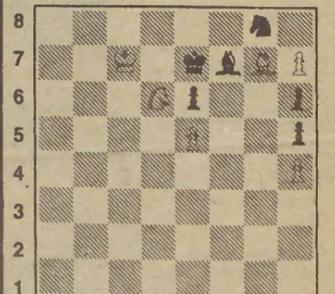
9. 10-13,17-10 (qualquer outra maneira de «comer» conduz sempre ao mesmo resultado); 10. 6-22,19-10; 11. 5-14,26-10; 12. 3-6,10-3; 13. 11-14,3-12; 14. 8-31 G.B.R.

Xadrez

IX — 18 de Julho de 1985

PROPOSIÇÃO N.º 9
Por F. Lazard
1.ª Menção,
Megyar Sakdvilag/1939
6 + 6

Pr. Ps. e6, h5, h6-Cg8-Bf7-Rc7



Br. Ps. e6, h4, h7, Cc6-Bg7-Rc7

Mate em dois lances

Frédéric Lazard (Marselha 20.II.1883/Le Vésinet 18.XI.1948) — xadrezista francês que se distinguiu como jogador prático e como teórico! Mas a maior notoriedade adquiriu-a como compositor de Estudos artísticos e como problemista.

JOGO N.º 9

Interzonal de Tunis/1985

Br. Milos — Pr. Yussupov

1. c4,c6; 2. e4,d5; 3. exd5,cxd5; 4. d4,Cf6; 5. Cc3,Cc6; 6. Bg5,Be6; 7. Bxf6,gxf6; 8. Dd2,Da5; 9. c5,0-0; 10. Bb5,Tg8; 11. f4,Bh6; 12. Df2,Cb4; 13. Td1,Bf5; 14. a3,Cc2+; 15. Rd2,Be4; 16. Cge2,Txg2; 17. Dh4,Cxd4; 18. Dh3+, 15; 19. Bd3,Cxe2; 20. Bxe2,Bxf4+; 21. Re1,d4; 22. Bf3,dxc3; 23. Txd8+,Rxd8; 24. Dxc2,cxb2+; 25. e as Brancas abandonam, pois se: 25. Re2 ou Rf2,Dd2+ =

SOLUÇÕES

N.º 9 (18.VII.1985)

Chave: 1. h6-Cf Bloqueio!

1.Bg6; 2. Cxg6 =

1.Be8; 2. Cc8 =

1.Cf6; 2. exf6 =

■ A. de M.M.